MARCEL CALDEIRA DA SILVA

UM ESTUDO SOBRE O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE ENUNCIADOS DEFINIDORES CONSTITUÍDOS POR "É QUANDO"

CAMPINAS
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARCEL CALDEIRA DA SILVA

UM ESTUDO SOBRE O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE ENUNCIADOS DEFINIDORES CONSTITUÍDOS POR "É QUANDO"

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

Si38e

Silva, Marcel Caldeira da, 1988-
Um estudo sobre o funcionamento semântico-enunciativo de enunciados definidores constituídos por "é quando" / Marcel Caldeira da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Mónica Graciela Zoppi-Fontana.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semantica do acontecimento. 2. Enunciação. I. Zoppi-Fontana, Mónica,1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A semantic-enunciative study about defining statements constituted by "é quando"
Palavras-chave em inglês:
Semantics of the event
Enunciation
Área de concentração: Linguística
Titulação: Mestre em Linguística
Banca examinadora:
Mónica Graciela Zoppi-Fontana [Orientador]
Sheila Elias de Oliveira
Soeli Maria Schreiber da Silva
Data de defesa: 21-08-2013
Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Monica Graciela Zoppi-Fontana _____

Sheila Elias de Oliveira _____

Soeli Maria Schreiber da Silva _____

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães _____

Carolina de Paula Machado _____

IEL/UNICAMP
2013

ABSTRACT

This Master's dissertation reports on a study about defining statements characterised by the presence of a clause introduced by the conjunction "quando" (when) as the item which defines (definiens) a word or a phrase (definiendum) in the statement. They are also characterised by the presence of the verb "ser" (to be) in the present indicative form (é - is) between those items. The structure observed in those statements is [X é quando Y], in which X represents the word or phrase defined and Y represents the set of elements which constitute the clause introduced by "quando" (subject, verb, objects, etc.). Such clause describes a specific situation used to define the word / phrase. The comparison of the grammatical structure of definitions with "X é quando Y" to the grammatical structure of traditional definitions ("X é Y"), which follow some of the principles of Logic for the creation of definitions, shows that there is no grammatical equivalence between the item which defines and the one which is defined in definitions with "é quando", since the clause introduced by "quando" does not correspond to the grammatical unit shown as the word or phrase to be defined (for example, a noun or adjective phrase). In traditional definitions, this type of equivalence is usual (for example, "NP is NP"). The text explores and discusses notions of equivalence which involve specific conceptions of meaning and which are related to the issue of the grammatical equivalence mentioned. The study was made as an attempt to obtain, by analogy with definitions structured as "X é Y", an understanding of the definitions with "é quando", by means of a critical reflection on the existing explanations for the former structure. It provides an explanation for the operation of definitions with "é quando" which is based on the theoretical assumptions and analysis tools of Semantics of the Event and which consists in making explicit the semantic-enunciative aspects involved in the creation and circulation of such statements. The study explores the concept of enunciation space in order to discuss the political division which determines the emergence or no emergence of this type of definition in different enunciative scenes, considering defining statements with "é quando" from distinct internet pages as units of analysis and taking into account the text in which they belong.

Keywords: Semantics of the Event; Enunciation.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de um estudo sobre enunciados definidores que se caracterizam pela presença de uma sentença introduzida pela conjunção “quando” como item que define (definiens) uma palavra ou expressão (definiendum) no enunciado, havendo entre esses dois elementos (definidor e definido) um verbo “ser” no presente do indicativo. Tendo em vista essa caracterização, a estrutura que se observa nesses enunciados é [X é quando Y], na qual a variável X representa a palavra ou expressão que está sendo definida, e a variável Y representa o conjunto de elementos que constituem a sentença introduzida por “quando” (sujeito, verbo, complementos etc.) e que designam uma situação específica em cada enunciado, mobilizada para definir a palavra / expressão. A comparação da estrutura gramatical desse tipo de enunciado definidor com a estrutura gramatical observada nas definições clássicas (“X é Y”), que seguem alguns princípios da lógica para a construção de definições, permite constatar que nas definições com “é quando” não há equivalência gramatical entre o item definido e o item definidor, já que a sentença introduzida por *quando* não é equivalente à unidade gramatical que se apresenta como palavra ou expressão a ser definida (por exemplo, um sintagma nominal ou adjetival), enquanto nas definições clássicas costuma haver esse tipo de equivalência (por exemplo, “SN é SN”). São exploradas e discutidas noções de equivalência que envolvem concepções específicas sobre a significação e que se articulam com a questão da equivalência gramatical mencionada. Todo esse trabalho é desenvolvido na tentativa de obter, analogamente às definições de estrutura [X é Y], um entendimento das definições constituídas por “é quando”, por meio de uma reflexão crítica sobre as explicações existentes para aquela primeira estrutura. Propõe-se uma explicação para o funcionamento das definições com "é quando" que se fundamenta na Semântica do Acontecimento e que consiste na explicitação de aspectos semântico-enunciativos envolvidos na produção e na circulação desses enunciados. Explora-se o conceito de espaço de enunciação para discutir as divisões políticas que determinam o aparecimento ou não desse tipo de enunciado em diferentes cenas enunciativas e tomam-se como unidades de análise enunciados definidores

com “é quando” provenientes de diferentes páginas da internet, sendo levado em conta o texto que esses enunciados integram.
Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Enunciação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

1. X é quando Y: a questão semântico-gramatical **11**

1.1. "X é quando Y" e as descrições semântico-gramaticais de "X é Y" 11

1.2. "X é quando Y" e as sentenças subordinadas 23

2. A definição **35**

2.1. Filosofia, Lógica e Definição 35

2.2. A definição lexical 47

2.3. A definição lexicográfica 49

2.4. Definição e a habilidade de definir 58

3. Semântica, Enunciação e Definição **63**

3.1. Pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento 63

3.1.1. Agenciamento enunciativo e cena enunciativa 66

3.1.2. Da relação entre formas linguísticas 67

3.1.3. Relação de integração 69

3.2. Recaracterizando a definição pela Semântica do Acontecimento 70

3.2.1. Definição, definiendum e definiens 70

3.2.2. Definição, equivalência e reescrituração 72

3.2.3. Reescrituração e sinonímia 74

3.2.4. Reescrituração e modos de produzir sentido 74

3.2.5. Intensão/extensão *versus* determinação 75

3.2.6. Da relação de hiperonímia 76

3.2.7. Sentido convencional, história e temporalidade 77

3.2.8. Polissemia e formas linguísticas 79

3.3. Considerações sobre os aspectos semântico-gramaticais 81

3.3.1. Sobre o sentido do verbo *ser* na definição 82

3.3.2. Equação *vs*. Predicação 85

3.3.3. Marcas gramaticais do agenciamento 88

3.3.4. Considerações sobre aspectos semânticos das palavras definidas 93

3.4. Reflexão teórica sobre os dados obtidos 95

3.4.1. Da coleta de dados 95

3.4.2. As definições com "é quando" e o espaço de enunciação 98

3.5. Conclusões sobre o funcionamento semântico-enunciativo geral das definições com "é quando" 109

4. Análise dos dados 113

4.1. Observações sobre as análises 113

4.2. "X é quando Y" no Dicionário Informal 113
4.2.1. Definição de "Sucesso" 121
4.2.2. Definição de "Fiasco" 130

4.3. "X é quando Y" na Wikipédia 135
4.3.1. Definição de "abraço" 138
4.3.2. Definição de "Marca genérica" 140

4.4. "X é quando Y" na Desciclopédia 142
4.4.1. Definição de "Monarquismo" 144
4.4.2. Definição de "Fanatismo" 146

4.5. "X é quando Y" no Yahoo! Respostas 148
4.5.1. Definição de "Amor" 150
4.5.2. Definição de "Ironia" 151

4.6. "X é quando Y" no Brasil Escola 153
4.6.1. Definição de "Mandato" 154
4.6.2. Definição de "Condução" 156

4.7. "X é quando Y" em sites de especialidades 157
4.7.1. Definição de "Alergia" 157
4.7.2. Definição de "Imperícia" e "Negligência" 160

4.8. "X é quando Y" em blogs 163
4.8.1. Definição de "Abraço" 164
4.8.2. Definição de "Decepção" 166

4.9. "X é quando Y" na Folha de São Paulo 167

5. Conclusões 171

6. Referências Bibliográficas 177

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana, minha orientadora, por ter me apoiado na execução deste trabalho desde o momento em que lhe apresentei o projeto de pesquisa e pelas importantes instruções fornecidas no decorrer da investigação. A ela também serei eternamente grato pela grandiosa contribuição à minha formação acadêmica desde a graduação, seja por suas aulas, que tanto me inspiraram, seja pelas orientações em trabalhos específicos.

À Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira, que acompanhou o desenvolvimento deste estudo em diferentes estágios: quando avaliou o projeto inicial, no processo seletivo para o ingresso no curso de mestrado; nas ocasiões em que apresentei resultados parciais do trabalho em eventos acadêmicos, nos quais ela estava presente; no exame de qualificação; na defesa da dissertação. Agradeço as riquíssimas contribuições para a consolidação do trabalho e os valiosos comentários fornecidos por ela em cada ocasião.

À Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva, da UFSCar, por ter aceitado avaliar minha dissertação no exame de qualificação e por, nessa ocasião, ter indicado muito claramente os pontos que precisariam ser revistos ou desenvolvidos. Também agradeço seu aceite em participar da banca examinadora na defesa da dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por terem me concedido bolsa de mestrado em diferentes etapas do desenvolvimento da pesquisa.

Ao Cláudio, ao Miguel e à Rose, da Secretaria de Pós-Graduação, pela prontidão e eficiência em me auxiliar na execução dos diversos procedimentos burocráticos relacionados com a vida acadêmica.

Aos meus pais, por todo o apoio que me deram e que continuam me dando durante esse tempo em que venho me dedicando aos estudos, e a toda a minha família, pela compreensão nos momentos em que precisei estar ausente.

À Nathalia, por ter me acompanhado e apoiado durante todo o processo de idealização e desenvolvimento deste estudo e, principalmente, pela ajuda em momentos críticos.

Ao grupo Foca, que me forneceu uma boa dose de estímulo para completar este trabalho, estímulo que compartilhei com Amanda, Camilla, Jesús, Leonardo, Lucas (Rambo), Natália (Onça), Nathalia e Steve.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos o funcionamento semântico-enunciativo de alguns enunciados constituídos por "é quando", tratando-os como *enunciados definidores*. Eles podem ser exemplificados pelos itens a seguir:

> (1) Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.[1]

> (2) Postergar: É quando temos algo para fazer ou ser realizado em um determinado período de tempo ou numa determinada data, e que por algum motivo teve de ser transferido para uma outra data.[2]

Esses enunciados nos chamaram a atenção pelo fato de apresentarem como item definidor uma sentença temporal introduzida pela conjunção *quando*, estrutura que acreditamos não ser a mais facilmente evocada quando pensamos no que é uma definição ou quando tentamos apresentar um exemplo do que ela seja.

A princípio, mesmo encarando essa estrutura definitória como inusitada, ao delimitarmos nosso objeto de estudo, chamando-o de enunciado definidor, produzimos uma classificação que inclui esse tipo de enunciado no grupo das *definições*. Essa classificação, no entanto, não é, por si só, suficiente para que identifiquemos claramente esse objeto, visto que o termo *definição* é um termo essencialmente polissêmico.

Se tivéssemos que incluir a definição em outra categoria, qual seria ela? A definição é um procedimento, sendo portanto identificada enquanto processo? Ou o que importa é compreendê-la como um enunciado acabado, que determina o sentido de algo? A definição é um procedimento próprio às práticas cotidianas de linguagem, sendo, portanto,

[1] ALERGIA: Perguntas e respostas. Disponível em: http://www.allos.com.br/alergia_perguntas.html. Acesso em 23/11/12.
[2] POSTERGAR: definição do Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/postergar/. Acesso em 23/11/12.

independente de rigores em sua produção, ou é uma técnica que, para ser colocada em prática, deve satisfazer a critérios específicos?

O dicionário Houaiss[3] apresenta o seguinte enunciado como primeira acepção para a palavra *definição*: "Ato ou efeito de definir(-se)". Essa acepção evidencia uma primeira ambiguidade que o termo *definição* traz consigo, e que está ligada ao funcionamento polissêmico do sufixo {-ção}: a definição é tanto um processo quanto um produto, assim como são a delimitação, a oração, a criação etc. Numa acepção menos geral, o dicionário define a palavra como "a significação precisa de; indicação do sentido de". Essa acepção alterna entre o fundamento do rigor necessário à constituição da definição (precisão) e um tratamento mais amplo do procedimento (indicar o sentido de). A polissemia de *definição* é ainda explorada pelo dicionário ao apresentar as seguintes acepções como próprias da lexicologia / linguística e da lógica, respectivamente: "Enunciado que parafraseia a acepção de uma palavra ou locução" e "operação linguística que busca a determinação clara e precisa de um conceito ou um objeto".

Rey (1990) problematiza a noção de definição e trata sua polissemia como o resultado de diferentes explorações de ordem teórica e prática. Para o autor, existem três visões teórico-metodológicas básicas que redundam na noção de definição. A primeira trata a definição, a partir de uma perspectiva ontológica, como uma operação lógico-linguística que se fundamenta no "discurso dos limites"; esta é a visão de Aristóteles sobre a definição. O procedimento com que opera essa visão, segundo Rey, pode levar a uma posição metafísica, que pretende dar conta, a um só tempo, do sentido das palavras e dos termos, da natureza das ideias gerais a eles correspondentes e da natureza das "coisas", entendidas como objetos, fenômenos ou operações.

A segunda visão, que é tratada como linguística e filológica, idealiza a definição como a descrição do significado de um conjunto de palavras em uma língua natural. Entende-se que essa descrição deve englobar todos os usos da palavra em determinada época e deve dar conta de distinguir essa palavra de todas as outras na mesma língua, especialmente daquelas com que a palavra se relaciona semanticamente. Neste caso,

[3] HOUAISS, Antônio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**: Com a nova ortografia da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

respeitam-se as variações de uma forma linguística, decorrentes do uso social. Esse procedimento fundamenta, por exemplo, a constituição do dicionário de língua.

A terceira visão se ampara no procedimento de descrição de um conceito ou noção considerados extremamente precisos; essa descrição desaprova qualquer outro uso de determinada palavra e descreve o sentido dessa palavra de modo prescritivo e autoritário, por meio de fórmulas como "Chamo aqui *definição*...". Esse tipo de procedimento, contrário a qualquer polissemia, é frequentemente usado no discurso teórico para o estabelecimento de terminologias.

A natureza e os objetivos da definição, segundo Rey, se diferenciam de acordo com os domínios de conhecimento que lidam com ela. Diferentes serão os tratamentos segundo se trate de teorias formais, não formais, hipotético-dedutivas, ciências de observação, ciências de indução etc. Esses objetivos se constituem ao longo de um feixe de possibilidades, que vão da pretensão de revelar a essência da "coisa", como no método aristotélico, ao intuito mais modesto de estabelecer uma rede de sinônimos capazes de indicar a determinado usuário o sentido ou os usos de determinada palavra, por meio de perífrases (Rey, 1990, p. 14). Há nesse feixe diversos objetivos intermediários.

A noção de *definição* se torna ainda mais problemática quando se levam em conta suas diferentes explorações práticas, que dão origem a distintos instrumentos: quando é necessário descrever o léxico de uma língua, criam-se os dicionários; quando a descrição tem como alvo as palavras usadas em um texto específico, produz-se um glossário; há ainda as enciclopédias, que reúnem certa soma de conhecimentos acumulados, os manuais que tratam de um domínio do conhecimento específico, as leis, as normas, os códigos, que também especificam o sentido de certos termos, etc. Para Rey, além desses exemplos, a noção de *definição* pode também ser aplicada a formulações espontâneas que emergem de práticas linguageiras cotidianas, como ocorre no processo de aquisição da competência lexical pela criança, em sua interação com o adulto. De modo inadequado, segundo o autor, são também tratadas como definições as expressões contidas em palavras cruzadas, que servem para estimular a evocação da palavra da vez, e os diversos enunciados definidores usados em provérbios e em textos literários.

Interpretamos as diferentes visões, objetivos e procedimentos apresentados no texto de Rey e nas acepções do dicionário Houaiss como sentidos que constituem a polissemia da palavra "definição". Encaramos essa polissemia, no entanto, como constitutiva do funcionamento da palavra. Isso quer dizer que, para nós, a polissemia não deve ser encarada apenas como uma multiplicidade de sentidos, sendo essa multiplicidade necessariamente anulada pelo contexto. Dizer que a polissemia faz parte do funcionamento da palavra significa dizer que os efeitos dessa multiplicidade estão presentes na enunciação.

É preciso ficar claro que, com essa posição, não estamos negando a especialização de sentidos nas diferentes enunciações, tampouco queremos afirmar que todos os sentidos possíveis para a palavra estão igualmente manifestos na enunciação; o que defendemos é que a palavra em funcionamento na língua é afetada por esses sentidos múltiplos, ainda que a enunciação recorte sentidos específicos.

Essa concepção da polissemia nos faz entender que, em qualquer situação na qual se especule o sentido de *definição*, seja no contexto de uma formulação explicativa informal da noção ou num empreendimento teórico-metodológico ligado a um domínio específico do conhecimento, esses sentidos polissêmicos estarão, de algum modo, influenciando a compreensão do que seja a definição, ainda que se objetive indicar ou estipular um sentido particular para o termo; a polissemia não se "resolve" na enunciação. É daí que resulta a dificuldade em tratar de uma questão tão complexa como a definição, e é nesse sentido que o entendimento dos enunciados definidores constituídos por "é quando" como definição não é nada trivial.

Nossa visão de definição neste trabalho se fundamenta na ideia de *demanda pelo sentido*. Para compreender essa demanda é preciso que se questione por que ou para que os falantes definem. Entendemos que se define, por exemplo, em resposta ao questionamento "O que é X?" ou "O que significa X?", que pode se manifestar explicitamente em um diálogo qualquer ou que pode estar implícito no funcionamento social (supõe-se que a sociedade precisa do dicionário, enquanto ferramenta, para compreender o funcionamento do léxico de sua língua materna, por isso essa ferramenta é produzida e atualizada continuamente; o autor de um texto pode supor que seu leitor não

conheça o sentido de determinadas palavras por ele empregadas, e isso o estimula a produzir um glossário).

O falante pode ser levado a definir, por outro lado, por uma necessidade argumentativa, sem que seja questionado sobre o sentido de uma palavra ou sem supor que seu interlocutor não conhece esse sentido ou que deseja conhecê-lo: ele pode querer explicitar uma posição teórica ou ideológica, numa conversa ou na produção de um texto escrito, evidenciando o que está significando por "X", seja para evitar encadeamentos argumentativos indesejados, que podem dar lugar a mal-entendidos, seja para provocar certas conclusões.

Um indivíduo, pela relação que a linguagem estabelece com um exterior, com um real, pode sentir-se desejoso da apreensão da essência das coisas, empenhando-se em determinar de modo supostamente claro e preciso o que essas coisas *são*.

Quando se tenta explicar o que é a definição, todas essas motivações são rememoradas; essa rememoração pode ou não estar na consciência do indivíduo que se arrisca a conceituar a definição, mas o fato fundamental é que a rememoração está sempre presente na língua, sendo esta um objeto histórico; a palavra, quando enunciada, sempre funcionará pelo sentido de suas enunciações anteriores. Acreditamos que a consciência do funcionamento essencialmente polissêmico da noção de definição seja necessária a um estudo que se dedique a explicá-la, ou a explicar uma de suas manifestações; caso contrário, corre-se o risco de produzir confusões e incoerências que não são nada mais que o fruto desse funcionamento polissêmico, equívoco da língua[4]. Essa consciência, para nós, tende, em certa medida, a tornar o estudo imune às confusões, às incoerências; no entanto, como usamos a própria língua para desenvolvê-lo, estamos, de todo modo, expostos ao equívoco que a constitui, o que anula qualquer garantia de perfeição.

Os diferentes sentidos que constituem a noção de definição, para nós, permitem a produção de ao menos uma generalização: a definição, em suas diferentes conceituações, pode ser compreendida como uma sorte de "*exposição* do que *é* X". Em nossa sociedade, essa exposição pode ser encarada como um procedimento que deve ser realizado de modo

[4] Mobilizamos aqui a noção de "equívoco" tal como tratada por Orlandi (2002); ela será retomada e discutida ao longo do trabalho.

criterioso, observando-se princípios e regras teoricamente fundamentadas, mas também como um procedimento enunciativo do cotidiano, livre de rigores. No entanto, pelo funcionamento histórico da noção de definição e pela influência de certas posições teóricas sobre essa noção, sobretudo a posição aristotélica da busca pela essência, é inevitável a rememoração de um sentido que relaciona a definição com o conhecimento verdadeiro das coisas e das palavras. Entende-se que o definir só se realiza adequadamente por um indivíduo que, além de deter o conhecimento, é também capaz de expressar esse conhecimento, por meio de procedimentos que se constituíram historicamente como adequados a essa expressão.

Veremos que esses procedimentos não incluem as definições produzidas com "é quando", que apresentam uma estrutura gramatical que carece de descrições e que, além disso, viola certos princípios clássicos da construção da definição. Uma definição com "é quando" como a do exemplo abaixo seria rejeitada por diferentes motivos. Vejamos:

> "Sucesso é quando você consegue ganhar mais dinheiro do que sua mulher consegue gastar!"[5]

Primeiramente, a definição poderia ser rejeitada porque não atende a um princípio que diz que o item definido e o item definidor devem "forçosamente pertencer à mesma classe gramatical" (ver seção 3.4.2). Como nesse exemplo a palavra definida é um substantivo ("sucesso") e o item definidor é uma sentença introduzida por *quando* (portanto, estruturas gramaticas que não pertencem à mesma classe), esse princípio não se satisfaz.

De outro lado, a validade dessa definição poderia ser questionada pelo fato de expor um sentido para "sucesso" que é compartilhado e aceito por apenas um grupo de pessoas; ele representa uma posição ideológica que pode ser considerada machista e rejeitada por vários sujeitos. Como existe a noção de conhecimento articulada à de definição, que está fundamentada na ideia de essência, o enunciado definidor acima não

[5] SUCESSO: Definição do Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/sucesso/121/. Acesso em 23/11/12.

seria universal o bastante para expor a essência do que é o sucesso; o item definidor traria apenas um sentido acidental (e questionável) do que é sucesso.

Outro fator que poderia contribuir para a rejeição dessa definição é o teor humorístico que ela apresenta. A jocosidade poderia não ser aceita por uma posição sobre a definição que preza pela seriedade na exposição do conhecimento e que condena a figuratividade na construção de definições (ver seção 2.1).

Em nosso entendimento, o enunciado acima é, sem dúvida, uma definição, primeiramente porque ele *expõe*, de algum modo, o que *é* X. A definição, para nós, é essencialmente um procedimento enunciativo que se caracteriza pela apresentação de algo *como sendo* o que X significa (ou o que X *é*). Em segundo lugar, acreditamos que, quando um falante diz "é quando" e usa essa estrutura para definir, ele se impõe a um funcionamento histórico-social que a rejeita. Desse modo, evidenciamos duas propriedades básicas daquilo que chamamos de definição: uma que diz respeito à relação entre formas linguísticas (em que um "Y" é apresentado *como sendo* o que significa "X", ou o que *é* "X") e outra que diz respeito à relação do locutor com aquilo que fala. Retomamos assim a ambiguidade que caracteriza a definição como ato e como efeito e, ao longo deste trabalho, operaremos com essa ambiguidade a partir de um olhar tipicamente enunciativo sobre a língua, que enxerga no enunciado a representação de sua enunciação.

Ser falante de uma língua e poder usá-la para falar dela mesma ou do exterior com que ela se relaciona é a realidade que se observa nos diferentes espaços de enunciação. Falar das coisas e, ao mesmo tempo, das palavras é um procedimento que se concretiza por diferentes modos de dizer (de definir), ainda que alguns desses modos sejam considerados inadequados ou incorretos. Ser falante da língua é poder produzir e reproduzir sentidos, criar reflexões sobre eles, expor os sentidos ou estipulá-los, sob demanda ou espontaneamente.

As definições com "é quando" estão expostas a esse funcionamento e, no espaço de enunciação em que são produzidas, têm seu lugar definido pela disputa entre direitos de dizer e modos de dizer. Essa disputa determina o modo de circulação desse tipo de enunciado e as avaliações de sua estrutura, influenciadas por visões historicamente

constituídas sobre o funcionamento do definir. Propusemos uma análise dessas questões que se fundamenta nos princípios teóricos da Semântica do Acontecimento.

Neste texto, a apresentação de nossa reflexão sobre esse tipo de enunciado seguirá o seguinte percurso:

No primeiro capítulo, intitulado "'X é quando Y': a questão semântico-gramatical", apresentamos a problemática de como tratar gramaticalmente esse tipo de estrutura. Por meio da revisão de algumas explicações gramaticais sobre a construção [X é Y], discutimos os aspectos que relacionam essa estrutura com a estrutura [X é quando Y]. Essa revisão leva em conta as explicações para as sentenças constituídas por verbo *ser* e para as sentenças subordinadas adverbiais introduzidas pela conjunção "quando". Nesse capítulo, destacamos o fato de essas abordagens gramaticais explicarem o funcionamento da estrutura [X é Y] levando em conta aspectos de natureza semântica.

No segundo capítulo, intitulado "A Definição", apresentamos a revisão de alguns estudos sobre a definição do ponto de vista da filosofia, da lógica, dos estudos do léxico e de estudos sobre aquisição da linguagem, a fim de observar quais visões sobre a noção foram se construindo e se naturalizando como as concepções clássicas para o tratamento da questão.

A partir do terceiro capítulo ("Semântica, Enunciação e Definição"), iniciamos efetivamente nossa reflexão sobre o enunciado definidor constituído por "é quando" tendo em vista o quadro teórico escolhido para fundamentar nosso trabalho. Nesse capítulo, apresentamos primeiramente um resumo dos principais conceitos da Semântica do Acontecimento que sustentarão nossas análises; posteriormente, propomos uma recaracterização da definição com "é quando" pelos princípios dessa teoria, demonstrando em que ela se distancia e em que ela pode se aproximar dos estudos sobre a definição mencionados nos capítulos anteriores. Ainda nesse capítulo, exploramos a questão da circulação dos enunciados definidores constituídos por "é quando", associando-a a avaliações feitas sobre eles enquanto estrutura e enquanto definições. Essa exploração se fundamenta na análise de fatores históricos que constituíram uma visão clássica do ato e do efeito de definir.

Enquanto no terceiro capítulo propõe-se uma análise do enunciado definidor em caráter geral, o quarto capítulo ("Análise dos Dados") se dedica à análise de definições específicas selecionadas a partir dos dados obtidos em nossa pesquisa.

CAPÍTULO I

1. X É QUANDO Y: A QUESTÃO SEMÂNTICO-GRAMATICAL

1.1. "X é quando Y" e as descrições semântico-gramaticais de "X é Y"

Quando nos deparamos com os enunciados definidores constituídos por "é quando", chamou-nos a atenção sua estrutura gramatical, que apresenta características distintas da organização sintática de definições que relacionam elementos pelo uso do verbo *ser* já descrita em gramáticas.

Ao tentar compreender o modo como as palavras são definidas na estrutura "X é quando Y", observamos que a palavra se define por meio de uma *situação* (um evento, um episódio, uma circunstância), descrita pela sentença introduzida pela conjunção *quando*:

> O **abraço** é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra.[6]

A relação entre a sentença introduzida por "quando" e a expressão definida (o abraço) é marcada gramaticalmente pelo uso do verbo *ser* no presente do indicativo. Ocorre que essa estrutura sintática não é descrita pelas gramáticas quando tratam das sentenças simples ou complexas constituídas com verbo *ser* e das sentenças temporais introduzidas pela conjunção "quando". Como acreditamos que o leitor deste texto possa, como nós, interessar-se pelos aspectos gramaticais desse tipo de definição, apresentaremos nas próximas páginas os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo tentar descrever, com base nas descrições gramaticais já existentes da estrutura "X é Y", a estrutura das definições construídas com "é quando".

[6] ABRAÇO: verbete da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A7o. Acesso em 23/11/2013.

As informações obtidas nessa pesquisa gramatical nos forneceram questões de cunho semântico que nos serão valiosas para discutirmos nossa posição teórica e para sustentarmos nossa trajetória analítica.

Como não encontramos uma descrição que tratasse exatamente dessa estrutura, buscamos na estrutura ampla (a) [X é Y] uma explicação que pudesse ser associada à estrutura (b) [X é quando Y]. É preciso ficar claro que estamos tratando esta segunda estrutura como análoga à estrutura [X é Y], de modo que a variável X representa, nos dois casos, o elemento que é definido, e todo o segmento "quando Y", de (b), equivale ao Y da estrutura (a), ambos funcionando como o elemento definidor. A variável Y em (b) representa a sentença temporal que a conjunção "quando" introduz.

Em nossa pesquisa, vimos que autores da tradição gramatical (CUNHA e CINTRA, 2007; KURY, 1995), chamam de verbo de ligação, ou copulativo, o elemento que, na sentença do tipo "X é Y", liga esses dois itens. Nesse caso, considera-se que o verbo não impõe ao sujeito qualquer restrição semântica, função que é desempenhada pelo item à direita – Y –, em sua posição típica. Os verbos de ligação opõem-se aos chamados verbos significativos, que estabelecem uma relação semântica com o sujeito da sentença e com seus complementos. Ambos os tipos de verbo constituem uma relação de sentido interna ao enunciado conhecida como *relação predicativa*. No caso das sentenças constituídas por verbos de ligação, a predicação é exercida pelo *predicativo* (Y), que é o item que, no lugar do verbo, é capaz de atribuir características ao sujeito da sentença; constitui-se, assim, o que se chama de predicado nominal, e não verbal.

Nas descrições tradicionais, o predicativo pode ser representado por diversos constituintes. Segundo Cunha e Cintra (2007), os elementos que podem funcionar como predicativo são:

1) Substantivo ou expressão substantivada (sintagma nominal):

O cachorro é <u>um animal doméstico</u>.

2) Adjetivo ou locução adjetiva (sintagma preposicional):

A nova aluna é <u>estrangeira</u>. Ela é <u>de Portugal</u>.

3) Pronome:

Você é <u>você</u> e eu sou <u>eu</u>.

4) Numeral

Eles são <u>cinco</u>.

5) Oração substantiva predicativa:

A verdade é <u>que ela não virá</u>. (Neste caso, é necessário o uso de uma conjunção integrante – conjunção que inicia uma oração subordinada substantiva –, que, no caso deste exemplo, é o *que*, mas que também pode ser um *se*).

Assumir que todos os itens sublinhados são predicativos significa dizer que todos eles atribuem características ao sujeito gramatical.

Diferentemente da explicação adotada pelas gramáticas tradicionais e escolares, encontramos autores que, na descrição da relação X é Y, levam em conta a natureza do elemento que figura em Y para considerá-lo ou não como um elemento predicativo.

Isso se observa em Lyons (1977, v. 2, p. 472, 473), quando distingue as sentenças *equativas* das sentenças *atributivas*.

Do ponto de vista semântico, diz-se que as sentenças equativas são usadas para estabelecer uma relação de identidade entre o referente de uma expressão e o referente de outra; ou seja, na relação X é Y, o verbo *ser* identifica o referente da expressão X ao referente da expressão Y. O autor usa a sentença "John is the chairman" (João é o "presidente") como um exemplo de sentença equativa.

Na relação X é Y identificada como uma estrutura equativa, Lyons trata X como o sujeito sentencial e denomina Y de *complemento equativo*. O autor afirma que este segundo elemento, *quando presente em uma sentença constituída por um SN-sujeito*[7], pode ser um nome próprio (*João*), um pronome (*Ele*) ou um sintagma nominal definido (*o presidente*), mas nunca um adjetivo. Ressalta-se que uma das principais propriedades das sentenças equativas é a permutabilidade entre X e Y.

As sentenças atributivas são descritas como aquelas em que uma expressão Y atribui ao referente da expressão-sujeito alguma propriedade. Denomina-se Y *complemento*

[7] Note-se que esta ressalva feita por Lyons indica que as sentenças equativas não ocorrem apenas com sujeitos sentenciais do tipo sintagma nominal (SN), apesar de o autor ter caracterizado as sentenças equativas usando apenas exemplos com sintagmas nominais nessa posição.

atributivo. Essa descrição se aproxima do que a gramática tradicional chama de predicativo do sujeito. O sentido de *atribuição* é, neste caso, correspondente ao de *predicação* das gramáticas tradicionais. Em ambos os casos, entende-se que o Y (predicativo) traz para X novas propriedades semânticas. O exemplo de sentença atributiva apresentado pelo autor é "John is intelligent" (João é inteligente).

Diz-se que um complemento atributivo (Y) pode ser um substantivo ou um adjetivo, mas nunca um pronome ou um nome próprio.

Em uma língua como o português, um substantivo como elemento atributivo pode ser observado em sentenças como "O João é *escritor*". Segundo a descrição de Lyons, essa sentença não poderia ser equativa, pois o sintagma nominal que figura em Y não é um sintagma nominal definido (como o é "o escritor").

No caso do inglês, a sentença correspondente a "João é escritor" é "John is a writer", que também poderia ser traduzida em português como "João é um escritor"; neste caso, não se está, novamente, diante de um sintagma nominal definido na posição Y e, portanto, não se está diante de uma sentença equativa. Para Lyons, a ocorrência do chamado artigo indefinido (*a – um*) é apenas uma consequência do fato de o SN-sujeito ser singular (*John*) somado ao fato de "writer" ser um substantivo contável, sendo que a língua inglesa se configurou de modo a expressar a quantificação. O autor defende que a sentença "John is a writer" é atributiva e que o complemento atributivo corresponde apenas ao substantivo "writer", e não ao SN "a writer". Esse raciocínio equipara a sentença em questão à sentença atributiva em português "João é escritor", em que se identifica "escritor" como o complemento atributivo.

Se decidíssemos usar as descrições de Lyons da sentença equativa para caracterizar gramaticalmente as diversas definições constituídas pela estrutura "X é Y", encontraríamos alguns obstáculos, tendo em vista os dados de definições reais que apresentaremos abaixo.

Vimos que as sentenças equativas são usadas para demonstrar a identidade dos referentes de X e de Y, e é por isso que, para Lyons, o SN que figura em Y deve ser um SN definido, ou seja, deve ter um especificador do tipo artigo definido, de modo que ambas as expressões denotem um mesmo referente particular. Os pronomes pessoais, enquanto

dêiticos, e os nomes próprios teriam também essa propriedade de denotar um mesmo referente; por esse motivo, podem figurar na sentença equativa, relacionando-se com o SN.

Ocorre que as definições encontradas em sites que têm um SN-sujeito variam quanto à presença / ausência de especificadores tanto na expressão que define quanto na expressão que está sendo definida, sejam elas definições clássicas (de estrutura "X é Y") ou definições de estrutura "X é quando Y". Os exemplos abaixo demonstram essa variação:

> (a) Enredo é o encadeado de ações executadas ou a executar pelas personagens numa ficção, a fim de criar sentido ou emoção no espectador.[8]
>
> (b) O termostato é um dispositivo destinado a manter constante a temperatura de um determinado sistema, através de regulação automática.[9]
>
> (c) Um portal é um site na internet que funciona como centro aglomerador e distribuidor de conteúdo para uma série de outros sites ou subsites dentro, e também fora, do domínio ou subdomínio da empresa gestora do portal.[10]
>
> d) Um URL (de Uniform Resource Locator), em português Localizador-Padrão de Recursos, é o endereço de um recurso (um arquivo, uma impressora etc.), disponível em uma rede; seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet.[11]
>
> e) Espasticidade é quando ocorre um aumento do tônus muscular, envolvendo hipertonia e hiperreflexia, no momento da contração muscular, causado por uma condição neurológica anormal.[12]

[8] ENREDO: verbete da wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Enredo – Acesso em 20/02/13.
[9] TERMOSTATO: verbete da wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Termostato. Acesso em 20/02/13.
[10] PORTAL: verbete da wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal_(internet). Acesso em 20/02/13.
[11] URL: verbete da wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/URL. Acesso em 20/02/13.
[12] ESPASTICIDADE: verbete da wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Espasticidade. Acesso em 20/02/13.

> f) Um ataque suicida é quando um atacante comete um ato de violência contra outros (geralmente um grande número de pessoas), normalmente para atingir um objetivo militar ou político, que resulta em sua própria morte. Os atentados suicidas são muitas vezes consideradas como um ato de terrorismo.[13]
>
> g) O abraço é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra. É usado, dependendo da cultura local, como forma de demonstração de afeto de uma pessoa para outra. Através dele podemos cumprimentar ou expressar sentimentos como carinho, amor, compaixão, saudade, congratulação etc. Um abraço em alguém pode demonstrar também proteção instintiva.[14]

No exemplo (b) acima, vemos que, na relação "X é Y", o sujeito X é um SN definido, nos termos de Lyons, e Y é um sintagma nominal que tem como determinante um artigo indefinido. Essa configuração nos força, segundo a descrição de Lyons, a não admitir a sentença (b) como uma sentença equativa.

Ocorre que há no sintagma nominal "um dispositivo" o encaixamento de outro sintagma, que traz ao "dispositivo" diversas outras propriedades que o particularizam (não é apenas um dispositivo, mas um dispositivo que é destinado a uma atividade específica). Vemos que o funcionamento desse sintagma é bastante diferente do caso de "a writer", em "John is a writer" (sentença considerada atributiva). As particularizações produzidas para o substantivo (*dispositivo*) permitem que se crie para ele algum tipo de determinação; em decorrência disso, constrói-se também a relação com um referente. Isso cria condições para que todo o elemento Y estabeleça com X alguma relação de igualdade, que, por sua vez, contribui para a construção da definição.

Essa observação nos faz concluir que a descrição de Lyons sobre o que pode ser uma sentença equativa pode ser bastante limitada quando pensamos nas definições.

Nos exemplos de definição acima, há ainda outras questões relativas ao tipo de especificador do sintagma nominal que podem ser discutidas. Vejamos:

---

[13] SUICÍDIO: verbete da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Suic%C3%ADdio. Acesso em 20/02/13.
[14] ABRAÇO: verbete da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A7o. Acesso em 20/02/13.

Os exemplos (a) a (d) acima são exemplos de enunciados definidores clássicos (de estrutura X é Y) em que há variação entre a presença / ausência de especificador e no tipo de especificador que constitui o sintagma nominal do item definido e do item definidor. Em (a), tem-se a relação entre um SN sem especificador e um SN com especificador do tipo artigo definido ("Enredo" e "o encadeado de ações..."); em (b), aparece um SN com artigo definido que se relaciona com um SN com artigo indefinido ("O termostato" e "um dispositivo destinado a..."); em (c), tem-se a relação entre dois SNs com artigo indefinido ("Um portal" e "um site na internet..."); em (d), aparece um SN com artigo indefinido que se relaciona com um SN com artigo definido ("Um URL" e "o endereço de um recurso...").

Os itens (e), (f) e (g) são exemplos de enunciados definidores com "é quando" cuja forma do elemento a ser definido varia. Em (e), a palavra "espasticidade" aparece sem especificador; em (f), há um artigo indefinido ("Um ataque suicida"); em (g), há um artigo definido ("o abraço").

Esses dados nos mostram que, em ambos os tipos de enunciado definidor (clássico e com "é quando"), o sintagma que representa o elemento a ser definido pode aparecer com especificador (artigo definido ou indefinido) e sem especificador.

Essa variação na forma do sintagma nominal suscita a seguinte questão: que diferença há entre enunciados definidores cujo item definidor não apresenta especificador, aqueles que apresentam artigo definido e aqueles que apresentam artigo indefinido? Os itens (a) a (g) acima são todos exemplos de definições da Wikipédia. Todos eles são apresentados logo abaixo da expressão destacada que está sendo definida na página da internet, sendo igualmente tratados como definições. Isso nos mostra que sintagmas nominais com ou sem especificador, com artigo definido ou indefinido, são usados em definições.

Para nós, a presença ou não de artigo definido ou indefinido nessas definições deve ser analisada em termos de marcas enunciativas de particularização e de generalização. Observe-se que nenhum dos exemplos de (a) a (g) trata de referentes individuais, isto é, quando se fala em (a) "Enredo", (b) "O termostato" e (c) "um portal", não se está falando de um enredo específico, de um termostato específico ou de um portal

específico, mas daquilo que as palavras que nucleiam esses sintagmas designam, de modo genérico. A diferença é que, quando se usa "enredo" ou "um enredo", "portal" ou "um portal", o modo como se enuncia indica apenas a generalidade desse elemento que é definido, o que indicia que muitos podem ser os portais, muitos podem ser os enredos, desde que tenham as características apontadas na definição. Por outro lado, quando se diz "o termostato", apesar de sabermos que existem muitos termostatos, que podem ser definidos de igual modo pelo item definidor da definição (d), enuncia-se a palavra definida como algo particularizado. Há, assim, num mesmo enunciado, um efeito de generalização, que faz "o termostato" significar não apenas um objeto individual, mas qualquer objeto que possa ser designado pela mesma expressão e definido do mesmo modo, e um efeito de particularização, que singulariza esse objeto definido, apresentando-o como um representante de todos os termostatos. Essa concomitância de sentidos, em nossa visão, se explica por um funcionamento essencialmente polissêmico da língua, que discutiremos no item 3.2.8 deste trabalho.

Ilari e Basso (2008, v. 2, p. 196) apresentam uma explicação da estrutura "X é Y" que define o verbo *ser* como *indicador de identidade*. Para os autores, "nesse caso, temos uma sentença reversível que, se for verdadeira, nos informa que dois nomes ou descrições diferentes têm a mesma referência", e o verbo *ser* indica "relações de equivalência". Os autores apresentam como exemplos dessas sentenças estruturas em que X e Y aparecem como um sintagma nominal com artigo definido, como um sintagma nominal com artigo indefinido e como uma sentença infinitiva (sentença constituída por um verbo na forma nominal de infinitivo – viver, andar, usar etc.); argumenta-se, assim, que essas estruturas apresentam uma relação de equivalência gramatical, visto que os dois elementos relacionados pelo verbo *ser* são da mesma natureza. Afirma-se também que X e Y, como estruturas equivalentes gramaticalmente e referencialmente, são permutáveis no enunciado. Segundo a explicação dos autores, os seguintes itens podem ser vistos como estruturas que indicam relações de equivalência (os exemplos provêm de amostras de língua falada gravadas no projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta do Português Brasileiro):

a) “a cozinheira da tia Lurdes, a ex-cozinheira da tia Lurdes [...] é uma das pessoas mais elegantes que eu conheço era uma pessoa assim [D2 POA 37]

b) a maioria das pessoas pensa que morar bem é morar num apartamento de luxo [D2 RE 05]

c) aquela sinalização feita na Salvador-Feira é exatamente um/ uma sinalização feita para estradas de GRANde movimento [D2 SSA 98]

d) então a Segunda Grande Guerra foi basicamente uma guerra de ampliação de mercados, ou de conquistas de mercados, por parte de quem? [EF RJ 379]

Para Ilari e Basso, esse funcionamento do verbo *ser* se distingue do verbo *ser* de sentenças como “João é brasileiro”. Para os autores, neste último caso não há reversibilidade; “brasileiro” é o predicado do sujeito João, que requer a “presença de um verbo de ligação, no caso o verbo ‘ser’ ou ‘é’ com função atributiva (não-equativa)” (ILARI e BASSO, 2008, v. 2, p. 196). Esta última afirmação dos autores indica que apenas em estruturas similares a “João é brasileiro”, formadas com adjetivos ou locuções adjetivas, existe a relação de atribuição de sentido de que falam as gramáticas tradicionais quando tratam da relação predicativa; as estruturas de (a) a (d) anteriores são equativas, o que nos remete à distinção feita por Lyons entre sentença atributiva e sentença equativa.

Vemos, no entanto, nos exemplos (a) - (d), que, diferentemente de Lyons, esses autores consideram que sintagmas nominais indefinidos podem constituir relações de equivalência. Em (a), temos a relação entre um X SN definido (a cozinheira da tia Lurdes) e um Y SN indefinido (uma das pessoas mais elegantes que eu conheço). O mesmo ocorre em (d), sendo X “a Segunda Grande Guerra” e Y “uma guerra de ampliação de mercados”. Algo semelhante ocorre em (c), em que se tem o X “aquela sinalização feita na Salvador-

Feira" e o Y "uma guerra de ampliação de mercados"; a relação é semelhante porque, apesar de se usar um demonstrativo em X (aquela sinalização feita na Salvador-Feira), e não um artigo definido, continua-se a identificar um referente particular, determinado (não se trata de qualquer sinalização, mas de uma sinalização específica). O exemplo (b) se diferencia de todos os outros por apresentar um novo tipo de estrutura, em que, em vez de relacionar dois sintagmas nominais, o verbo *ser* relaciona duas sentenças infinitivas (*morar bem* e *morar num apartamento de luxo*).

As diferenças entre essas estruturas e os exemplos de Lyons para sentenças equativas nos mostram que os últimos autores apresentam diferentes tipos de referentes que são afetados pela relação de igualdade. Os exemplos de Lyons nos permitem concluir que apenas referentes que podem ser denotados por expressões constituídas por itens que os singularizam podem ser idênticos (pronome pessoal, nome próprio e sintagma nominal definido). Para Ilari e Basso, há identidade também entre referentes menos precisos, pois, ao assinalar as sentenças "morar bem" e "morar num apartamento de luxo" como itens que se igualam, está se falando da ação de morar (e morar de certo modo: bem / em certo tipo de lugar: num apartamento de luxo – a relação de igualdade faz com que *bem* e *num apartamento de luxo* apresentem-se como tendo sentidos equivalentes). Esse "morar" não é tão preciso na identificação de um referente como fazem os nomes próprios, os sintagmas nominais definidos e os pronomes pessoais. Comparemos:

- quando se diz que "morar bem é morar num apartamento de luxo", vários podem ser os moradores, vários podem ser os apartamentos de luxo onde se mora, vários podem ser os momentos em que alguém se estabelece num desses apartamentos;

- em "A Segunda Grande Guerra foi basicamente uma guerra de ampliação de mercados", enquanto o primeiro sintagma nominal singulariza uma guerra (a Segunda Grande Guerra foi e será uma só), o segundo pode indicar que houve ou haverá outras guerras com o mesmo objetivo ou efeito (ampliação de mercados);

- quando se diz "o João é o professor", estamos falando de um João específico, vivente em um período específico e, por conseguinte, de um professor específico, vivente e atuante dessa profissão em um período específico.

Vemos, assim, que a questão da identidade, pelos exemplos dos últimos autores, não está ligada exclusivamente a uma questão de descrição definida. Os exemplos de enunciados definidores clássicos obtidos na Wikipédia que foram apresentados anteriormente, que variam quanto ao tipo de especificador que constitui o sintagma nominal do item definido e do item definidor, poderiam ser usados, segundo a explicação de Ilari e Basso, como exemplos de relações de identidade com verbo *ser*.

Castilho (2010, p. 332-333) também apresenta em sua gramática a distinção entre sentenças atributivas e sentenças equativas. Ele resume a estrutura sintagmática e funcional da sentença atributiva da seguinte forma: [$SN^{sujeito}$ + V + $SADj/SP^{predicativo}$]. Segundo o autor, "a predicação se concentra no sintagma adjetival ou no sintagma preposicional que se seguem ao verbo". O *atribuir* se relaciona com o *predicar* no sentido de que o item predicativo atribui sentido ao sujeito (a mesma relação descrita nas gramáticas tradicionais como relação predicativa).

A estrutura sintagmática e funcional da sentença equativa é apresentada da seguinte forma: [$SN^{1\ sujeito}$ + V + $SN^{2\ equativo}$]. A estrutura morfossintática produz uma equação gramatical entre o sujeito e o equativo. Segundo Castilho (2010, p. 333), "por isso mesmo, esses constituintes podem trocar de posição na sentença, sem que se altere sua interpretação semântica". Essa equação gramatical inclui as sentenças equativas produzidas com verbos na forma nominal, "**Viver** é **lutar**" (CASTILHO, 2010, p. 409), visto que as formas nominais são tratadas como formas não prototípicas do verbo, que podem ter a função de um SN, assim como os pronomes.

A equação gramatical não é tratada pelo autor necessariamente como uma correspondência exata entre estruturas, que ocorre, por exemplo, em "O professor é o diretor", em que há dois sintagmas nominais que apresentam igualmente apenas dois itens, sendo um especificador e um substantivo. Os casos em que há adjuntos adnominais, constituídos por adjetivos ou por sentenças adjetivas, por exemplo, continuam sendo analisados como relações de equivalência gramatical ("*O professor* **de matemática** é o diretor"; "O liquidificador é um aparelho **que serve para triturar e misturar alimentos**"). A equivalência se dá pelo fato de em ambos os casos haver sintagmas nominais tanto em X quanto em Y (na relação "X é Y"), ainda que possam estar diferentemente encaixados

nesses itens outros sintagmas ou sentenças, que tornam os sintagmas nominais heterogêneos. O mesmo ocorre nos exemplos de Ilari e Basso.

Segundo Castilho, o equativo não pode ser visto como um predicativo, já que ele não predica o sujeito, tendo em vista a assunção de que há entre X e Y uma relação de igualdade. Em uma passagem de sua gramática em que fala sobre a definição das palavras, o autor afirma que a estrutura equativa é tipicamente usada na produção de definições (CASTILHO, 2010, p. 111).

Após obtermos explicações como estas sobre as possibilidades de análise da estrutura "X é Y", verificamos que, quando se fala da relação entre esses elementos, estão envolvidas questões gramaticais que nos levam a posicionamentos sobre o domínio da semântica que vão de encontro aos pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento, que adotamos em nosso estudo. Essa questão será retomada nos capítulos subsequentes. Por ora, gostaríamos de prosseguir com nossa tentativa de descrever a estrutura "X é quando Y" a partir das explicações existentes da estrutura "X é Y".

Observe-se, então, o enunciado definidor abaixo:

> Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.[15]

Ao analisar a estrutura do enunciado acima, em comparação com as descrições apresentadas anteriormente para a estrutura gramatical de [X é Y], vemos que aqui também se está diante de elementos que são relacionados pelo verbo *ser* (**Alergia** é **quando o nosso organismo**…). Porém, essa estrutura não corresponde a nenhuma das estruturas [X é Y] descritas pelas abordagens gramaticais que mencionamos.

Analogamente à descrição tradicional da relação predicativa, poder-se-ia dizer que, na definição acima, toda a sentença introduzida por quando seria o predicativo do nome sujeito *alergia*. Assim, esse constituinte estaria atribuindo ao sujeito certas propriedades. Essa explicação é puramente analógica, não sustentada pelas descrições

[15] ALERGIA: Perguntas e respostas. Disponível em: http://www.allos.com.br/alergia_perguntas.html. Acesso em 23/11/12.

correntes do predicado nominal feitas pela Gramática Tradicional, que, como vimos, costuma admitir como predicativo apenas sintagmas nominais, adjetivais, preposicionais, pronomes, numerais e orações substantivas predicativas (que têm geralmente, quando desenvolvidas, um *que* como conjunção integrante, classificação da qual não consta a conjunção *quando*).

Os enunciados definidores com "é quando" também não correspondem à estrutura das chamadas sentenças atributivas mencionadas por Lyons, Ilari / Basso e Castilho, visto que a sentença introduzida por *quando* não corresponde a um adjetivo ou a um sintagma preposicional.

Seguindo o mesmo raciocínio, tendo em vista as estruturas equativas descritas por Ilari / Basso e Castilho, que são consideradas típicas das definições, teríamos que dizer que os elementos destacados da definição "Alergia é quando o nosso corpo reage a uma substância que ele reconhece como estranha" estão numa relação de equivalência gramatical. No entanto, o elemento introduzido por *quando* não equivale gramaticalmente ao elemento que representa o sujeito da sentença (ou o termo que é definido), que é um sintagma nominal (alergia).

Vemos que grande parte do problema em descrever a estrutura gramatical de [X é quando Y] está relacionada com a presença da conjunção *quando* numa posição atípica. Isso se deve à falta de descrições gramaticais que analisem as sentenças introduzidas pela conjunção *quando* como tendo uma função diferente da de sentença subordinada adverbial temporal. Discutiremos essa questão no item a seguir.

1.2. "X é quando Y" e as sentenças subordinadas

Do ponto de vista do sistema gramatical, vimos que não há uma relação de equivalência entre a palavra definida e a sentença introduzida por "quando". Assim, se quiséssemos considerar a definição com "é quando" como uma sentença equativa, teríamos um obstáculo na classificação gramatical. Esse obstáculo vem das classificações existentes para as sentenças introduzidas pela conjunção *quando*, que as incluem entre as sentenças

subordinadas adverbiais, que, entre outras coisas, se caracterizam por não estarem *encaixadas* (NEVES, BRAGA & HATTNHER, 2008, v.2, p.938) na sentença matriz, encaixamento necessário em uma relação definidora constituída por verbo *ser*, em que se descreve uma articulação forte entre item definido e item definidor.

Para explicitarmos as relações que esse tipo de sentença estabelece com a sentença matriz e como ela se diferencia dos demais tipos de sentença subordinada, recorremos às explicações de alguns gramáticos sobre a sentença subordinada, apresentadas a seguir.

Castilho (2010, p. 337-390), usa o termo *sentença complexa*, em detrimento do termo *período*, para designar os enunciados constituídos por mais de um verbo, justificando que o período apresenta propriedades correspondentes às da sentença simples.

Os tipos de relação estabelecidos entre as estruturas que integram as sentenças complexas levam em conta os seguintes quesitos: (i) as formas de ligação; (ii) os graus de coesão; e (iii) a tipologia.

Quanto às formas de ligação, as sentenças podem estar em uma relação de *justaposição*, quando não há relação conjuncional; são as chamadas coordenadas assindéticas da Gramática Tradicional (*e.g.* Escreveu, não leu, o pau comeu). Quando as sentenças são ligadas por conjunções, há um vínculo marcado entre elas, chamado de *relação conjuncional*, que pode ser de dois tipos: por coordenação, quando as sentenças são sintaticamente independentes (*e.g.* O marido vende carros e a esposa conserta televisores); e por subordinação, em que as sentenças podem (i) apresentar-se encaixadas umas nas outras (*e.g.* Minha namorada disse *que virá amanhã* / O relógio *que eu comprei* estava quebrado) ou (ii) uma sentença pode aparecer adjunta à outra (Eu desliguei a televisão *quando o filme terminou*). A relação de subordinação pode ser também marcada por um verbo em forma nominal, quando há uma *relação de subordinação não conjuncional* (*e.g.* A vítima disse ter pedido socorro). Um último modo de ligação é chamado de *correlação*, que ocorre quando há um desdobramento da conjunção em duas expressões, ficando cada uma em uma sentença (*e.g.* Ele *não só* foi sem ser convidado *como também* levou todos os seus amigos).

Quanto aos graus de coesão, Castilho (2010, p. 338) apresenta três relações intersentenciais, que se articulam com as relações de ligação anteriormente apresentadas. O primeiro tipo é o das sentenças que constituem *estruturas independentes*, ou *coordenadas*. O segundo tipo é aquele em que uma das sentenças é dependente da outra; trata-se das *estruturas dependentes*, ou *subordinadas*. O terceiro e último grau de integração das sentenças é o das estruturas *interdependentes*, ou *correlatas*, demonstrado pelo exemplo "Comeu tanto que ficou com dor de barriga", em que cada sentença depende sintaticamente da outra.

Quanto à tipologia das sentenças complexas, Castilho apresenta subcategorias para os grupos descritos pelas relações intersentenciais apresentadas no parágrafo anterior, recuperando a descrição das possíveis formas de ligação entre as sentenças. Obtém-se dessa nova classificação:

(1) Coordenação / Independência:

a) Sentenças complexas justapostas: Não há relação conjuncional e as sentenças se apõem uma à outra (Escreveu, não leu, o pau comeu);

b) Sentenças complexas coordenadas: Há relação conjuncional entre as sentenças, mas não uma relação de dependência (O marido vende carros e a esposa conserta televisores);

(2) Subordinação / Dependência:

c) Sentenças complexas encaixadas: se o encaixamento ocorre no sintagma verbal (como em "Minha namorada disse *que virá amanhã*"), de modo que se estabeleça uma relação argumental entre a sentença e o SV (no exemplo, o SV "disse" projeta como argumento interno a sentença *que virá amanhã*), temos uma sentença *substantiva*, ou *integrante*; se o encaixamento se dá no sintagma nominal (O relógio *que eu comprei* estava quebrado), de modo que se estabeleça uma relação de adjunção com ele, temos uma sentença *adjetiva*, ou *relativa*.

d) Sentenças complexas em adjunção: Neste caso, uma sentença está em relação de dependência com a outra, mas não há encaixamento, como em "Eu desliguei a televisão *quando o filme terminou*".

(3) Correlação / Interdependência:

(e) Sentenças complexas correlatas: Quando há na primeira sentença uma expressão que se correlaciona com uma expressão presente na segunda, elas estão em relação de interdependência, como em "Ele *não só* foi sem ser convidado *como também* levou todos os seus amigos".

Interessa-nos nessa classificação a descrição que se faz das sentenças subordinadas (2), especialmente a descrição das sentenças complexas em adjunção, visto que desejamos comparar as características da estrutura "X é quando..." com as propriedades apresentadas para aquele tipo de sentença.

As subordinadas adverbiais, segundo Neves, Braga e Hattnher (2008, v.2, p.938), distinguem-se das completivas e adjetivas pelos traços [+/-encaixamento] e [+/-dependência], o que nos remete à classificação apresentada por Castilho. Enquanto as completivas e adjetivas apresentam os traços [+encaixamento] e [+dependência], as adverbiais exibem os traços [-encaixamento] e [+dependência].

A conjunção "quando" é normalmente considerada a principal conjunção que introduz sentenças subordinadas adverbiais temporais; segundo Neves, Braga e Hattnher, essa conjunção, no discurso oral do português, introduz quase exclusivamente essas sentenças. Temos chamado de sentença temporal a sentença introduzida por "quando" dos enunciados definidores estudados pelo fato de, apesar de a situação descrita por ela não estar localizada em um ponto específico do tempo, a conjunção produzir algum efeito de temporalidade, ainda que seja um efeito omnitemporal.

Ocorre que, na estrutura que selecionamos para este projeto, "X é quando Y", acreditamos que o funcionamento da conjunção "quando" seja, ainda assim, bastante diferente de seu funcionamento nos contextos típicos da sentença subordinada adverbial. Assim como na sentença adverbial típica, a sentença introduzida por "quando" das

definições apresenta o traço /+dependência/. Ela depende da sentença matriz "X é" para que esteja bem construída. Por outro lado, diferentemente da sentença adverbial típica, é o traço /+encaixamento/ que parece constituir a relação entre [X é] e [quando...], aproximando-a das sentenças substantivas (completivas) e adjetivas (do ponto de vista da forma de ligação e do grau de integração entre as sentenças).

Adjetiva	Ela é a professora	←→	que dava aula de português.
Substantiva	A professora disse	←→	que não virá amanhã.
"X é quando Y"	Alergia é	←→	quando o nosso organismo...
Adverbial	O aluno gritou	,	quando a professora saiu.

O símbolo ←→ indica que há entre as sentenças um encaixamento, e a vírgula (**,**) indica que não há.

Para compreender o encaixamento (e a falta dele) nas sentenças complexas, é preciso levar em conta a chamada propriedade de constituência da língua, a saber, a "capacidade linguística de organizar expressões dotadas de uma margem esquerda, um núcleo e uma margem direita" (CASTILHO, 2010, p. 56). Essa estruturação é recorrente na língua e é observada em diferentes níveis de análise, como a sílaba, o morfema, a palavra. Aqui, interessa-nos refletir sobre essa estruturação nos sintagmas.

Tomemos os seguintes enunciados:

1) A professora substituta aplicou a prova.
2) O aluno conversou durante a aula.

Uma análise sintagmática desses enunciados nos fornecerá o seguinte:

A professora substituta aplicou a prova			
Estrutura geral dos sintagmas	**Margem esquerda: Especificadores**	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
SN 1	A	*professora*	SAdj →
SAdj 1 (encaixado no SN 1)	--	*substituta*	--
SV 1	--	*aplicou*	SN →
SN 2 (encaixado no SV 1)	a	*prova*	--

O aluno conversou durante a aula.			
Estrutura geral dos sintagmas	**Margem esquerda: Especificadores**	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
SN 3	O	*aluno*	--
SV 2	--	*conversou*	--
SP 1	--	*durante*	SN →
SN 4 (encaixado no SP 1)	a	*aula*	--

Na análise acima, o SAdj 1 (substituta) está encaixado no SN 1 (a professora), atuando como Complementador desse sintagma. Note-se que "substituta" necessita do núcleo do SN (professora) para que haja uma construção gramatical adequada, tendo em vista a manutenção de "substituta" como adjetivo prototípico[16].

[16] Essa ressalva se fez necessária pela existência da chamada substantivação dos adjetivos, em que representantes desta classe adquirem, na sentença, funções dos substantivos. Por exemplo: "A substituta não veio". De todo modo, a estrutura sintagmática se reorganiza nesses casos.

O SN 2 está encaixado no SV 1, também atuando como Complementador. O SN 2 corresponde ao argumento interno (objeto direto) do verbo "aplicou", sendo portanto um elemento selecionado pelo verbo e necessário ao preenchimento básico da estrutura sentencial. Essa relação do verbo com o complemento induz a coesão entre eles, o que contribui para a explicação do encaixamento.

Em "O aluno conversou durante a aula", vemos que o SP 1 (*durante a aula*) não está encaixado no sintagma verbal "conversou"; não se trata de um argumento selecionado pelo verbo. O SP 1 está em uma relação de adjunção com o SV 2. Como não há a mesma coesão que havia entre o SN 2 e o SV 1, não há também encaixamento.

Quando se quer pensar na questão do encaixamento que envolve as sentenças subordinadas, o funcionamento é análogo ao das relações entre sintagmas observadas acima. Vejamos:

a) Ela é a professora **que dava aula de português**.
b) Ela é a professora **substituta**.

Em (a), acima, a sentença adjetiva em negrito, de modo análogo ao funcionamento do sintagma adjetival "substituta", em (b), atua como Complementador do SN "a professora", estando, portanto, encaixada nesse SN:

A e B		
Margem esquerda: Especificadores	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
A	*professora*	que dava aula de português
A	*professora*	substituta

c) A professora disse **que não virá amanhã**.
d) A professora substituta aplicou **a prova**.

Em (c), acima, a sentença substantiva em negrito, assim como o sintagma nominal "a prova", em (d), tem uma relação argumental com o sintagma verbal (*disse*, em *c*; *aplicou*, em *d*). Como vimos, a relação entre o verbo e seus argumentos é uma relação de coesão forte, portanto existe encaixamento entre eles.

C e D		
Margem esquerda: Especificadores	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
--	*disse*	que não virá (s. subst.)
--	*aplicou*	a prova (SN)

e) O aluno gritou **quando a professora saiu**.

f) O aluno conversou **durante a aula**.

Em (e), acima, a sentença adverbial *quando a professora saiu* não corresponde a um argumento interno do verbo *gritou*. O mesmo ocorre em (f), em que *durante a aula* não é selecionado pelo verbo como argumento. Os constituintes funcionam em *adjunção* ao verbo da sentença (matriz, no caso da sentença subordinada adverbial). Como não existe uma coesão forte entre o verbo e a sentença adverbial, não há encaixamento entre eles, e a flutuação da sentença adverbial na sentença complexa é favorecida:

1) O aluno gritou **quando a professora saiu**.
2) O aluno, **quando a professora saiu**, gritou.
3) **Quando a professora saiu**, o aluno gritou.

Para justificarmos por que consideramos que há nas definições com "é quando" uma relação de encaixamento entre *é* e a sentença temporal, levaremos em conta o mesmo

raciocínio que temos desenvolvido até aqui. Ocorre que, neste momento, importa-nos o encaixamento que se observa nas sentenças equativas. Comparemos:

g) O homem é um animal racional.
h) Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.

A análise sintagmática de (g) nos fornece o seguinte:

O homem é um animal racional.			
Estrutura geral dos sintagmas	**Margem esquerda: Especificadores**	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
SN 5	O	*homem*	--
SV 3	--	*é*	SN →
SN 6 (encaixado no SV 3)	um	*animal*	SAdj →
SAdj 2 (encaixado no SN 6)	--	*racional*	--

A análise sintagmática de (h), tendo em vista nossa hipótese de que haja encaixamento entre a sentença introduzida por "quando" e o verbo "é", nos fornece o seguinte:

Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.			
Estrutura geral dos sintagmas	**Margem esquerda: Especificadores**	**Núcleo**	**Margem direita: Complementadores**
SN 7	--	*Alergia*	--
SV 4	--	*é*	[sentença introduzida por *quando*]

Na análise de (g), vemos que o SV 3 (*é*) tem como Complementador o chamado termo equativo. Há entre o verbo e esse termo um encaixamento; o verbo *ser* demanda um elemento à sua direita, pois "algo *é algo*", e essa demanda produz uma forte coesão entre esses elementos. No caso de "X é quando...", a demanda por um elemento que se apresente como o que X *é* também está presente, e essa demanda produz o mesmo tipo de atração que ocorre na relação "SN é SN". Assim, diferentemente das sentenças subordinadas adverbiais, as sentenças introduzidas por "quando" das definições em questão se caracterizam pelo traço /+encaixamento/; outro fato importante é que elas não estão em adjunção ao verbo, mas atuam como Complementador de um sintagma verbal.

A assunção de que a estrutura [X é quando Y] contenha o traço /+encaixamento/ vai de encontro a algumas ideias sobre sua forma gramatical proposta por algumas pessoas[17] que se depararam com os dados por nós recolhidos. Uma dessas ideias é a de que haveria entre o verbo *ser* e a sentença introduzida por "quando" a elipse de algum sintagma nominal. O item (a_1) abaixo, que pretende "retificar" (a) exemplifica essa sugestão:

[17] Essas manifestações se deram em uma apresentação do projeto de pesquisa, em pôster, na I Jornada Internacional Semântica e Enunciação (2011), no Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. Trata-se de alunos de graduação e pós-graduação que, durante a exposição, apresentaram sugestões intuitivas para a compreensão do funcionamento semântico e gramatical da estrutura em questão.

(a) Depressão é quando você cansa de fazer tudo e não tem nenhum ânimo para viver.[18]

(a_1) Depressão é <u>um distúrbio que ocorre</u> quando vc cansa de fazer tudo e não tem nenhum ânimo para viver.

Em (a_1), há a inserção do sintagma nominal "um distúrbio que ocorre", e a sentença introduzida por *quando* está subordinada à sentença matriz "que ocorre", também uma subordinada (uma adjetiva restritiva).

A motivação para a estrutura proposta em (a_1) se fundamenta no fato de, ao incluir o sintagma destacado, a primeira sentença (*X é*) tornar-se aparentemente mais completa, de modo que a sentença subordinada adverbial introduzida por *quando* se exibe em um contexto típico da descrição de sua função (não encaixada na sentença matriz). Busca-se um lexema que funcione como hiperônimo da palavra definida e relaciona-se a esse hiperônimo uma sentença subordinada cujo verbo denota o desencadear de uma situação ou evento (ocorre, acontece, se dá, se passa) e abre espaço para uma subordinada adverbial.

Para nós, esse procedimento não é necessário para que possamos desenvolver uma descrição das definições "X é quando", pois acreditamos que, nessa estrutura, a relação entre X e a sentença subordinada pode, sim, ser uma relação direta, descritível enunciativamente, cujo efeito se diferencia de uma definição que contém uma relação clássica de hiperonímia. Essa descrição é apresentada nas seções 3.2 e 3.3 desta dissertação.

Até aqui, fizemos um exercício que consistiu em retomar algumas explicações relacionadas com o funcionamento dos elementos que encontramos na estrutura "X é quando Y", a fim de, comparativamente, tentar iniciar uma explicação para essas definições, ainda que nossa pesquisa não tenha encontrado descrições compatíveis com essa estrutura. Lançamos mão das descrições gramaticais encontradas sobre estruturas "X é Y" para tentarmos, analogicamente, encaixar (ou mostrar como não se encaixa) o

[18] DEPRESSÃO: Yahoo Respostas. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100211201933AAzgs5V. Acesso em 23/11/12.

enunciado “X é quando Y” numa relação predicativa, ou atributiva, ou equativa, tal como descrita nas gramáticas mencionadas. Em cada texto por que passamos, identificamos questões semânticas e sintáticas que nos foram valiosas para firmarmos (ora por contraposição à nossa teoria de base, ora por convergência de explicações) nossa posição acerca do funcionamento semântico, sintático e enunciativo dos enunciados constituídos por “X é quando Y”. Essa posição será desenvolvida na seção 3.3 deste trabalho.

CAPÍTULO II

2. A DEFINIÇÃO

2.1. Filosofia, Lógica e Definição

Tendo em vista que nosso trabalho se refere a um tipo de definição, julgamos necessário realizar, na etapa de pesquisa bibliográfica, um levantamento sobre os critérios estabelecidos pelas diferentes disciplinas para a construção de definições, a fim de discuti-los para fundamentarmos uma posição sobre o que é e como funciona uma definição, e, mais especificamente, uma definição constituída por "é quando".

Na primeira etapa dessa pesquisa, buscamos textos que apresentassem as concepções lógico-filosóficas sobre a definição; selecionamos o curso de lógica tradicional escrito por William Parry e Edward Hacker intitulado "Aristotelian Logic"[19], que contém uma seção dedicada ao tema, e o livro "Definition"[20], de Richard Robinson, que tenta explicar a definição retomando e discutindo explicações lógicas clássicas sobre o tema.

Investigando a origem do pensamento acerca da definição, vimos que a noção foi, segundo Robinson (1968), inventada por Sócrates e Platão, que, naquele momento, pensavam apenas na chamada *definição real*, ou definição de coisa (*res*). Para Platão, a definição representava o final do processo da aquisição do conhecimento sobre as coisas e a expressão do mais importante tipo de conhecimento que o homem pode ter. A visão de Aristóteles sobre definição corresponde a essa ideia realista sobre o conhecimento das coisas, pois ele define "definição" como a indicação da essência de uma coisa. Suas reflexões tornaram-se as bases para o desenvolvimento de uma teoria lógica da definição.

Em oposição à ideia de as definições serem definições reais, isto é, definições de coisas, houve quem considerasse também a existência de um tipo de definição que se caracteriza pela indicação do significado de uma *palavra*, e não de uma *coisa*. Definições

[19] PARRY, William T.; HACKER, Edward E.. Basic Concepts of Logic. In: PARRY, William T.; HACKER, Edward A.. **Aristotelian Logic.** Albany: State University Of New York Press, 1991. p. 79-128.
[20] ROBINSON, R. **Definition**. Oxford, Clarendon Press, 1968.

desse tipo foram chamadas de *definições nominais*, ou *definições de palavra*. O próprio Aristóteles reconhecia a existência desse tipo de definição, embora não tenha desenvolvido reflexões sobre ela em seus escritos. Segundo Parry e Hacker (1991), os escolásticos e grande parte dos lógicos do século XIX e início do século XX reconhecem a existência dos dois tipos de definição; no entanto, segundo os mesmos autores, há, contemporaneamente, lógicos para quem todas as definições seriam definições de palavras, pois só seria possível, pelo fato de que se fala e se escreve, definir nomes ou expressões. Para eles, a ideia de definição real estaria ligada a uma doutrina pouco sustentável da busca pela essência.

Tanto para as definições nominais quanto para as reais, os lógicos costumam considerar dois elementos essenciais a sua constituição: o *definiendum* e o *definiens*. Para Parry e Hacker, que consideram o ponto de vista aristotélico de que as coisas, além das palavras, podem também ser definidas, o *definiendum* é o elemento (palavra ou coisa) que é definido, e o *definiens* (também uma palavra ou uma coisa) é aquilo que o *definiendum* é ou significa. A partir das diferentes possibilidades de combinação entre definiendum e definiens, Parry e Hacker propõem a seguinte classificação para as definições:

Tipo de definição	O *definiendum* é uma:	O *definiens* é uma:
palavra-palavra	palavra	palavra
palavra-coisa	palavra	coisa
coisa-coisa	coisa	coisa
coisa-palavra	coisa	palavra

Quando se tem uma definição do tipo coisa-coisa, diz-se que o definiendum *é* o definiens (Azul é a cor do céu claro). Quando o definiendum é uma palavra (também uma expressão ou um signo convencional), diz-se que o definiendum significa o definiens (Por

“azul” entende-se a cor do céu claro) ou que o definiendum significa o mesmo que o definiens (“Azul” significa “a cor do céu claro”). No primeiro caso, associa-se uma palavra a uma realidade não verbal (coisa) para dar o significado da palavra; no segundo, uma expressão é que é usada para dar o significado da palavra definida.

Abaixo, apresentamos, em português, exemplos adaptados do texto de Parry e Hacker para cada tipo de definição:

> a) A palavra “concupiscência” significa o mesmo que a expressão “desejo sexual” (palavra-palavra);
>
> b) Entende-se por “copo” um recipiente geralmente cilíndrico, sem asa e sem tampa, usado para beber algo (palavra-coisa);
>
> c) Amarelo é a cor do limão maduro (coisa-coisa);
>
> d) A composição química da água é representada pela fórmula “H2O” (coisa-palavra).

Nos exemplos apresentados pelos autores, definiendum e definiens são identificados como “palavras” pelo uso de aspas e de formas como “significa”, “é expresso por”, “a expressão x”. O simples uso de aspas não é suficiente para explicar por que os itens em questão são uma palavra ou uma coisa, já que essa é uma notação que não é usada nas definições que estão fora desse livro. É possível encontrar definições “palavra-coisa” ou “coisa-palavra” em diferentes textos que não têm a intenção de identificar os itens da definição como “palavra” ou “coisa” e que não usam aspas para assinalá-los. A necessidade de, num manual como o de Parry e Hacker, marcar a metalinguagem com aspas indica a inseparabilidade entre o procedimento de definir palavras e o de definir coisas.

As definições do tipo coisa-coisa são as que mais bem representam o que seria uma definição real, embora, segundo Parry e Hacker, a seguinte explicação de Aristóteles para a noção de definição possa sugerir uma combinação coisa-palavra: “Uma definição é uma *expressão* que indica a essência de uma coisa”.

Se tentássemos enquadrar as definições de estrutura “X é quando Y” nessa classificação, teríamos de considerar a palavra definida como definiendum e a oração

introduzida por *quando* como definiens; no entanto, parece ser problemático, segundo a classificação apresentada por Parry e Hacker, dizer que uma definição como essa seja do tipo palavra-coisa ou coisa-coisa, dado o fato de a sentença com *quando* (ou o evento / situação que ela designa) não poder ser considerado uma coisa, pelo menos tendo em vista os exemplos desses autores do que seriam "coisas"; seus exemplos de definiens em que figura uma "coisa", quando equivalem a um elemento linguístico escrito sem aspas, e não a qualquer outro símbolo convencional, sempre têm a forma de um sintagma nominal (conferir exemplos *b* e *c* acima, que são exemplos adaptados do texto dos autores).

Robinson (1968) admite que a tradição da lógica restringe a definição aos nomes e às palavras que podem substituir nomes, deixando de lado vários verbos, adjetivos, advérbios etc. Segundo ele, o seguinte sentido restrito do que seja uma definição palavra-coisa foi o que obteve maior aceitação entre os lógicos: "o processo pelo qual um ser humano explica a outro ser humano o significado de um nome geral por meio do uso de palavras que fornecem uma análise da coisa que esse nome representa" (ROBINSON, 1968, p. 21; minha tradução). Esse sentido corresponde ao chamado método analítico de definir, que será discutido mais adiante.

Essa concepção de definição justifica os exemplos apresentados por Parry e Hacker, que, excetuando-se os casos de símbolos não verbais, como H_2O, sempre definem uma palavra substantiva. Sendo o definiendum ou o definiens uma palavra ou uma coisa, é sempre um substantivo que figura na posição em que esses itens são identificados, sendo que, no caso das definições de palavra, esse substantivo aparece entre aspas.

Em um dos primeiros parágrafos de seu curso de lógica, pouco antes de introduzirem a questão da definição de palavra e de coisa, Parry e Hacker (1991, p. 80), amparam-se no seguinte pensamento: "Aristóteles reconheceu dois tipos de definição, um que fornece o sentido de uma palavra ou sintagma e um segundo que fornece as propriedades essenciais de algum tipo de objeto existente" (minha tradução). Posteriormente, os autores distinguem "palavra" e "coisa", definindo-as do seguinte modo:

> "Uma **'palavra'** é uma expressão linguística, i.e., uma palavra, sintagma ou sinal convencional, escrito ou falado."

(PARRY e HACKER, 1991, p. 81; minha tradução)

"Uma **'coisa'** é um objeto que não corresponde a uma 'palavra'."
(PARRY e HACKER, 1991, p. 81; minha tradução)

Os autores ainda chamam a atenção para o fato de poderem ser tratados como coisas objetos que se localizam ou não no tempo, que sejam físicos ou não, e destacam que conceitos e abstrações podem igualmente ser considerados "coisas". O fato de usarem a palavra "objeto" está intimamente ligado à exclusividade de palavras substantivas nas definições de seus exemplos. De igual modo, a palavra, como expressão linguística, é sempre apresentada ao longo de seu texto na forma substantiva. Isso mostra que existe na lógica uma ideia naturalizada de que as definições só podem ser definições de nomes, e está por trás desse raciocínio uma visão de correspondência entre as formas linguísticas e o mundo ou a mente, segundo a qual os substantivos são as únicas formas capazes de *representar* os objetos e os conceitos. Essa visão exclui as definições com "é quando" e dela não compartilhamos. Para nós, as relações de sentido que constituem uma definição não dependem da presença de um definiendum e definiens obrigatoriamente substantivos. Verbos, adjetivos e outras formas linguísticas podem ser definidos enunciativamente por relações de sentido com diversas outras formas. Discutiremos essa questão na seção 3.2.1.

Quanto à questão de o definiendum e o definiens serem palavras ou coisas, admitiremos em nosso trabalho uma visão diferente daquela apresentada pelos lógicos. Como veremos na seção 3.2.1, as relações de sentido de que trata a Semântica do Acontecimento são sempre compreendidas como relações entre elementos linguísticos, tanto no procedimento de reescrituração quanto no procedimento de articulação (GUIMARÃES, 2007, 2009). No funcionamento da língua, entretanto, entendemos que, ao mesmo tempo que são postas em funcionamento relações de determinação de sentido, que produzem a designação, são estabelecidas também relações com o mundo, e essas relações são produzidas enunciativamente. Isso quer dizer que falar da *palavra* é sempre falar também da *coisa*. Essa ambiguidade decorre da polissemia que é própria do funcionamento da língua, ambiguidade que pode ser observada no verbete abaixo, do Dicionário Aulete:

(mar. *te*.lo)

sm.

1. Ferramenta constituída de um cabo com um arremate em T, ger. de ferro, us. para cravar pregos, golpear objetos etc.

2. Objeto de madeira semelhante a essa ferramenta, us. por juízes, leiloeiros etc. para assinalar comandos: Bateu o martelo, vendendo o quadro pelo lance mais alto (...).[21]

Quando recorremos ao verbete acima para buscar os sentidos de "martelo", deparamo-nos com um conjunto de determinações que nos fazem compreender "martelo" tanto como uma palavra quanto como uma coisa, um objeto, uma ferramenta. As separações silábicas, a indicação da sílaba tônica (em itálico) e a indicação da classe gramatical apontam para a realidade de "martelo" enquanto palavra. As acepções nos fornecem sentidos para a palavra, mas os sentidos não são só da palavra, mas da própria coisa com a qual essa palavra acaba se relacionando, e essa relação não é uma relação de representação, mas uma relação de construção de sentido, que se dá pelo próprio funcionamento da língua. As palavras significam quando são enunciadas e, ao significar, dão sentido ao mundo.

Esse funcionamento polissêmico da língua de que falamos se verifica, inclusive, na enunciação que classifica as definições em palavra-palavra, palavra-coisa, coisa-palavra, coisa-coisa. Vimos que são usadas palavras mesmo nos casos em que definiendum e definiens são tratados como coisas, e seria impossível apresentar os exemplos sem usá-las. O problema está em não reconhecer que se fala da palavra e da coisa ao mesmo tempo, e, por isso, a explicação da classificação fica confusa.

Prosseguindo com nossa pesquisa sobre o tratamento da definição na lógica, verificamos que o principal critério para que uma sentença seja considerada uma definição

[21] MARTELO: verbete de dicionário. Disponível em: http://aulete.uol.com.br/martelo. Acesso em 21/07/2013).

é saber se o definiendum e o definiens dessa sentença são intercambiáveis, isto é, se são equivalentes em significado. O que os autores chamam de equivalência de significado é a possibilidade de, em determinado enunciado, usar uma expressão ou outra sem que a mudança altere a compreensão desse enunciado. Esse princípio de equivalência utilizado pela lógica é descrito por Robinson (1968, p. 132) no seguinte excerto: "Por equivalência, aqui, eu entendo o seguinte: duas palavras ou expressões são equivalentes se uma puder ser substituída pela outra em qualquer enunciado sem alterar o valor de verdade do enunciado ou sem alterar o significado do enunciado". Para Parry e Hacker (1991, p. 88), uma definição por equivalência "é uma definição que afirma ou implica que o termo do definiendum pode substituir o termo do definiens – e vice-versa – em qualquer proposição sem alterar o valor de verdade".

Parry e Hacker (1991, p. 87) apresentam os seguintes exemplos para explicar o que seria uma definição por equivalência:

a) Um vombate é um marsupial australiano.
b) Um vombate é um marsupial australiano da família *Vombatidae*.

Segundo os autores, a definição (a) não seria considerada por grande parte dos lógicos como uma definição completa, pois ela não distingue um vombate de um canguru, que também é um marsupial australiano. Por outro lado, a definição (b) seria completa, pois, considerando-se que todos os membros da família *Vombatidae* sejam vombates, o definiendum e o definiens da definição seriam intercambiáveis; eles seriam equivalentes.

O problema dessa visão é que a definição acaba se reduzindo a um mero procedimento de obtenção de expressões que sejam intercambiáveis, e a questão da apresentação do que uma palavra ou expressão significa acaba sendo deixada de lado. No exemplo acima, a inclusão da família à qual pertence o vombate acrescenta muito pouco ao que tinha sido dito em (a), apenas se mostra que ele é o membro típico dessa família, e isso é considerado suficiente para que (b) seja tratado pelos lógicos mencionados pelos autores como uma definição completa, e (a), não.

O critério da equivalência corresponde a uma das tradicionais "regras da definição", apresentadas por Aristóteles nos *Tópicos* e redefinidas em alguns manuais de lógica, como em Joseph (1916) e Stebbing (1933). Essas regras podem ser resumidas do seguinte modo:

> (1) uma definição deve apresentar a essência daquilo que é definido;
> (2) uma definição deve ser por gênero e diferença (*genus et differentiam*);
> (3) o *definiens* deve ser equivalente ao *definiendum*;
> (4) o *definiens* não deve incluir expressões que estejam no *definiendum*;
> (5) o definiens não deve ser expresso de forma negativa se o *definiendum* não for negativo;
> (6) uma definição não deve ser expressa em linguagem obscura ou figurativa.

A regra (1) indica que a definição deve ser um procedimento de explicitação das propriedades daquilo que está sendo definido. Assume-se que as coisas possuem características inerentes que precisam apenas ser descritas. Essa visão ignora a ideia de que o conhecimento sobre as coisas possa ser construído e de que as definições possam constituir e fornecer o sentido de uma palavra.

A regra (2) consiste em identificar a classe à qual uma entidade pertence, identificando, posteriormente, o que a distingue dos demais elementos dessa classe. A definição "O ser humano é um animal racional" apresenta "animal" como a classe (gênero) e a propriedade da racionalidade como a diferença.

A regra (3) corresponde ao critério de equivalência mencionado anteriormente, que exige que definiendum e definiens sejam intercambiáveis.

Segundo a regra (4), uma definição como "Pão integral é um pão cujos ingredientes não passaram pelo processo de refinamento" seria incorreta, visto que a

palavra "pão" aparece tanto no definiendum quanto no definiens. Essa mesma definição infringiria a regra (5), pois o definiens é apresentado com uma negativa (pão cujos ingredientes não passaram pelo processo de refinamento).

A regra (6), por fim, sobre não definir de forma obscura ou figurativa, seria infringida por grande parte das definições, que são muito produtivas no modo figurativo. Uma definição como "Preocupação é uma cola que não deixa o que ainda não aconteceu sair de seu pensamento"[22], segundo essa regra, não seria considerada uma definição. Existem muitas definições com "é quando" que apresentam um conteúdo metafórico, como "Intuição é quando seu coração dá um pulinho no futuro e volta rápido"[23]. Para nós, enunciados desse tipo devem ser compreendidos como definições; por isso, em nosso trabalho, não compartilhamos dessa regra clássica que condena o modo figurativo de definir.

As demais regras também não serão por nós consideradas, pois elas não refletem a concepção de definição que apresentamos na introdução deste trabalho. Trataremos a definição como um procedimento enunciativo, que consiste em apresentar uma expressão *como sendo* o que o definiendum significa. Esse procedimento independe da forma como se apresenta o item definidor ou o item definido (com ou sem negação, com ou sem repetição de palavras) e também independe de se esses itens são ou não intercambiáveis em qualquer enunciado; o que importa é que a característica de definição está presente naquele enunciado específico, e é nele que deve ser analisada.

Assim como rejeitamos as chamadas regras da definição, que apresentam um teor extremamente normativo, rejeitaremos também *como únicos* os métodos considerados adequados para sua constituição, que estão fundamentados em algumas dessas regras. Robinson (1968) apresenta um conjunto de métodos para a construção de definições que se fundamentam no critério de equivalência entre definiendum e definiens de que falamos anteriormente:

[22] PREOCUPAÇÃO: Disponível em http://www.solbrilhando.com.br/Curiosidades/Definicoes_de_sentimentos.htm. Acesso em 21/07/2013.
[23] INTUIÇÃO: Disponível em: http://poetamarioquintana.blogspot.com.br/. Acesso em 23/11/12.

(1) a sinonímia, método pelo qual se usa, para representar o definiens, uma palavra equivalente à palavra do definiendum.

(2) o método analítico, que consiste em indicar qual objeto específico uma palavra significa, por meio da nomeação da classe à qual ele pertence, seguida da apresentação de algo que o distingue dos demais objetos dessa classe. O método de Aristóteles de definir por gênero e diferença, quando aplicado à definição de palavras, torna-se um método analítico de definição. A definição por análise é a mais defendida pelos lógicos.

(3) método sintético: consiste em indicar a relação do que é definido com outras coisas (objetos, eventos etc.); não se apresenta uma análise do definiendum; não se apresentam seus traços essenciais. São fornecidos como exemplos para esse método:

a) '*Feuillemorte'* é a cor de folhas secas no outono.
b) Por 'vermelho' as pessoas querem dizer a cor que uma pessoa normal vê quando seu olho é atingido pela luz de comprimento de onda 7000 - 6500 A.
c) 'Automóvel' é o tipo de veículo mais comum nas estradas do Canadá em 1935.

Neste caso, poderíamos pensar em um enunciado com "é quando" que parafraseasse o exemplo (b) da seguinte forma: (b_1) 'Vermelho' é quando uma pessoa normal tem seu olho atingido por uma luz de comprimento de onda entre 7000 – 6500 A. Esse procedimento produz uma problemática interessante: Se considerarmos uma relação de correspondência entre o que (b) e (b_1) descrevem e um estado de coisas no mundo, tanto a definição que tem como item definidor um sintagma nominal como aquela que apresenta a sentença com *quando* serão verdadeiras. A única diferença está no modo de apresentar o

definiens, que, no segundo caso, é a descrição direta de uma situação, sem a interferência de um sintagma nominal.

Segundo Robinson, de todos esses métodos para a construção de definições, o analítico é considerado por boa parte dos lógicos o único procedimento que dá origem a algo que se possa chamar de definição.

É preciso ficar claro que Robinson retoma em seu texto as regras e os métodos tradicionalmente defendidos pelos lógicos para tratar da definição, mas, em seu estudo particular (sobre definições do tipo palavra-coisa), o autor opera com um conceito próprio de definição, que apresentamos abaixo:

> Para mim, uma definição do tipo palavra-coisa é uma definição lexical ou legislativa, que é equivalente a qualquer tipo de definição cujo propósito é informar ou estabelecer o significado de um símbolo.
> A interpretação mais ampla de definição "palavra-coisa" seria: qualquer processo, verbal ou de outra natureza, pelo qual um indivíduo qualquer, seja Deus, anjo, homem ou animal, faz outro indivíduo qualquer ou a si mesmo conhecer o significado de qualquer símbolo elementar, verbal ou não verbal; e, sendo verbal, este pode ser um nome, um adjetivo, uma preposição ou qualquer outro tipo de palavra (ROBINSON, 1968, p. 20; minha tradução).

Tendo em vista essa visão mais ampla de definição, Robinson também apresenta em seu texto alguns métodos para a construção de definições que não pressupõem uma relação de equivalência entre definiendum e definiens, tal como ocorre nos métodos anteriores. Gostaríamos de destacar o que ele chama de *método denotativo* (ROBINSON, 1968, p. 108). Esse método consiste em apresentar como definiens um exemplo de coisa que pode ser denotada pela palavra definida; por esse motivo, o autor também chama esse método de método exemplificativo. Ele ocorre quando, por exemplo, para explicar a alguém o que significa "ave", apresentam-se exemplos como gaivota, ganso etc. Esse

procedimento pressupõe uma relação extensional, em que os objetos usados para definir se aplicam à *extensão*[24] da palavra definida.

Se observarmos as definições com "é quando" a partir da descrição desse método, acreditamos ser possível considerar algumas definições como exemplificativas, mas outras não. Se retomarmos a definição apresentada para "alergia" no capítulo 1, veremos que a situação descrita por "quando..." não corresponde a um evento particular ao qual a palavra "alergia" se aplica, e sim a uma classe geral de eventos que podem constituir uma alergia: "Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha". Uma definição exemplificativa para essa palavra poderia ser algo como: "Alergia é quando você fica se coçando" ou "Alergia é quando você fica com manchas vermelhas no corpo". A coceira e a vermelhidão são apenas exemplos de reações que o organismo pode produzir diante de uma substância estranha. Por esse motivo, somente essas duas situações caracterizariam uma definição exemplificativa.

Apesar de o conceito de definição apresentado por Robinson ser muito mais amplo e levar em conta diferentes modos de construir definições, ele não corresponde à nossa visão do que seja uma definição. Para nós, ela não se define por um propósito informativo (apenas), mas por diversas motivações que os indivíduos, enquanto falantes da língua, podem ter para definir. Também não achamos necessário estabelecer que as definições sejam sempre do tipo palavra-coisa ou de outro tipo, já que, como discutimos anteriormente, há no funcionamento da definição uma polissemia que faz com que falemos das palavras e das coisas ao mesmo tempo quando enunciamos.

Nesta seção, fizemos uma revisão de alguns critérios lógicos e filosóficos sobre a definição. Ela demonstrou que os critérios fornecidos por Aristóteles e pelos lógicos nos permitem pensar que, quando de sua formulação, os autores provavelmente não contavam com uma estrutura definitória como a que estamos analisando neste trabalho. Há uma tendência forte a relacionar os termos da definição com as formas substantivas, o que impõe restrições ao estudo dos diferentes modos de definir e à compreensão mais ampla do fenômeno da definição.

[24] Do ponto de vista lógico, a *intensão* de um nome é uma propriedade ou conjunto de propriedades compartilhada(s) pelos possíveis objetos aos quais o nome se aplica, enquanto a *extensão* é a classe de possíveis objetos aos quais um nome se aplica (PARRY e HACKER, 1991).

2.2. A definição lexical

Para Parry e Hacker (1991, p. 90) e para Robinson (1968, p. 35), definição lexical é aquela que informa o modo como uma palavra é efetivamente usada pelos indivíduos que falam uma determinada língua. Segundo os autores, não se deve confundir a definição lexical com a definição lexicográfica, pois esta última é apenas um tipo daquela.

Quando uma criança pergunta a seus pais o significado de uma palavra, a definição que ela ouve como resposta é uma definição lexical. O mesmo se obtém quando, numa aula de língua estrangeira, o professor explica ao aluno o significado de uma palavra na nova língua ou quando, numa conversa comum, um amigo nos apresenta uma definição para uma palavra da nossa própria língua que desconhecíamos.

É preciso levar em conta que nem sempre na fala desses indivíduos está explícito que se está definindo uma "palavra", ou que se está perguntando sobre o sentido de uma "palavra" (por exemplo: "O que significa a palavra 'coragem'"?). Às vezes, pergunta-se algo como "O que é coragem?". Isso nos remete à questão da ambiguidade característica do funcionamento da língua de falarmos das palavras e das coisas ao mesmo tempo. É isso que as crianças fazem quando perguntam sobre o sentido de uma palavra, ou sobre o que algo é (perguntam sobre a coisa e sobre a palavra ao mesmo tempo).

Não se pode dizer que uma definição lexical deva expressar a essência da coisa definida, pois como o sentido da palavra é determinado pelo seu uso em determinada comunidade linguística e, inúmeras vezes, por uma delimitação contextual desse uso, a adequação da definição depende unicamente de sua fidelidade ao sentido convencional historicamente constituído para a palavra. Isso significa que uma definição lexical será considerada verdadeira ou falsa "a depender de se ela é bem-sucedida ou se falha em sua intenção de explicar um sentido convencional" (PARRY; HACKER, 1991, p. 90).

O conceito de historicidade que está por trás dessa noção de definição lexical refere-se à cronologia dos usos de uma palavra: "A definição lexical é uma forma de história. Ela se refere ao passado real. Ela diz o que certas pessoas significaram ao usar certa palavra em um tempo e espaço mais ou menos específicos" (ROBINSON, 1968, p.

35; minha tradução). A afirmação de Parry e Hacker segundo a qual a definição lexical informa o sentido convencional de uma palavra também remete a uma cronologia das convenções, já que ela se refere ao acordo que o grupo de usuários de uma língua firma em períodos específicos para o estabelecimento do sentido da palavra.

Para nós, o ponto problemático dessa visão de historicidade está no caráter de estabilidade aparentemente absoluta das convenções. A partir de nosso quadro teórico, veremos, no capítulo 3, que a mobilização de sentidos nas diferentes enunciações depende, ao mesmo tempo, dos lugares sociais de locutor a partir dos quais se fala e do passado que faz significar. Além disso, a visão de temporalidade presente na explicação dos autores é incompatível com os pressupostos da Semântica do Acontecimento, para a qual a temporalidade não está associada à ideia de sucessão cronológica.

Em Parry e Hacker, o sentido convencional da definição lexical está associado a uma visão de inerência de propriedades de um item lexical:

> O sentido convencional que a definição lexical intenta fornecer pode ser uma intensão convencional (isto é, um conjunto de propriedades), uma extensão (convencional) – isto é, uma classe de possíveis objetos –, um sentido verbal convencional (uma expressão) ou qualquer combinação desses elementos, conforme estabelecido pelas convenções linguísticas de certo grupo. (PARRY; HACKER, 1991, p. 90; minha tradução)

Assim, ainda que não se acredite que uma definição lexical busque a essência do que é definido, visto que o sentido de um item lexical resulta de uma convenção, esse sentido é visto como estável e descritível em sua totalidade inequívoca, desde que se disponha de informações claras sobre o momento histórico em que funciona essa palavra e sobre as possíveis determinações contextuais necessárias à identificação do significado que se quer descrever, pois se reconhece que um item lexical encerra um conjunto de propriedades semânticas inerentes (intensão), que, por sua vez, denotam um conjunto de entidades (extensão). Essa visão sobre o léxico distancia-se da que adotaremos neste trabalho, e essa divergência é apresentada na seção 3.2.5.

2.3. A definição lexicográfica

A *definição lexicográfica* é um tipo de definição produzida segundo métodos e critérios específicos; isso significa que sua produção não é tão livre quanto pode ser a explicação do sentido de uma palavra a uma criança por um adulto. Contudo, como qualquer definição lexical, ela deve dar conta dos usos de uma palavra em uma determinada língua, num momento histórico determinado.

Para Rey (1995, p. 41), uma definição lexicográfica bem formada e efetiva se caracteriza por ser um sinônimo em forma de perífrase capaz de identificar o definiendum. Considerar o definiens como uma perífrase sinonímica significa pressupor uma das propriedades características do sinônimo, que é substituir, em certos contextos, a palavra da qual é sinônima.

Em nossa pesquisa sobre os critérios para a construção da definição lexicográfica, encontramos procedimentos que se assemelham ao método de gênero e diferença da lógica, mas, segundo alguns autores da lexicografia, os procedimentos e os objetivos da definição lógica e da definição lexicográfica não são os mesmos.

Para Biderman (1984), a definição lógica só é aplicável, em princípio, à classe dos substantivos, o que já constatamos anteriormente. Citando Zgusta (1971, p. 53-54 *apud* BIDERMAN, 1984, p. 32), argumenta que, apesar de os dois tipos de definição se recobrirem até certo ponto, uma diferença notável entre elas é que enquanto a definição lógica procura identificar inequivocamente o objeto definido (definiendum), tendo de contrastá-lo radicalmente com todos os outros objetos que possam ser definidos, por meio da caracterização inequívoca do definiendum como membro de uma classe mais próxima, a definição lexicográfica enumera os traços semânticos mais importantes da unidade léxica que sejam *suficientes* para distingui-la das outras unidades.

Apesar de citar a não necessidade de uma caracterização inequívoca, Biderman (1984, p. 32), ao definir *definição lexicográfica*, afirma que "a definição de um vocábulo vem a ser uma paráfrase dessa palavra, equivalente a ela semanticamente". Vemos, assim, que ainda que não se pense em uma caracterização inequívoca, mantém-se a ideia de

equivalência semântica entre definiendum e definiens, o que acaba não distanciando tanto o procedimento da lexicografia do procedimento da lógica.

Nota-se que os critérios estabelecidos para a construção da definição lexicográfica pressupõem um procedimento similar ao de distinção entre gênero próximo e diferença da lógica.

> Na definição de substantivos o dicionarista se serve de conceitos básicos, expressos por palavras de sentido geral como: árvore, animal, campo, pessoa, personagem, objeto, aparelho, instrumento quando se trata da nomeação de seres concretos e de termos também gerais, mas de significado abstrato como ação, ato, estado, qualidade, fato, resultado quando estiver definindo nomes abstratos. (BIDERMAN, 1984:34)

> Os verbos se definem, via de regra, através de outro verbo de significação mais geral como em: (...) padronizar = estabelecer um modelo que deve ser imitado e/ou reproduzido. (BIDERMAN, 1984, p. 34-35)

De modo semelhante, para Borba (2003), a definição lexicográfica segue, em princípio, a regra geral do gênero próximo e diferença específica; porém, o autor faz uma ressalva sobre o cuidado que se deve ter em evitar termos técnicos desnecessários à construção do enunciado definidor, pelo fato de a descrição não se destinar sempre aos técnicos. Essa ressalva se concilia com a seguinte afirmação de Biderman sobre a definição lexicográfica:

> Essa paráfrase deve ser redigida em linguagem simples, escorreita e ter sido formulada utilizando-se palavras muito frequentes na língua, preferivelmente lexemas que façam parte do vocabulário básico. Tal precaução garantiria, em princípio, a compreensão fácil do termo cujo significado o consulente desconhece. (BIDERMAN, 1984, p. 32)

Segundo Nunes (2006), a definição lexicográfica exibe uma relação de sentido conhecida como hiperonímia, que é descrita por ele como o fato lexical que consiste em relações de hierarquia e dominação entre os itens lexicais. Ele exemplifica essa relação mostrando que o item *árvore* domina hierarquicamente itens como *jatobá*, *cerejeira* e *ipê.*

Embora recupere o termo *hiperônimo* da semântica estrutural, o autor não opera com um conceito de estabilidade da relação hierárquica. Para ele, que propõe uma análise discursiva dos verbetes de dicionário, "os fatos lexicais são considerados na articulação com o histórico e o discursivo, ou seja, diante do fato de que tais relações são passíveis de falhas, de deslocamentos, de contradições" (NUNES, 2006, p. 152). Essa visão está relacionada com a questão de haver uma diversidade de hiperônimos possíveis para um mesmo item lexical, que serão usados de acordo com a posição discursiva ocupada pelos sujeitos.

A definição por hiperonímia pode ser vista como a versão linguística da definição analítica da lógica, visto que ela também se estrutura pela apresentação de um termo mais genérico seguido de elementos que produzem especificações sobre esse item mais geral. Do ponto de vista sintagmático, a definição lexicográfica de um substantivo se caracteriza pela forma de um sintagma nominal estendido, em cujo núcleo figura o item lexical correspondente ao hiperônimo:

> Árvore: s.f.; vegetal lenhoso de porte muito variável, que apresenta um caule principal ereto e indiviso, o tronco, e que emite ramificações a uma altura tb. variável, sempre distantes do solo, e formadoras da copa.[25]

Toda a acepção acima pode ser analisada como um sintagma nominal estendido, que tem como núcleo o item lexical *vegetal*, que, por sua vez, representa um dos hiperônimos possíveis do item "árvore".

A hiperonímia, se entendida exclusivamente como uma relação de sentido que ocorre quando se tem um sintagma nominal, não seria compatível com as definições estudadas neste trabalho, do ponto de vista da forma dos enunciados definidores

[25] ÁRVORE. In: HOUAISS, Dicionário Eletrônico. Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009. CD-ROM.

verificados. Para constatar isso, basta observar que, em nossos dados, o primeiro sintagma nominal do item definidor não é considerado um hiperônimo da palavra definida:

> Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.[26]

O item *organismo*, núcleo do primeiro sintagma nominal presente na sentença introduzida por "quando" do exemplo acima, não pode ser considerado hiperônimo de "alergia", pois aquela palavra não pode ser usada para denominar de modo genérico esta última.

Acreditamos, no entanto, que a relação de hiperonímia está presente nas definições com "é quando"; ocorre que ela não se manifesta morfossintaticamente como um substantivo, mas pode ser observada nos verbos que são usados para descrever a situação da sentença temporal. Vejamos:

> (1a) Alergia é quando o nosso organismo **reage** a uma substância que ele reconhece como estranha.
>
> (1b) Alergia é uma **reação** do nosso organismo a uma substância que ele reconhece como estranha.
>
> (2a) Evaporação*:* é quando a água se **transforma** em vapor, por meio do calor natural, que a esquenta, fazendo evaporar.[27]
>
> (2b) Evaporação é a **transformação** da água em vapor, por meio do calor natural, que a esquenta, fazendo evaporar.

[26] ALERGIA: Perguntas e respostas. Disponível em: http://www.allos.com.br/alergia_perguntas.html. Acesso em 23/11/12.
[27] ESTADOS FÍSICOS. Disponível em: http://respirandociencias.blogspot.com.br/2007/10/estados-fsicos-gua-assim-como-todas-as.html. Acesso em 23/11/12.

As paráfrases (2a) e (2b) apresentam em negrito palavras que são tradicionalmente tratadas como hiperônimos, tendo em vista sua relação com as palavras definidas. Há uma transição do geral para o específico: *alergia* é uma *reação* (hiperônimo), mas uma reação específica (a do nosso organismo a uma substância que ele reconhece como estranha). *Evaporação* é uma *transformação* (hiperônimo), mas uma transformação específica (a da água em vapor, por meio do calor...).

O fato de ser possível recuperar os hiperônimos como substantivos a partir dos verbos presentes na própria sentença introduzida por "quando" nos mostra que a relação de hiperonímia está presente nesse tipo de definição. A diferença está no modo como ela se exibe no sintático: pelo funcionamento dos verbos no caso das definições com "é quando". A relação de generalidade e especificidade continua presente; a generalidade está no verbo (reage / se transforma) e a especificidade se constrói pelos demais elementos que constituem a sentença; por exemplo: pelo sujeito (**o nosso organismo** reage **/ a água** se transforma), pelos complementos (o nosso organismo reage **a uma substância que ele reconhece como estranha /** a água se transforma **em vapor**), pelos adjuntos (a água se transforma em vapor, **por meio do calor natural, que a esquenta, fazendo evaporar**). Esse funcionamento nos faz entender que relações compreendidas como referenciais também se constroem pela sintaxe sem a obrigatoriedade do uso de substantivos.

Quando pensamos sobre se era adequado o uso de uma definição com "é quando" em um verbete de dicionário, lembramo-nos de que, nos dicionários de língua portuguesa atuais, a relação entre a palavra definida e o item definidor não é expressa por um verbo *ser*. O que ocorre geralmente é que a palavra-entrada aparece destacada no verbete, seguida de suas diversas informações pertinentes (classe gramatical, pronúncia, datação etc.), incluindo a definição, que não estão relacionadas por elementos linguísticos. O enunciado definidor aparece geralmente depois de um número indicador da acepção da palavra-entrada.

Uma acepção com definições "é quando" em um dicionário teria, provavelmente, a seguinte estrutura:

Palavra-entrada, *s.m.*

1. quando...

2. quando...

Apesar de não termos encontrado uma definição como essa em um dicionário de português, uma consulta ao *Cambridge Advanced Learner's Dictionary* (Cambridge University Press; 3.ª edição), um dicionário monolíngue de inglês voltado a estudantes da língua de nível avançado, nos forneceu diversas definições como as encontradas nos verbetes abaixo[28]:

> **absence** *noun* NOT PRESENT
> 1. [C or U] when someone is not where they are usually expected to be
> *A new manager was appointed during/in her absence.*
> *She has had repeated absences from work this year.*
> (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2008)
>
> **disapproval** *noun* [U] when you feel that something or someone is bad or wrong
> *Although they said nothing, she could sense their disapproval of her suggestion. There was a note of disapproval in the teacher's voice.*
> (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2008)
>
> **protestation** *noun* [C usually plural] FORMAL
> when someone says something forcefully or complains about something
> *Ignoring my protestations (= strong expressions of disagreement), they went ahead and chopped the tree down.*
> *Their protestations (= strong expressions) of loyalty seem rather hollow in view of the way they behaved*
> (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2008)

[28] ABSENCE. In: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner´s Dictionary.** Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008. p.5.
DISAPPROVAL. In: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner´s Dictionary.** Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008. p.398.
PROTESTATION. In: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner´s Dictionary.** Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008. p.1142.

Nos três verbetes acima, encontramos três definições que têm a forma de uma sentença introduzida pela conjunção *when*, a correspondente do português "quando". De igual forma, elas representam a relação entre uma palavra definida e uma situação descrita por essa sentença. É esse tipo de estrutura de verbete com definiens introduzido por "quando" que poderíamos esperar de um dicionário de língua portuguesa que segue o padrão do não uso de um verbo *ser* para relacionar item definidor e item definido.

Por curiosidade, buscamos na internet dicionários monolíngues de inglês que não fossem voltados para aprendizes da língua, a fim de verificar se havia também neles definições que tivessem como acepções sentenças introduzidas por "when". Todos os dicionários da Cambridge University Press disponíveis online tinham como público-alvo aprendizes de inglês; por isso, buscamos dicionários de outras editoras. A Oxford University Press disponibiliza online dois dicionários monolíngues voltados para o público em geral, assim intitulados: "British and World English dictionary[29] e "US English dictionary[30].

Fizemos buscas nesses dicionários usando as opções avançadas da ferramenta de pesquisa "Google", buscando, por sequência exata de palavras, a estrutura inicial de enunciados definidores introduzidos por "when", como em "when someone", "when you", "when something". Essas estruturas, recorrentes como forma inicial de definições do Cambridge Advanced Learner's Dictionary, apareciam nos outros dois dicionários apenas como sentenças subordinadas adverbiais típicas, ou seja, não iniciavam as definições.

Procuramos nesses dicionários as definições para as mesmas palavras definidas com "when" no Cambridge Advanced Learner's Dictionary e obtivemos enunciados com a estrutura típica dos dicionários monolíngues em português (um sintagma nominal estendido):

> Definition of **absence**[31]
> *noun*

[29] Disponível em: http://oxforddictionaries.com/browse/english/. Acesso em 23/11/2012.
[30] Disponível em: http://oxforddictionaries.com/browse/american_english/. Acesso em 23/11/2012.
[31] ABSENCE. Disponível em: http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/absence?q=absence Acesso em 23/11/2012.

the state of being away from a place or person:
the letter had arrived during his absence
I supervised the rehearsal ***in the absence of*** *the director*

Definition of **disapproval**[32]
noun
[*mass noun*]
possession or expression of an unfavourable opinion:
Jill replied with a hint of disapproval in her voice

Definition of **protestation**[33]
noun
1 an emphatic declaration in response to doubt or accusation:
her protestations of innocence were in vain [mass noun]:
no amount of protestation made any difference
2 an objection or protest:
he was warned by the referee for his loud protestations

Procuramos também enunciados definidores com "when" nos dicionários Oxford para aprendizes avançados de inglês (padrão britânico e padrão americano) e o resultado foi o mesmo obtido nos dois dicionários anteriores, sentenças introduzidas por "when" como subordinadas adverbiais típicas. Diferentemente do dicionário Cambridge, as definições apresentavam como item definidor um sintagma nominal estendido, o que nos mostra que um dicionário direcionado a aprendizes do inglês não contém necessariamente definições com "when" para determinadas palavras.

Absence noun
1 [UNCOUNTABLE, COUNTABLE] the fact of somebody being away from a place where they are usually expected to be; the occasion or period of time when somebody is away *The decision was made* ***in my absence*** (= while I was not there).*We did not receive any news during his long absence.* **absence from …** *absence from work*

[32] DISAPPROVAL. Disponível em: http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/disapproval?q=disapproval. Acesso em 23/11/2012.
[33] PROTESTATION. Disponível em: http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/protestation?q=protestation Acesso em 23/11/2012.

repeated absences from school see also **LEAVE** **2** [UNCOUNTABLE]the fact of somebody/something not existing or not being available; a lack of something *The case was dismissed **in the absence of** any definite proof. The absence of any women on the board of directors*.[34]

Disapproval noun
[UNCOUNTABLE] a feeling that you do not like an idea, an action or somebody's behaviour because you think it is bad, not suitable or going to have a bad effect on somebody else *disapproval of his methods to show/express disapproval He shook his head **in disapproval**. She looked at my clothes **with disapproval**.*[35]

Protestation noun
[COUNTABLE, UNCOUNTABLE] (FORMAL)
a strong statement that something is true, especially when other people do not believe you
She repeated her protestation of innocence. Despite his protestation to the contrary, he was extremely tired.[36]

Fizemos esse exercício de comparação com o objetivo de levantar a questão de por que se define de modos diferentes nos diferentes tipos de dicionário. Várias podem ser as respostas a essa pergunta, a depender do ponto de vista teórico de quem a responde acerca do que determina os modos de dizer, os modos de definir. É possível que alguém diga, por exemplo, que o que determina o uso de uma estrutura linguística ou outra é o gênero discursivo em que ela aparece; já de um ponto de vista informacional e cognitivo, alguém poderia defender a ideia de que o sentido de uma palavra é mais facilmente compreendido por um aprendiz da língua inglesa se sua definição descreve diretamente uma situação, o que justificaria o uso de "when".

Para nós, a possibilidade de definir desse modo não se explicaria somente por uma questão de facilidade de compreensão por parte de quem lê a definição, que seria um

[34] ABSENCE. Disponível em: http://oald8.oxfordlearnersdictionaries.com/dictionary/absence. Acesso em 23/11/2012.
[35] DISAPROVAL. Disponível em: http://oald8.oxfordlearnersdictionaries.com/dictionary/disapproval. Acesso em 23/11/2012.
[36] PROTESTATION. Disponível em: http://oald8.oxfordlearnersdictionaries.com/dictionary/protestation. Acesso em 23/11/2012.

aprendiz avançado de inglês, mas também por um funcionamento específico dos espaços de enunciação, que revela que essa forma vem se impondo como válida para definir em tal contexto. Discutiremos essa questão no capítulo 4, em que proporemos uma explicação dos modos de definir em um dicionário informal a partir do conceito de *cena enunciativa*.

2.4. Definição e a habilidade de definir

A possível hipótese para o aparecimento de definições com "when" nos verbetes do Cambridge Advanced Learner's Dictionary baseada em uma questão cognitiva, segundo a qual os enunciados seriam mais facilmente compreendidos pela descrição de uma situação, remete-nos a alguns estudos sobre definições com "when" relativos à aquisição da linguagem pela criança. Ocorre que esses estudos, em vez de tratarem da compreensão da definição, tratam da habilidade da criança para produzir definições.

Litowitz (1977), em seu artigo intitulado "Learning to make definitions"**,** apresenta um estudo que discute as estratégias usadas por crianças de 4 a 7 anos para construir definições. Dentre os dados apresentados, há definições constituídas por "when", que são analisadas pela autora em dois *níveis de competência*. O primeiro nível de competência em que aparecem definições desse tipo corresponde ao momento em que a criança começa a ter consciência do que a definição exige em termos de forma (esse nível supera um nível anterior, no qual a criança apenas associa palavras isoladas à palavra para a qual se espera uma definição). Diz-se que o conteúdo informativo da definição nesse nível é ainda idiossincrático e experiencial, em oposição a um conteúdo informativo compartilhado, social. Alguns exemplos apresentados são:

a) "When you're cutting carrots" (definição para *knife*);
b) "When someone does lots of things bad" (definição para *nonsense*).

O exemplo (a), na explicação da autora, demonstra uma operação em que a criança descreve uma experiência particular (talvez ter visto o pai ou a mãe cortar cenouras com uma faca) para definir uma palavra. O exemplo (b) demonstra que a criança atribui ao sentido da palavra definida uma marca afetiva e avaliativa de sua experiência (lots of things **bad**). O que importa é que, em ambos os casos, a definição se baseia na experiência da criança.

O segundo nível de competência em que aparecem definições construídas com "when" é explicado pela autora como sendo o nível em que a criança demonstra alguma consciência de uma forma definitória e começa a operar com abstrações em direção a sentidos sociais mais generalizantes. Para esse nível, apresenta-se o exemplo: "a knife is when you cut with it". Neste caso, a definição apresenta uma estrutura correspondente ao "é quando", em português. Note-se que a definição para "faca" deste exemplo não especifica algo que é cortado por ela (como as cenouras do exemplo anterior). Diz-se que esse tipo de enunciado demonstra uma tentativa da criança de passar de uma experiência individual para uma forma situacional hipotética.

Para a autora, o uso de estruturas como essa indica que a criança percebe que é necessária uma forma estável de definir, mas que ainda não conhece essa forma. O mais alto nível de competência para produzir definições apresentado pela autora é o que se aproxima da definição aristotélica (por gênero e diferença).

Chama a atenção no estudo de Litowitz a afirmação de que os adultos têm preferência pela definição produzida a partir da noção de classes e categorias, enquanto as crianças preferem usar *predicados* provenientes da experiência individual ou predicados possíveis ou prováveis (hipotéticos).

O artigo de Litowitz, em suma, trata da evolução da competência definitória da criança, na qual definições constituídas por "when" fazem parte de um estágio anterior àquele considerado como o estágio em que se produz a definição propriamente dita (a que é construída pelo método de gênero e diferença).

Esse raciocínio poderia, analogamente, sustentar a hipótese de que, em um dicionário de inglês voltado para aprendizes da língua, a exposição de definições construídas com "when" facilitaria a compreensão do sentido da palavra. Um argumento

possível seria o de que o aprendiz assimilaria mais facilmente o sentido da palavra definida ao ser apresentado a uma situação descrita por uma estrutura que evidencia mais diretamente a relação com uma circunstância (é o caso de definições construídas com "when"). Talvez também se acreditasse que esse mesmo aprendiz produziria definições com "when" com maior facilidade.

Essas hipóteses apresentadas em nosso trabalho são apenas conjecturas. Não é nossa intenção (e nem a isso se dispõe nosso quadro teórico) estudar os aspectos relacionados à competência do falante para definir. Apenas nos interessa mostrar que existem estudos que tratam dessa competência e que nesses estudos as definições com "when" / "quando" são encaradas, em alguma medida, como estruturas definitórias incipientes. Com isso, argumentamos que uma hipótese sobre a maior facilidade de assimilação da estrutura definitória por parte de aprendizes da língua inglesa poderia se amparar nessas explicações.

Em nossa pesquisa bibliográfica, encontramos também um estudo em português sobre aquisição da linguagem que se dedica às definições produzidas por crianças e que trata das definições construídas com "quando". O estudo de Lopes (1992) sobre *a construção de definições por crianças em idade escolar* afirma que o uso da estrutura "é quando" pode ser explicado "em termos de que a criança parece ainda não ter domínio suficiente da linguagem para exprimir generalização em suas definições" (LOPES, 1992, p. 44). Para ela, o uso desse tipo de definição representa um meio-termo entre a estrutura típica de um discurso narrativo – que se caracteriza pelas marcas de temporalidade (expressa por elementos como "quando") – e as características de um discurso dissertativo – em que tendem a estar ausentes as marcas de temporalidade, dada a propriedade da dissertação de expressar aspectos mais gerais de uma realidade.

Lopes ressalta que a temporalidade expressa por "quando" na estrutura definitória em questão não é exatamente a mesma que se encontra nas narrativas, em que se localiza uma ocorrência num ponto ou período determinado no tempo; a temporalidade nessa estrutura definitória está ligada à possibilidade de recorrência ou frequência de uma situação, dada a associação de "quando" a um verbo no presente. O sentido que "quando" exprime nesse caso é o de "toda vez que" / "sempre que". Essa descrição do funcionamento

da temporalidade nas definições produzidas com "quando" se assemelha à descrição dos enunciados definidores constituídos por "é quando" que propomos neste trabalho no capítulo 3.

Transcrevemos abaixo alguns dos exemplos de definições com "é quando" obtidas na pesquisa de Lopes:

1) "Alegria é quando acontece alguma coisa e você fica feliz" (F.C., 7 anos);

2) (Time:) "É quando tem muito amigo" (L.D., 8 anos);

3) "Tia é quando dá trabalho pra gente" (L.H., 6 anos).

O que é questionável no tratamento desse tipo de definição apresentado por Lopes é a assunção da falta de domínio da linguagem pela criança para expressar generalização. Como temos defendido, os enunciados definidores com "é quando" são capazes de produzir as relações de generalidade seguidas de especificação tal como o fazem as definições clássicas.

Do nosso ponto de vista, a estrutura "X é quando Y" deve ser vista como um modo alternativo de produzir uma definição (e de generalizar), e não como uma falta de domínio da generalização.

É verdade que há situações descritas pela sentença introduzida por "quando" mais particulares ou idiossincráticas, mas, de qualquer forma, há outras que descrevem exatamente as mesmas condições descritas em uma definição do tipo "X é Y" (por exemplo: "Alergia é uma reação do nosso organismo a uma substância que ele reconhece como estranha" e "Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha"). Por esse motivo, talvez seja inadequado assumir que a estrutura em si represente uma falta de domínio da generalização. A análise dos aspectos semânticos que dizem respeito à maior ou menor generalidade da situação apresentada pela criança é o que se pode considerar como maior ou menor domínio da generalização.

Talvez se devesse considerar que a definição com "é quando", como um dentre outros modos de definir (e generalizar), seja uma das formas que a criança adquire "primeiro", dadas as características da narração mencionadas por Lopes, e não uma forma de definir exclusiva ou típica da criança.

É necessário ressaltar que a própria autora menciona a possibilidade de as definições com "é quando" serem apenas um "estilo" de definir, que poderia permanecer na fala dos adultos; ela informa que, até o momento de sua pesquisa, não havia estudos exaustivos sobre as formas orais de definição entre pessoas adultas.

Apesar de nosso estudo não trabalhar com dados orais, ou com dados que, em sua totalidade, possam *seguramente* ser atribuídos a pessoas adultas, boa parte das definições que obtivemos provêm de páginas da internet cujos textos foram, certamente, produzidos por adultos (por exemplo, o caso dos sites de especialidades e o do texto jornalístico da Folha de São Paulo). Isso mostra que as definições com "é quando", além de estarem presentes na linguagem do adulto, são usadas na escrita e em contextos de formalidade. Exploraremos essa questão no capítulo 4.

Cabe destacar o fato de que, tanto no estudo de Litowitz como no de Lopes, toma-se a definição do tipo "X é Y" que se aproxima da definição aristotélica como o procedimento definitório que representa o nível mais alto ou mais adequado para a construção da definição propriamente dita. Do nosso ponto de vista, essa visão se fundamenta, em certa medida, numa sorte de hegemonia da concepção lógico-filosófica da definição sobre as diversas reflexões acerca do fenômeno, especialmente sobre o modo de lidar com a forma dos enunciados que definem. Discutiremos essas questões na seção 3.4.2.

CAPÍTULO III

3. SEMÂNTICA, ENUNCIAÇÃO E DEFINIÇÃO

3.1. Pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento

Quando se fala em definição, o assunto imediatamente nos remete à questão do sentido e, portanto, a uma questão semântica. No entanto, a mera identificação desse domínio está muito longe de nos situar num ambiente estável e pacífico para desenvolvermos nossas reflexões sobre esse fenômeno. Ao nos dispormos a discutir uma questão linguística do ponto de vista da semântica, temos de estar cientes da multiplicidade de abordagens sobre o sentido existentes e bem preparados para não ultrapassarmos os limites de nosso quadro teórico de base, especialmente pelo uso equivocado de termos que transitam entre as abordagens, mas que "veiculam" conceitos já bastante diferenciados.

Segundo Guimarães (2006), dessas abordagens múltiplas identificadas pelo rótulo de *semântica*, podemos destacar *pelo menos* três: a Semântica Lexical, a Semântica Formal e a Semântica Enunciativa. Na classificação de Oliveira (2001), inclui-se nesse grupo a Semântica Cognitiva.

De acordo com a descrição de Guimarães, a Semântica Lexical se caracteriza por tratar a significação como as relações que os itens lexicais estabelecem uns com os outros no sistema linguístico; a Semântica Formal trata a significação basicamente como uma relação entre os elementos da língua e o mundo, fundamentada no conceito lógico de verdade (o significado de uma sentença são as condições em que ela é verdadeira). Para a Semântica Cognitiva, "a significação linguística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda" (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

A semântica enunciativa, na descrição de Guimarães, que inclui a teoria com a qual operamos neste estudo, caracteriza-se pelos seguintes modos de considerar o sentido:

> (1) O sentido de uma frase decorre da atualização do sentido que as palavras têm na língua no momento em que ela é posta em funcionamento pelo falante, que dela se apropria para enunciar. Essa visão compreende o sentido de enunciação fornecido por Benveniste (1970, p. 82);
>
> (2) O sentido do enunciado é uma representação de sua enunciação, sendo esta entendida como "o acontecimento constituído pelo aparecimento histórico do enunciado" (DUCROT, 1984, p. 168). Para esta visão, o falante, considerado o sujeito empírico da produção de um enunciado, se distingue do locutor e do enunciador, considerados seres do discurso. Estes últimos dois representam as únicas vozes que são incluídas na descrição linguística.
>
> (3) Uma terceira visão considera que se descreve o sentido levando em conta o que os elementos da língua "acabam por significar" como resultado de seu funcionamento segundo as condições sócio-históricas do acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2006, p. 117). Essa posição considera que há alguém que enuncia, mas o que importa é que esse *falante* sempre enuncia numa certa posição social.

A terceira visão é aquela que adotaremos neste trabalho. O que está descrito em (3) sumariza os pressupostos teóricos de uma teoria enunciativa intitulada Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002).

A Semântica do Acontecimento se filia à linha de estudos sobre a enunciação descritas em (1) e (2), porém se distancia das ideias desses autores pelas seguintes considerações:

a) Apesar de compartilhar da posição de Benveniste de que o sentido se constitui pela língua em funcionamento, Guimarães propõe um entendimento desse funcionamento desassociado de uma visão de centralidade do sujeito. Para ele, é o próprio funcionamento da língua que constitui o sujeito.

b) Enquanto Ducrot exclui o falante da análise semântica, Guimarães o retoma, recaracterizando-o como uma categoria linguístico-enunciativa, "uma figura política constituída pelos espaços de enunciação" (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

c) Em relação à temporalidade da enunciação, a Semântica do Acontecimento rejeita a posição de Benveniste segundo a qual o tempo se instaura pelo locutor ao enunciar. Isso significa que, para Guimarães, passado, presente e futuro não se organizam em torno do *eu* que enuncia, mas em virtude da temporalidade que o acontecimento instaura.

> [...] o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro. (GUIMARÃES, 2002, p. 14)

d) Enquanto Ducrot compreende as línguas como objetos abstratos, Guimarães as concebe como objetos históricos, que, "enquanto tais, estão relacionadas àqueles que as falam" (GUIMARÃES, 2006, p.13). Ao constituir sua teoria enunciativa, Ducrot enfatiza uma posição não referencialista para pensar o sentido, esclarecendo que, para ele, o sentido se constitui pela relação da língua com ela mesma e não por sua relação com o mundo; essa visão demonstra que sua teoria se filia a uma linha de estudos estruturalistas. Para Guimarães, a análise da significação também não deve se apoiar em uma questão de referência, pois, para ele, o sentido se produz pela *designação*. É possível, no entanto, pensar em uma relação do dizer com o *real* ao qual ele se expõe; o real, no entanto, é compreendido como uma materialidade histórica.

e) Diferentemente de Ducrot, a enunciação é descrita não só no enunciado (ou pelo encadeamento entre enunciados), mas também pela observação da integração dos enunciados em um texto ou pela relação entre textos.

A Semântica do Acontecimento se caracteriza por trazer para as questões enunciativas uma visão materialista e por tomar a *política* como algo próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e o acontecimento da enunciação:

> O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16)

É a partir dessa concepção de política que o autor define o conceito de *espaço de enunciação* como o espaço político de funcionamento de línguas, "que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante" (GUIMARÃES, 2002, p. 18). Os espaços de enunciação são "habitados" por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Esses sujeitos não representam os falantes em sua atividade físico-fisiológica ou psíquica de produzir enunciados, mas são tomados como figuras políticas constituídas pelo espaço de enunciação.

3.1.1. Agenciamento enunciativo e cena enunciativa

Quando se tem o propósito de analisar o sentido de uma expressão linguística a partir o dispositivo teórico da Semântica do Acontecimento, acreditamos que o excerto abaixo funciona como uma orientação geral importante para iniciar essa análise:

> Se analisamos qualquer expressão linguística, podemos considerar que ela funciona, de um lado, por uma relação do

> locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que ele fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos." (GUIMARÃES, 2009, p. 50)

Isso significa que não devemos reduzir o estudo do sentido a uma relação que ocorre no interior de uma estrutura, mas como uma relação entre elementos linguísticos significada pela enunciação.

Pensar na relação do locutor com aquilo que fala significa entender, primeiramente, que todo falante se constitui por um espaço de relação entre línguas, uma relação política, desigual e de disputa, que determina o que ele pode dizer e de que modo pode dizer o que diz. Por outro lado, é necessário considerar que, na assunção da palavra, o falante se apresenta dividido. Guimarães define essa assunção da palavra, que só ocorre pela determinação do espaço de enunciação sobre o falante, como agenciamento enunciativo. As divisões do falante, cuja descrição nos fornece o que Guimarães chama de *cena enunciativa*, são as seguintes: a figura do Locutor (L), que se apresenta simplesmente como responsável pelo dizer; a figura do locutor-x (l-x), em que x representa o lugar social a partir do qual esse locutor fala; e a figura do enunciador, que representa o ponto de vista, o lugar de dizer (que pode ser individual, coletivo, genérico ou universal).

A cena enunciativa é definida pelo autor (GUIMARÃES, 2002, p. 23) como uma especificação local no espaço de enunciação, "um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento". Os lugares de enunciação são entendidos como "configurações específicas do agenciamento enunciativo para 'aquele que fala' e 'aquele para quem se fala'". Enfatizamos que essas figuras, por serem *configurações*, não podem ser consideradas pessoas.

3.1.2. Da relação entre formas linguísticas

De outro lado, pensar na relação entre elementos linguísticos nos exige o cuidado de não tomá-la como uma relação independente da primeira (da relação do locutor

com aquilo que fala), ou seja, devemos considerar a relação entre elementos linguísticos como uma relação afetada pelo agenciamento enunciativo.

Para Guimarães (2007, 2009), a enunciação mobiliza dois procedimentos gerais para a constituição do sentido: a reescrituração e a articulação.

A reescrituração é a relação que consiste em redizer algo que já foi dito em um texto. Em outras palavras, "uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão" (GUIMARÃES, 2009, p. 53). A reescrituração pode ocorrer por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. Esses modos de reescrituração produzem sentido de diversas maneiras: por sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração.

A articulação é o procedimento que produz relações semânticas em virtude de uma relação local entre elementos linguísticos. Pode se dar de três modos:

> 1) Por dependência: uma relação entre os elementos contíguos produz um só elemento: "A menina de azul".
>
> 2) Por coordenação: há o acúmulo de elementos de mesma natureza numa relação de contiguidade: "O cravo e a rosa".
>
> 3) Por incidência: há uma relação entre elementos de diferentes naturezas que produz um novo elemento, da natureza do segundo elemento dessa relação: "Só" (não é um enunciado) com "eu vim" (um enunciado) = "Só eu vim" (um enunciado).

Quando Guimarães descreve os procedimentos de articulação e reescrituração, ele deixa claro que, no primeiro caso, as relações locais de contiguidade entre as formas linguísticas são relações determinadas pelo modo como se configura o agenciamento enunciativo no acontecimento da enunciação. Da mesma forma, o modo de enunciar que

consiste em redizer o que já foi dito (reescrituração) é também determinado pelo agenciamento enunciativo.

3.1.3. Relação de integração

As relações de determinação entre palavras no enunciado e no texto (aí incluídas as relações de articulação e reescrituração) produzem a designação de uma palavra ou de uma expressão. A designação é, portanto, uma construção de sentido, constituído pela relação entre elementos linguísticos que integram um texto.

A noção de integrar que Guimarães apresenta parte daquela usada por Benveniste (1962), segundo a qual o sentido se constitui pela relação de integração; entretanto, o autor se afasta da posição de Benveniste pela característica de segmentalidade que este defende.

> "Para nós, no entanto, diferentemente de Benveniste, a integração não é uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade." (GUIMARÃES, 2010; p.22)

A noção de integração nos serve para compreender que em um texto que contém uma definição com "é quando" o sentido da palavra definida (isto é, sua designação) não é constituído apenas pela relação local que essa palavra estabelece com a situação descrita pela sentença temporal, mas por essa relação e por aquelas com outras palavras do texto. Trata-se de diferentes relações de *determinação* de sentido. Ao restringirmos qualquer análise sobre o sentido do item definido a uma relação de sentido local, estaríamos desconsiderando o fato de esse acontecimento de enunciação ter selecionado diversas expressões, e não só aquelas presentes no enunciado definidor, para constituir o sentido da palavra.

Para nós, a definição não corresponde ao sentido. Ela deve ser encarada como um procedimento enunciativo que produzirá determinações de sentido para uma palavra, de

um modo bastante particular: apresentando essa determinação como aquilo que a palavra significa / é. O sentido será constituído por essa e outras determinações no texto.

3.2. Recaracterizando a definição pela Semântica do Acontecimento

No segundo capítulo deste trabalho, apresentamos a revisão de alguns tratamentos que já foram dados para a definição a partir de diferentes pontos de vista. Nesta seção, rediscutiremos esses aspectos, a fim de firmar nossa posição teórica diante desse fenômeno, numa tentativa de dar conta da relação definidora constituída por "é quando" em seu aspecto semântico-enunciativo.

3.2.1. Definição, definiendum e definiens

No capítulo "Filosofia, lógica e definição", vimos que se instituiu entre os estudiosos da definição uma distinção, um tanto problemática, entre definição nominal e definição real. As definições reais teriam sempre como definiendum (item definido) uma coisa, e as nominais, uma palavra. Cada um desses tipos de definição apresentaria duas versões, a depender daquilo que ocupa o lugar do definiens (item definidor), que pode ser uma coisa ou uma palavra.

Chamar um definiendum de coisa pode sugerir pelo menos dois tipos de raciocínio que se relacionam com questões semânticas, ainda que implícitas. O primeiro se caracteriza por apresentar um olhar referencialista sobre a significação, mesmo que alguns desses autores não estivessem pensando exatamente sobre a significação em sua relação com a língua. Ao assumir que o definiendum é uma coisa, mesmo diante do fato de esse definiendum estar claramente expresso por uma forma linguística, fica claro que o raciocínio que fundamenta a posição desses autores cria uma correspondência direta entre a língua e o objeto no mundo. Vimos que, para alguns autores, a coisa também poderia ser algo cuja realidade está apenas na mente, e, nesse caso, a correspondência seria direta entre a língua e esse objeto que está na mente.

Segundo esse raciocínio, só usaríamos a língua porque seria muito difícil definir tudo o que é definível usando sempre as próprias coisas (talvez inúmeras definições ostensivas[37] que sempre posicionassem a coisa no definiendum pudessem resolver parte do problema, mas essa coisa precisaria ser sempre um objeto).

O outro raciocínio possível está relacionado com o próprio sentido que se atribui àquilo que está sendo definido. Implicitamente, os autores que sustentam que um definiendum é uma coisa, a partir de seu próprio ponto de vista, estão relacionando a palavra (que, para eles é, na verdade, a coisa) com uma classe maior de entidades (coisa), o que alude à tão cara regra de definir por "gênero e diferença"; ocorre que, neste caso, só se apresenta o gênero. Isso significa que, antes mesmo de propor o definiens da palavra definida, os autores estariam operando com uma definição primária (ainda que incompleta) da palavra.

Essa reflexão pode parecer um tanto confusa, e essa confusão se dá pelo fato de aqueles autores, ao falarem da definição, não estarem operando com uma questão linguística, e nós, sim. Para eles, o que interessa é falar da definição como algo independente da língua; para nós, falar da definição é sempre falar de um procedimento que envolve a língua (e a língua em funcionamento), pois sempre que se define, seja falando ou escrevendo, usamos palavras. Isso não significa, no entanto, que, ao definirmos, definimos apenas palavras; as coisas também são definidas, porque construímos, pelo processo de designação, na língua, uma relação com o que está fora dela. Considerar que só palavras são definidas seria negar a existência de um mundo que demanda ser significado, o que não é o nosso caso; do mesmo modo, considerar que o que se define são coisas, e não palavras, seria negar o papel que a língua tem na significação do mundo. É por esse motivo que, para nós, não cabe pensar em definição real ou definição nominal, pois palavra e coisa fazem parte de um mesmo funcionamento, e sempre estão conectadas em qualquer definição, façam elas parte do definiendum ou do definiens.

Nossa posição elimina um dos principais problemas que a definição com "é quando" poderia representar para os lógicos: o de seu definiens não funcionar como um

[37] As definições ostensivas consistem em definir uma palavra pela indicação física do objeto que ela refere, que precisa sempre estar presente. Se alguém está num zoológico, por exemplo, e lhe perguntam o que é um leão, ao apontar para o animal para dar a resposta, o indivíduo produz uma definição ostensiva.

nome que particulariza uma entidade, como fazem as expressões nominais. Como se diz que definiendum ou definiens podem ser coisas, e essas coisas, de um modo ou de outro, são representadas pela língua (porque se fala ou se escreve quando se define), é provável que a preferência por um nome (e não por uma construção como "quando acontece algo") esteja associada ao fato de uma expressão nominal ser compreendida como a única forma linguística que teria o valor denominativo para "coisa", que pudesse representar uma coisa. Do nosso ponto de vista, não existe essa correspondência especular entre as formas linguísticas e as coisas. O fato de afirmarmos que a relação de hiperonímia está presente nas definições com "é quando", não como uma relação presidida por um nome, mas como uma relação que abre caminho para a generalidade e, em subsequência, para a particularidade, está intimamente relacionado com essa posição: não é necessário que se use um substantivo no item definidor para que se defina uma coisa; uma sentença introduzida por "quando" permitirá, de igual modo, que se identifique o que essa coisa é.

Para nós, o que importa é entender como o sentido se produz pela relação de uma forma com outras expressões do enunciado e do texto; não há problemas em considerar a sentença temporal como item definidor, pois, tendo a forma que tem, o que importa é que ela significa, e, significando, ela se relaciona semanticamente com outros elementos do enunciado (e do texto). Vejamos:

> *Evaporação:* é quando a água se transforma em vapor, por meio do calor natural, que a esquenta, fazendo evaporar.[38]

O que nos importa no enunciado definidor acima é que a sentença "quando a água se transforma em vapor..." tem um sentido. Ela designa uma situação, constituída por articulações internas que produzem essa designação, e, significando como significa, ela reescreve uma palavra (evaporação), definindo-a.

3.2.2. Definição, equivalência e reescrituração

[38] ESTADOS FÍSICOS. Disponível em: http://respirandociencias.blogspot.com.br/2007/10/estados-fsicos-gua-assim-como-todas-as.html. Acesso em 23/11/12.

Segundo Guimarães (2009, p. 53), a reescrituração apresenta as seguintes características:

a) A reescrituração é uma relação transitiva: Em uma sequência como "João está doente. Deve ficar bom logo. Ele já está se alimentando melhor", *João* é reescrito por elipse no segundo enunciado, sendo o elemento elíptico reescrito por *ele*, no terceiro enunciado. Disso se conclui que, se *ele* reescreve um item elíptico que, por sua vez, reescreve *João*, então *ele* também reescreve *João*. Trata-se de uma relação transitiva.

b) A reescrituração é uma relação simétrica: Retomando a sequência apresentada em (a), é dito que, se *ele* reescreve *João*, então *João* também é uma reescritura de *ele*. A reescrituração não se dá pela ordenação dos elementos linguísticos, em que *ele* aparece depois de *João*, mas pelo fato de essas expressões integrarem um texto.

c) A reescrituração é uma relação não reflexiva: Significa que, na sequência apresentada em (a), a reescrituração de *João* por *Ele* não estabelece uma igualdade entre *João* e *Ele*, ou seja, essas duas palavras não significam a mesma coisa no enunciado.

Seguindo a proposta de Guimarães segundo a qual uma definição pode ser considerada um modo de reescrituração, temos que adotar a visão de que, numa relação definidora "X é Y", X reescreve Y e Y reescreve X; há uma relação de simetria entre eles, dada a característica (b) da reescrituração, apresentada acima; nessa mesma relação definidora, no entanto, X e Y não significam a mesma coisa, dada a característica (c) da reescrituração, que afirma que não há entre elemento que reescritura e elemento reescriturado uma relação de igualdade, de equivalência, de identidade de sentido. Essa explicação nos coloca em uma posição contrária aos lógicos, que defendem que há na definição uma relação de equivalência (tal como descrita no capítulo 2). Ao mesmo tempo, ela nos poupa da discussão sobre se há na definição "X é quando Y" uma relação de equivalência em relação à significação, pois, de nosso ponto de vista, essa questão já está resolvida teoricamente: uma relação entre as expressões do enunciado ou do texto, do ponto de vista do sentido, nunca será uma relação de identidade a menos que essa relação seja entendida como um efeito enunciativo (produzido pelo funcionamento da estrutura "X é quando Y", no caso deste trabalho).

3.2.3. Reescrituração e sinonímia

Para Guimarães (2009, p. 55), os modos de reescriturar produzem sentido de várias maneiras; uma delas é a sinonímia. Ela ocorre quando "a reescrituração apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga". A princípio, poder-se-ia pensar que essa afirmação desconsidera a propriedade da não reflexividade da reescrituração, descrita na seção anterior; entretanto, interpretamos a definição de sinonímia apresentada por Guimarães do seguinte modo:

O autor não diz que esse tipo de reescrituração faz uma expressão ter o mesmo sentido que a outra, e sim que ela "apresenta" uma palavra ou expressão "como tendo" o sentido da outra. Tratando-se de um procedimento enunciativo, a reescrituração que produz sinonímia revela que, nessa enunciação, produz-se um efeito de identidade, no sentido de que os elementos se mostram como significando a mesma coisa, e isso está relacionado com o modo de enunciar do locutor e não necessariamente com uma equivalência prévia de sentido entre as palavras.

A partir dessa leitura, e considerando uma definição "é quando" como uma reescrituração por definição, acreditamos ser possível afirmar que esse modo de reescriturar produz sentido por um efeito de sinonímia, entendida especificamente como um modo enunciativo de *apresentar* uma situação (designada por uma sentença temporal) *como sendo* equivalente à palavra definida.

3.2.4. Reescrituração e modos de produzir sentido

A afirmação de que uma definição com "é quando" representa uma reescrituração por definição que produz o efeito de sinonímia não nos impede de observar nos enunciados outros modos de significar a reescrituração. Em nossas análises, veremos que diferentes enunciados podem apresentar diferentes modos de significar para esse procedimento. Gostaríamos, entretanto, de considerar que as definições com "é quando" apresentam, de forma geral, pelo menos mais um modo de produzir sentido. Trata-se da especificação: todo enunciado definidor com "é quando" especifica uma situação (um evento ou uma circunstância) que reescritura o item definido, ainda que, ao ser

especificada, essa situação se converta em uma circunstância que não tem um ponto determinado no tempo, o que produz um efeito de generalidade.

3.2.5. Intensão/extensão *versus* determinação

Como vimos no capítulo 2, há autores que concebem a definição lexical como a expressão de propriedades semânticas inerentes das palavras (intensão) e como o conjunto de entidades denotadas por essas propriedades (extensão). Enquanto dessa posição teríamos de pensar que a situação designada pela sentença temporal de nossas definições descreve características inerentes da palavra definida (isto é, situações inerentemente relacionadas com o sentido dessas palavras), do nosso ponto de vista teórico não há nada na palavra em si que a faça ter de ser relacionada com uma situação determinada. O que há, para nós, é uma estabilização de sentidos, que se constitui historicamente e politicamente, e que se visualiza na relação entre o item definidor e o item definido. Essa relação se dá pela configuração específica da cena enunciativa, em que um modo de dizer (de definir) específico é determinado pelo agenciamento enunciativo. Essa relação depende, por um lado, do lugar social x que predica o locutor dessas enunciações e da articulação dessas figuras com os enunciadores; e, por outro lado, depende das relações que as palavras estabelecem com as outras no texto.

As relações entre palavras do texto produzem o que Guimarães (2007, p. 78) chama de *determinação*. Trata-se da relação entre *determinante* e *determinado* que é geralmente tratada no interior dos sintagmas e como própria dos sintagmas nominais, mas que, em Guimarães, é expandida para o texto.

As diversas relações de determinação no texto são produzidas pelos diferentes procedimentos enunciativos que já discutimos: as reescriturações e as articulações. As reescriturações, enquanto relações de sentido que não ocorrem necessariamente de modo contíguo, mas podem ocorrer de modo transversal no texto, são uma demonstração de que a determinação não ocorre apenas no interior dos sintagmas. Os procedimentos de articulação, enquanto relações de sentido que se dão pela contiguidade, também são considerados relações de determinação. Elas incluem as típicas relações no interior dos

sintagmas nominais e as relações que podem ocorrer entre sintagmas nominais e verbais, como no caso da predicação. Guimarães (2007, p. 78) ressalta a proximidade entre predicação e determinação, afirmando que, semanticamente, "toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa". Assim, considera-se como uma relação de determinação tanto a relação de "problemático" com "menino" em "*O menino problemático foi expulso da escola*" como a mesma relação em "*O menino é problemático*. *Ele foi expulso da* escola". Admite-se, no entanto, que elas se diferenciam no modo como se conecta o sintático com o semântico.

Segundo Guimarães (2007, p. 78), "A relação de determinação é tal que se x determina (é determinante de) y é porque y é determinado por x. Ou seja, não há nada numa expressão x que seja necessariamente um determinante para y. Esta relação é construída enunciativamente". É por esse motivo que a Semântica do Acontecimento não opera com a ideia de propriedades semânticas inerentes para as palavras; os sentidos das palavras são determinados no acontecimento enunciativo.

3.2.6. Da relação de hiperonímia

Quando falamos em definição lexical, remetemo-nos à definição por gênero e diferença, recaracterizando-a linguisticamente como uma relação de hiperonímia. Dissemos que a relação de hiperonímia está presente nas definições com "é quando", pois é possível recuperar, pela situação descrita pela sentença temporal, um substantivo que designe genericamente a palavra que está sendo definida.

Vimos que Nunes (2006) trata a hiperonímia como um fato lexical, considerando-o em sua articulação com o histórico e o discursivo. Essa visão o aproxima de Guimarães, já que, para este, a língua é um objeto histórico. Para Nunes, a diversidade de hiperônimos possíveis para um mesmo item lexical está relacionada com as diferentes posições discursivas que podem ocupar os sujeitos. Semelhantemente, diremos que as diferentes situações que são descritas pela sentença introduzida por "é quando", especificadas pelo verbo e pelos demais elementos da sentença, são selecionadas por

agenciamentos enunciativos específicos, em que os locutores falam a partir de determinados lugares sociais, mas também podem falar a partir de certas posições de sujeito[39].

Compreendemos a hiperonímia como produto das relações de determinação. O sentido histórico de uma palavra se manifesta no acontecimento enunciativo e se constrói pelas relações entre palavras no texto. Sendo assim, se uma palavra é considerada como tendo um sentido mais genérico em relação a outra em uma definição, isso resulta da determinação que uma produz sobre a outra no enunciado. Para Guimarães (2007, p. 79), "as relações de hiperonímia e hiponímia não fazem parte das relações de sentido a não ser como consequência das relações de determinação".

3.2.7. Sentido convencional, história e temporalidade

O sentido de historicidade do léxico fornecido por Robinson (1968) ao falar da definição lexical é o de uma progressão cronológica, que se caracteriza pela sucessão de momentos históricos, em que pessoas reais definem o sentido das palavras por uma convenção resultante do uso. Tendo em vista nosso quadro teórico, não operaremos com a ideia de sentido convencional; o problema da ideia de convenção é que ela não acolhe a contradição dos sentidos, que se manifesta também em um mesmo momento histórico.

Preferimos assumir que existem sentidos mais estabilizados, que essa estabilidade se constitui historicamente e que ela se manifesta em agenciamentos enunciativos específicos. Um sentido será estável para determinados grupos de falantes, em consonância com os lugares sociais que falantes e interlocutores ocupam e que os autorizam a produzir sentido de determinado modo, e não de outro, no acontecimento da enunciação. Por outro lado, um sentido pode também ser estável para o conjunto de falantes de um espaço de enunciação, quando pautado pela perspectiva universal de um lugar social que historicamente se constituiu como o lugar a partir do qual se enuncia desse modo (universal); é o caso das definições provenientes do discurso científico, definições

[39] Sobre a inclusão da posição de sujeito na descrição da cena enunciativa, conferir a análise da definição de "sucesso", proveniente do Dicionário Informal, no capítulo 4.

cuja universalidade se naturaliza em virtude da visão de que a ciência é a disciplina que opera com os fatos.

Para nós, o passado não corresponde a uma lembrança pessoal ou coletiva; ele não está inserido no tempo cronológico, mas no acontecimento, que tem sua própria temporalidade. A temporalidade se configura por um presente que abre uma futuridade de interpretação, sem a qual não se obtém significado. Ocorre que este presente e futuro só funcionam porque há um passado que lhes permite significar.

> "A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação." (GUIMARÃES, 2002, p.12)

A projeção de sentido só existe porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 15). Esse passado a que se refere Guimarães não corresponde a uma lembrança ou recordação pessoal de fatos que ocorreram anteriormente; no momento em que são enunciadas, são as palavras que carregam consigo a memória de suas enunciações anteriores. Há memoráveis mais estáveis e outros menos estáveis, o que redunda na maior ou menor estabilidade dos sentidos mobilizados nas definições.

Vimos que, sempre que há um enunciado definidor com "é quando", o elemento que define (*i.e.* a sentença introduzida por *quando*) descreve uma situação. Os sentidos mobilizados pelo enunciado com "é quando", em sua relação com o texto que ele integra, se constituem pelos *memoráveis* que são recortados em cada enunciação.

Os exemplos abaixo nos dão um exemplo desse funcionamento:

(1) “Sucesso é quando vc é feliz no que faz....quando vc tem a maior alegria em fazer o que faz.... e vc se sente satisfeito....”[40]

(2) “Sucesso é quando vc tem um grande talento e as pessoas admitam seu talento fazendo de vc uma pessoa conhecida e popular”[41]

(3) “Sucesso é quando você faz o que sempre fez, só que todo mundo percebe.”[42]

Nos três exemplos acima, o sucesso é definido segundo condições históricas do funcionamento da sociedade, sendo que diferentes sentidos da palavra determinados por esse funcionamento são rememorados em cada enunciação.

Em (1), o sentido de “sucesso” traz como memoráveis as enunciações em que sucesso está relacionado essencialmente com a obtenção de satisfação. Esse memorável é aquele que sustenta o sentido de qualquer enunciado que leva em conta um resultado bom como o que determina o sucesso.

Em (2), o memorável é aquele que relaciona sucesso essencialmente com uma habilidade pessoal capaz de tornar alguém popular. Esse memorável sustenta os enunciados que operam relações de determinação entre “talento”, “popularidade” e “sucesso”.

Em (3), podemos dizer que o memorável se relaciona com aquele que encontramos em (2), pelo fato de se acreditar que o *sucesso* está relacionado com a *percepção* do outro em relação ao que alguém faz. Sabemos, no entanto, que *perceber* (em 3) não é o mesmo que *admirar* (em 2), o que nos mostra que, apesar de esse memorável produzir na latência de futuro uma projeção de interpretação que relaciona o sucesso com algum tipo de percepção que as pessoas têm em relação a alguém, o acontecimento faz isso significar, pelo agenciamento enunciativo, de modos diferentes em (2) e em (3).

3.2.8. Polissemia e formas linguísticas

[40] SUCESSO: Yahoo! Respostas. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110101071324AA8MT1b. Acesso em 23/11/2012.
[41] SUCESSO: Yahoo! Respostas. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110101071324AA8MT1b. Acesso em 23/11/2012.
[42] SUCESSO. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/autor/adriana_falcao/biografia/. Acesso em 23/11/2012.

Compartilhando de pressupostos da Análise do Discurso, entendemos a polissemia como deslocamento e ruptura dos processos de significação (ORLANDI, 2000, p. 36). A polissemia se fundamenta no *equívoco*, que impõe à língua a possibilidade do sentido outro. O equívoco é "a falha da língua, na história" (ORLANDI, 2002, p. 68); ele faz com que todo enunciado e toda sequência de enunciados seja "linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação." (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Por entendermos a polissemia como um fundamento da linguagem, lançamos mão do conceito de equívoco para explicitar os diferentes sentidos produzidos em toda definição com "é quando" pelo funcionamento polissêmico de deriva que envolve os signos linguísticos. Retomemos o exemplo de definição com "é quando" para "alergia":

> "Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha".[43]

Se atentarmos para o funcionamento semântico da conjunção "quando" nesse tipo de definição, veremos que ela produz um jogo entre o particular e o universal; ao mesmo tempo que, por ser uma definição, produz-se um efeito de generalidade, que faz compreender que o que a sentença temporal descreve é uma *condição* para que um processo seja identificado como "alergia", em qualquer tempo, há também um efeito de particularização que cria um imaginário de circunstancialidade e temporalidade.

Há uma concomitância dos sentidos de "sempre que" (Alergia é *sempre que* o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha), que favorece o universal, e de "naquela ocasião em que" (Alergia é / *se dá naquela ocasião em que* o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha), que favorece o particular, o específico. Veremos, mais à frente, que o verbo *ser*, em sua operação com a conjunção "quando" contribui para a produção do efeito de universalidade.

[43] ALERGIA: Perguntas e respostas. Disponível em: http://www.allos.com.br/alergia_perguntas.html. Acesso em 23/11/12.

Essa possibilidade de produzir sentidos diferentes com "quando" em um mesmo enunciado revela o funcionamento do equívoco na língua e demonstra que a polissemia não se resolve na enunciação; os diferentes sentidos estão sempre ali, presentes e operando na interpretação dos enunciados.

Anteriormente, em oposição à opção dos lógicos de especificar se uma definição é de palavra ou de coisa, afirmamos que sempre que se define são definidas ao mesmo tempo a palavra e a coisa, pelo funcionamento interno da língua que acaba produzindo uma relação com o exterior. Esse funcionamento também decorre do equívoco. A confusão feita pelos lógicos ao tentar classificar as definições como de palavra-palavra, palavra-coisa, coisa-palavra, coisa-coisa e a divergência de opiniões entre eles quanto a essa classificação são o reflexo da falha que a língua carrega em si e que se manifesta em seu funcionamento. A desconsideração desse funcionamento equívoco pode levar qualquer reflexão sobre a definição a tornar-se extremamente problemática.

3.3. Considerações sobre os aspectos semântico-gramaticais

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos o tratamento que algumas abordagens gramaticais dão à estrutura "X é Y". A busca por essas explicações remontam ao início de nossa pesquisa de mestrado, quando, intrigados pela questão semântica contida na relação definidora que decidimos estudar, percebemos que havia também questões interessantes na estrutura gramatical desses enunciados definidores que ainda não tinham sido exploradas.

Em certo momento de nossa pesquisa, acreditamos que não seria conveniente nos debruçarmos sobre uma reflexão gramatical, visto que nosso quadro teórico prioriza a reflexão sobre os aspectos semântico-enunciativos das expressões. No entanto, nossa pesquisa estrutural nos fez perceber que a relação "X é quando Y", ao ser analisada com as ferramentas existentes para a análise gramatical da estrutura "X é Y, abre espaço para uma análise de cunho muito mais semântico-gramatical do que puramente gramatical. Essa constatação, aliada ao fato de os fatores semântico-enunciativos, em nossa perspectiva, se

ancorarem em processos linguísticos, nos estimulou a reconsiderar o estudo dessas questões, visto que poderíamos aproveitar as reflexões de cunho semântico daquelas explicações para confrontá-las com as explicações que desenvolvemos para a mesma estrutura do ponto de vista da Semântica do Acontecimento. Essa comparação será apresentada nas seções a seguir.

3.3.1. Sobre o sentido do verbo *ser* na definição

Vimos que a Gramática Tradicional opõe os verbos de ligação aos chamados verbos significativos. Os verbos de ligação seriam aqueles incapazes de atribuir ao sujeito alguma propriedade semântica, já que a função de predicação estaria no item denominado *predicativo*. Assim, em "A internet é a revolução", o verbo *ser*, conjugado no presente do indicativo, seria o verbo de ligação, ou cópula; ele tem a função de ligar o predicativo do sujeito "uma revolução" ao sujeito "a internet".

O verbo significativo seria aquele que dispõe de conteúdo semântico próprio, capaz de constituir com o sujeito uma oração sem a ajuda de um predicativo. Eles podem ser transitivos, como em "A internet revolucionou a informação", ou intransitivos, como em "A internet caiu".

Queremos mostrar aqui como um olhar semântico-enunciativo pode fornecer um tratamento um pouco diferente para os enunciados formados por um verbo *ser* na estrutura "X é Y" (e, consequentemente, na estrutura "X é quando").

Acreditamos, sim, que, na relação "X é Y", a expressão que está em Y predica o que está em X (e vice-versa, tendo em vista a simetria da relação de determinação); entretanto, também acreditamos que, na enunciação em que o Locutor atribui Y a X por meio do verbo *ser*, essa relação tem um efeito enunciativo que não teria se esse mesmo Y se relacionasse com esse mesmo X de um modo diferente (por uma reescrituração por substituição, por exemplo). Observem-se os exemplos abaixo:

(1) Brasil, um país de todos.

(2) O Brasil é um país de todos.

Em (1), observamos uma aposição entre as expressões do enunciado e podemos dizer que a expressão "um país de todos" predica a palavra "Brasil".

Segundo Guimarães, o aposto "caracteriza o termo de que é aposto, mas, ao mesmo tempo, ele é predicado, semanticamente, pelo termo de que é aposto" (GUIMARÃES, 2010:29).

A operação de predicação também ocorre em (2), contudo, o modo como se enuncia a relação entre as expressões é um pouco diferente do que ocorre em (1), justamente pelo uso do verbo *ser*. A responsabilidade que o Locutor toma para si ao dizer que um "X *é* um Y" é diferente da que assume ao dizer "X, um Y". No enunciado (2), sua enunciação produz a relação entre X e Y por uma asseveração, que não está presente em (1).

Orlandi (2012), em uma análise do *slogan* "Brasil, um país de todos" chama a atenção para exatamente essa distinção entre a aposição de (1) e a asserção de (2), dizendo que a construção apositiva significa por um efeito de *sustentação* de que "ser um país de todos" faz parte do sentido de "Brasil". Para a autora, tanto (1) quanto (2) negam o pré-construído[44] "O Brasil **não** é um país de todos"; no entanto, enquanto o *slogan* (1) faz isso por meio de uma *insinuação*, a asserção (2) o faz de modo explícito. O efeito de sustentação do *slogan* produz o "retorno do saber no pensamento" (PÊCHEUX, 1975, p. 111 *apud* ORLANDI, 2012, p. 124), que, segundo ao autora, é o que se aproxima da estrutura de uma explicativa. Para Pêcheux, esse efeito se opõe ao funcionamento do pré-construído (aproximado do funcionamento da determinativa), que "dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência" (ORLANDI, 2012, p. 124). A análise de Orlandi demonstra como a presença de um verbo *ser* (que configura uma asserção) é capaz de alterar o efeito de uma enunciação.

Ressaltamos que o enunciado "Brasil, um país de todos" é um *slogan* do Governo Federal e, dada sua enunciação constante nos diversos veículos de comunicação, ganhou um funcionamento semelhante ao de um provérbio (há inclusive formas

[44] Compreenda-se o pré-construído como "o sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o mundo das coisas)". (Orlandi, 2012:124).

subversivas alternativas a ele, como “Brasil, um país de tolos”, o que costuma ocorrer com os provérbios). Podemos pensar, então, que ela mobiliza um enunciador genérico, que retoma essa memória do funcionamento de enunciações populares.

Para caracterizarmos o funcionamento do tempo verbal na enunciação de uma construção como “X é Y”, retomamos a explicação que Fiorin (1996, p. 151) dá ao presente omnitemporal ou gnômico. Trata-se do presente “utilizado para enunciar verdades eternas, ou que se pretendem como tais”. Esse funcionamento se verifica no exemplo acima e também nas definições produzidas com “é quando”. Vejamos:

> Terrorismo é quando um País pobre, oprimido pelos sanguessugas do mercado financeiro mundial, tentam atacar os Países "ricos", que nadam em $$... nosso $$.... Agora quando um ou mais Países "ricos" invadem, matam, destroem um ou mais Países pobres, isso se chama de anti-terrorismo!!!![45]

Há uma consideração importante a fazer sobre essa definição, a de que ela certamente nos remete a acontecimentos (talvez o “11 de setembro” – ao definir terrorismo – e provavelmente a guerra contra o Iraque, em 2003 – ao definir antiterrorismo).

É interessante observar que, ainda que se possa pensar em acontecimentos específicos, a definição continua se parecendo com uma definição, isto é, não se torna a narração de um episódio. Isso provavelmente se deve ao tempo verbal (presente gnômico). Fala-se em episódios que, em sua relação com a palavra definida, são convertidos em verdades que são verdades em qualquer tempo (houve um episódio em que um país, sob certas circunstâncias, atacou outro, e isso foi terrorismo; se houver de novo, continuará sendo terrorismo; “terrorismo é quando um país, de dada forma, ataca o outro”. Passa-se então de um evento específico a uma situação relativamente genérica. Essa atuação do verbo *ser* caracteriza, pela sua operação com a conjunção *quando*, o efeito de universalidade de que falamos anteriormente. No entanto, esse efeito não anula o funcionamento polissêmico que a conjunção *quando* traz às definições, produzindo concomitantemente os sentidos de generalidade e de especificidade.

[45] TERRORISMO: Yahoo! Respostas. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com. Acesso em 23/11/12.

É importante salientar que o presente gnômico não torna obrigatória a representação de um enunciador universal na cena enunciativa. O valor gnômico decorre do efeito da enunciação de apresentar uma situação como uma verdade que se mostra atemporal (no sentido de não se localizar em um ponto específico do tempo); as determinações para o tipo de enunciador mobilizado na enunciação podem ser outras, como veremos em uma de nossas análises ao discutirmos as relações entre lugares de enunciação, lugares de dizer e posições de sujeito (ver análise da definição de "sucesso", no capítulo 4).

É pelas questões discutidas acima que, para nós, o verbo *ser* da relação "X é Y" (e, portanto, da relação "X é quando...") sempre será significativo. Vale lembrar que o funcionamento "definidor" do verbo *ser* faz parte de sua latência de sentidos, que, em português, o opõem a *estar* (também considerado pela tradição gramatical como verbo de ligação), dado o efeito de permanência daquele e o de circunstancialidade deste. O sentido do verbo *ser* também é importante para diferenciá-lo de um verbo como *parecer* (também considerado tradicionalmente como um de verbo de ligação); este produz nos enunciados um efeito de subjetividade, diferentemente do primeiro, que tende a expressar a universalidade.

Para nós, existe uma memória inscrita no funcionamento do verbo *ser* no presente do indicativo que o caracteriza como a forma definidora por excelência, dadas as propriedades de permanência e universalidade que ele imprime nos enunciados.

Ressaltamos aqui que entendemos que, nas gramáticas tradicionais, o termo *verbo significativo* também se refere a questões gramaticais da predicação; o que gostaríamos de enfatizar com a revisão desse termo é que, para nossa posição diante da significação, pressupor que um verbo como o *ser* seja "não significativo" não condiz com nossos fundamentos teóricos. Para nós, o verbo *ser* tem um valor muito mais significativo do que o da simples ligação de elementos das definições "é quando"; é ele que permite que o efeito da asserção se sustente no enunciado.

3.3.2. Equação *vs*. Predicação

Nosso primeiro capítulo mostrou que Lyons (1977), Castilho (2010) e Ilari / Basso (2008) apresentam tratamentos diferentes para os tipos de construção abaixo:

a) A professora é alta.

b) O Brasil é o país mais extenso da América do Sul.

Falando sobre a articulação entre o sintático e o semântico, Lyons define a estrutura (a) como sentença atributiva, e a sentença (b), como sentença equativa. A diferença entre elas está em que, para o autor, o segundo sintagma nominal de (b) não atribui propriedades semânticas ao primeiro (já que ambas as expressões têm o mesmo referente), enquanto em (a) essa atribuição ocorre.

Do nosso ponto vista, a relação de igualdade que se estabelece entre X e Y em (b), encarada tanto como uma relação enunciativa de igualdade quanto como uma relação de igualdade de referentes, não destitui a predicação como atribuição de sentido. Só se poderia admitir a ausência de predicação se se considerasse que os sentidos estão todos no referente ou na palavra que está sendo definida. Quando se diz que o Brasil é o país mais extenso da América do Sul ou que a professora é alta, em ambos os casos estamos fornecendo alguma informação nova sobre a entidade (*Brasil* ou *a professora*). Essa informação nova é, na verdade, um sentido novo naquele enunciado, que é atribuído a essa entidade.

Assumirmos que há atribuição de sentido, que há predicação, nas chamadas sentenças equativas não significa negar que haja também nelas um efeito de equação entre X e Y. Do nosso ponto de vista, esse efeito está presente na definição, mas ele não precisa ser explicado necessariamente pela questão da referência, ou das condições de verdade. Para nós, o sentido de igualdade que há no enunciado definidor é aquele que se define pelo *modo de significar um procedimento enunciativo* (como vimos no item 3.2.3: Reescrituração e sinonímia), e são os elementos que constituem a definição com "é quando", enquanto formas linguísticas que significam, que produzem esse efeito de igualdade.

Vimos que Ilari / Basso (2008) e Castilho (2010) afirmam que uma das propriedades das sentenças equativas é a possibilidade de X e Y trocarem de lugar, sem que haja prejuízo na relação de sentido entre esses elementos. Ao analisarmos as definições com "é quando", consideramos a possibilidade de inversão entre "X" e "quando Y", como se observa abaixo:

> (a) Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.
>
> (a_1) Quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha é alergia[46].

Em (a_1), continua havendo a relação *enunciativa* de igualdade (apresenta-se a sentença introduzida por quando como equivalendo a "alergia"); no entanto, em nossa visão, há uma mudança significativa em relação ao sentido. Enquanto em (a) a palavra é definida, em (a_1), a situação é nomeada. "Alergia" é apresentada como um rótulo para essa situação, predicando-a por uma sorte de reescritura por *condensação* (GUIMARÃES, 2007, p. 86), que produz sentido também por sinonímia, tal como em (a).

Guimarães (2009, p. 51-52) trata a predicação da estrutura "X é Y" como uma articulação por dependência. Em seu exemplo "Só Pedro é jogador", diz que o elemento "é jogador" é atribuído a Pedro[47]; vemos, assim, que o autor considera o verbo *ser* no presente como um item que constitui a predicação, o que nos ajuda a corroborar nossa afirmação de que o verbo *ser* na relação "X é Y" significa.

[46] É importante destacar que, do ponto de vista gramatical, esta inversão, aparentemente aceitável, introduz um problema importante: em algumas sentenças, ela pode fazer a estrutura "é + Y" ser reanalisada como uma sentença monoargumental apresentacional, ou existencial (CASTILHO, 2010:329), o que restabelecerá a tipicidade da sentença introduzida por "quando" como uma subordinada adverbial. O acréscimo de uma vírgula ajuda a visualizar isso: "Quando o céu está claro, é dia".

[47] Neste mesmo enunciado ("Só Pedro é jogador"), que aparece encadeado com "Ele será nosso representante", Guimarães analisa a relação de "só" com "Pedro é jogador" como um procedimento de articulação por incidência. Essa incidência produz no enunciado dois "conteúdos": "Pedro é jogador" (pressuposto) e "nenhuma pessoa diferente de Pedro é jogador" (tomado no encadeamento).

O autor ressalta que a atribuição presente em "Só Pedro é jogador" se dá por uma operação do Locutor configurada pelo agenciamento enunciativo, o que significa que "não há nada nas expressões que as façam, previamente, atributos de outra" (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

A concepção de predicação e de relação de contiguidade (articulação) da qual compartilhamos nos fornecem um ambiente estável para estudar a relação entre a expressão "X" e a sentença temporal introduzida por "quando", pois, como não operamos com uma questão semântico-sintática de equivalência, a relação "X é quando Y" não se choca com as descrições sobre a estrutura "X é Y" de que dispomos. Em "X é quando Y" haverá sempre uma predicação constituída por articulação.

Com isso, podemos dizer que não importa a natureza linguística do elemento que ocupa X ou Y para que definamos a relação como uma predicação ou não; X e Y podem ser gramaticalmente equivalentes ou não. O que importa é que X e Y significam, e, por significarem um em relação ao outro, produzem uma predicação. Isso nos permite analisar sem problemas uma relação "X é quando Y" em que X seja um nome ou qualquer outro elemento, como um adjetivo ou um verbo:

> Antiético é quando se rompe as barreiras da ética. É quando se infringe regras de convivência social, quando se tem um mal-comportamento profissional, principalmente: quando se rompe valores que significam muito para as pessoas. É quando não se respeita a necessidade do todo para proteger a sua.[48]

> Postergar: É quando temos algo para fazer ou ser realizado em um determinado período de tempo ou numa determinada data, e que por algum motivo teve de ser transferido para uma outra data.[49]

3.3.3. Marcas gramaticais do agenciamento

Lembramos que, para Guimarães, todo e qualquer enunciado apresenta um Locutor que toma a palavra enquanto determinado por um lugar social (locutor-x), ainda

[48] ANTIÉTICO: definição do Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/anti%C3%A9tico/1401/. Acesso em 23/11/12.
[49] POSTERGAR: definição do Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/postergar/. Acesso em 23/11/12.

que estes não estejam explicitamente indicados. Em nossos dados, deparamo-nos com formas linguísticas que explicitam gramaticalmente a presença do Locutor ou do Alocutário, cujo funcionamento será descrito abaixo.

Em toda definição com "é quando", a conjunção "quando" introduz uma sentença temporal. Essa característica faz com que toda definição desse tipo apresente um sujeito e ao menos um verbo com flexão de tempo, de modo e de pessoa, ou seja, na forma não nominal. Por vezes, a entidade que "experiencia" aquilo que o verbo designa não estará expressa (quando há indeterminação). Trataremos da indeterminação tendo em vista um aspecto puramente semântico-enunciativo que leva em conta que há sempre uma entidade que "experiencia" (sofre, age, sente, quer, usa, pode etc.) o que o verbo indica, ainda que essa entidade esteja indeterminada (devendo sempre ser analisada por analogia com o sujeito sentencial claramente expresso e determinado); esse tratamento não se concilia com (e não considera) a distinção tradicional, contraintuitiva do ponto de vista semântico-enunciativo, entre a função de "se" como *partícula apassivadora* e como *índice de indeterminação do sujeito*. Isso significa que sempre consideraremos o "se" como marca de indeterminação.

> Frustração é (1) quando se quer fazer algo e não se faz. (2) Ou quando se quer algo e não consegue. (3) Ou quando é possível realizar algo e não é realizado por medo[50].

No exemplo acima, são apresentadas três sentenças introduzidas por "quando" para definir "frustração". Em (1), (2) e (3), duas sentenças são coordenadas pela conjunção "e" com valor adversativo e seus verbos estão flexionados em tempo presente, modo indicativo e terceira pessoa do singular ("quer", "faz", "consegue", "é"). Em (1) e (2), há indeterminação da entidade que experiencia o que o verbo designa, e a indeterminação se

[50] FRUSTRAÇÃO: definição do Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/frustra%C3%A7%C3%A3o/4043/. Acesso em 20/07/13. Os números "1, 2 e 3" são destaques meus.

expressa por "se"[51] (quando **se** quer fazer algo e não **se** faz / quando **se** quer algo e não consegue – antes do verbo "conseguir" não aparece a partícula "se", mas o efeito de indeterminação do "se" anterior o atinge). No caso de (3), o sujeito do primeiro "é" se apresenta como uma sentença infinitiva, "realizar algo", sendo "possível" o predicativo do sujeito. Note-se que há um efeito de indeterminação produzido pela forma nominal do verbo, que não apresenta flexão de pessoa. O segundo "é" tem como sujeito o "algo", elíptico, introduzido na sentença infinitiva.

Em outros casos, a entidade que experiencia aquilo que é designado pelo verbo aparece determinada. Na definição de "evaporação" abaixo, o verbo que constitui a sentença introduzida por "quando", "(se) transforma", tem um sujeito (correspondente a tal entidade) expresso por um sintagma nominal (a água).

> Evaporação*:* é quando a água se transforma em vapor, por meio do calor natural, que a esquenta, fazendo evaporar.[52]

Além da presença necessária de um verbo com flexão de tempo, modo e pessoa e de um sujeito, o verbo mobilizado muitas vezes exige um complemento, como no caso de "a água se transforma *em vapor*", em que "em vapor" funciona como complemento de "transforma". Essas descrições configuram a estrutura mínima exibida em qualquer definição com "é quando".

Em alguns casos, o verbo da sentença introduzida por "quando" pode ter na posição do sujeito um pronome ("é quando *eu*..."; "é quando *você*..."; "é quando nós..."; é quando *sua* mulher" etc.), ou pode apresentar alguma desinência de pessoa ("é quando faze*mos*...''), sendo que, nos dois casos, identifica-se uma categoria diferente da terceira pessoa. É preciso considerar que representar uma figura em segunda pessoa produz efeitos enunciativos específicos, diferentes dos produzidos quando se define em primeira pessoa ou

[51] Ressalte-se, outra vez, que essa análise (que deve servir para qualquer enunciado definidor com "é quando") não leva em conta a distinção tradicional entre "índice de indeterminação do sujeito" e "partícula apassivadora". O "se" sempre indicará indeterminação.
[52] ESTADOS FÍSICOS. Disponível em: http://respirandociencias.blogspot.com.br/2007/10/estados-fsicos-gua-assim-como-todas-as.html. Acesso em 23/11/12.

quando se usa de recursos linguísticos que marcam a impessoalidade, como um sujeito indeterminado. Consideramos como marcas do agenciamento tanto essas formas que aparecem no interior da sentença introduzida por "quando" quanto aquelas que aparecem nos demais segmentos do texto que constitui a reescritura mais ampla da palavra definida.

As formas pronominais e as desinências de pessoa revelam mais uma vez o funcionamento polissêmico que os signos imprimem aos enunciados. Apesar da especificidade que tem cada uma dessas marcas de pessoa, há algo em comum a todas elas quando fazem parte da sentença temporal da definição: elas dão ao enunciado um valor de pessoa genérica, fazendo com que a situação descrita pela definição seja aplicável a qualquer pessoa. Isso também se explica pelo efeito que o verbo *ser* no presente, com valor gnômico, produz na definição: ele faz com que o enunciado, além de mostrar a situação como não estando localizada num ponto específico do tempo, mostre-a como sendo uma situação que define a palavra para qualquer pessoa (uma verdade em qualquer tempo e uma verdade para qualquer pessoa). Assim, as formas pronominais em "é quando eu...", "é quando você...", "é quando nós" têm todas algum valor genérico. Vejamos:

> (1) Déjà vu é quando **nós** vemos ou sentimos algo pela primeira vez e temos a sensação de já ter visto ou experimentado aquela sensação anteriormente.[53]

> (2) INDECISÃO é quando **você** sabe muito bem o que quer mas acha que devia querer outra coisa.[54]

> (3) Amizade é quando **eu** não faço questão de mim e me empresto pros outros.[55]

[53] DÉJÀ VU. Disponível em: http://daylawell.blogspot.com.br/2012/09/curiosidade-do-dia-deja-vu.html. Acesso em 02/02/2013.
[54] INDECISÃO. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/frase/NTIwODg1/. Acesso em 02/02/2013.
[55] AMIZADE. Disponível em: http://filosofiabarata.blogs.sapo.pt/193545.html. Acesso em 02/02/2013.

Nos três casos acima, os pronomes pessoais não são mobilizados para definir uma experiência exclusiva do locutor ou do alocutário; são trazidas para a definição situações que podem ocorrer com qualquer pessoa. O "você" de (2), apesar de ser a marca que especifica um Alocutário, funciona ao mesmo tempo como uma marca de universalidade, ao operar com o verbo *ser* no presente, indicando que a situação de "saber muito bem o que quer, mas achar que deveria querer outra coisa" define "indecisão" para qualquer pessoa que vive essa situação e que pode ser identificada por "você". O mesmo ocorre com o "eu" de (3); ele não descreve uma situação que define amizade se ela ocorrer apenas com esse Locutor, mas com qualquer pessoa que viva essa mesma situação descrita pela sentença temporal.

Apesar da característica comum a essas formas, que está intimamente ligada ao fato de os enunciados serem apresentados como definições, não podemos dizer que cada uma delas não produza algum efeito distinto em sua enunciação, pois os sentidos que essas formas criam são polissêmicos. A forma plural de primeira pessoa (1) dá ao enunciado um sentido que designa a participação do locutor na ação que define a palavra; o mesmo ocorre com a forma singular, com a diferença de que, no primeiro caso, fica explícita a inclusão do locutor num grupo (as pessoas em geral); no segundo, apesar de o "eu" poder funcionar de modo genérico, o que se salienta é a humanidade de um indivíduo específico. Note-se que a questão da humanidade é que garante que a ação revelada pela sentença temporal funcione como uma definição, e não como uma experiência individual e exclusiva. Nos casos em que se garante a impessoalidade, o que se salienta é a universalidade do evento designado pela sentença introduzida por "quando", de modo que ele não é atribuído em qualquer medida a uma pessoa específica, como no exemplo abaixo.

> Uma metáfora é quando **se** procede à substituição de uma palavra (ou de uma imagem numa sequência) por outra para a qual se transfere todo o significado da primeira.[56]

[56] METÁFORA. Disponível em: http://www.docstoc.com/docs/8096083/C%C3%B3digos-e-Linguagens. Acesso em 23/03/2013.

É preciso aqui também fazer uma ressalva a respeito do efeito de universalidade que o presente gnômico produz na enunciação de definições constituídas por pronomes pessoais ou outras formas que indicam a categoria de pessoa: esse efeito não torna obrigatória a representação de um tipo de enunciador específico na cena enunciativa (universal, genérico etc.). Quando falamos do aspecto genérico que adquirem essas formas, estamos lidando com as figuras de Locutor e do Alocutário, que podem ser marcadas gramaticalmente no enunciado. A especificidade do enunciador será analisada em cada definição, em que poderão atuar diferentes fatores para sua determinação na cena enunciativa.

Quando falamos em uma situação aplicável a qualquer pessoa, consideramos isso como um efeito que a própria enunciação produz, mas não se pode perder de vista que há especificações de cada cena enunciativa que determinam o que é aplicável ou aceitável para quem na correlação entre locutores e alocutários. É preciso compreender que essa situação mostrada pela enunciação como aplicável a qualquer pessoa é aplicável a *qualquer locutor/alocutário compatível com a cena enunciativa específica*.

3.3.4. Considerações sobre aspectos semânticos das palavras definidas

Os dados obtidos em nossa pesquisa mostram que, em geral, as palavras definidas por "é quando" se caracterizam semanticamente por designarem coisas abstratas, ou por não designarem o mesmo tipo de concretude de objetos como "lápis", "caderno" etc.

Há palavras definidas que podem remeter a uma realidade física, mas que, em geral, estão relacionadas com algum tipo de ação, estado ou processo, como ocorre em "O abraço é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra"[57].

Num exercício de caracterizar, e não exatamente classificar, semanticamente essas palavras, podemos pensar, por exemplo, em:

[57] ABRAÇO. Definição da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A7o. Acesso em 23/11/12.

(1) Qualidades: "**Paciência** é quando semeamos e não alcançamos resultados imediatos"[58].

(2) Sentimentos: "**Amor** é quando você tem todos os motivos para desistir de alguém, e não desiste"[59].

(3) Momentos / Períodos: "**Puberdade** é quando o menino e a menina entram na fase da adolescência, quando seu corpo se modifica sexualmente"[60].

(4) Eventos: "**Churrasco** é quando várias pessoas se reúnem pra comer boi, oras"[61].

(5) Ações / processos: "**Roubo é quando** você confisca a propriedade de um indivíduo por meio da violência ou da ameaça de violência"[62]; "**A evaporação** é quando um líquido passa para o estado gasoso sem que ocorra ebulição"[63].

(6) Doenças / distúrbios etc.: "**Depressão** é quando você cansa de fazer tudo e não tem nenhum ânimo para viver".[64]

(7) Outras palavras que podem ser associadas a situações: "**Democracia** é quando eu mando em você, **ditadura** é quando você manda em mim"[65].

---

[58] PACIÊNCIA. Disponível em: http://www.equipealvo.com.br/2012/06/paciencia-estudo-da-mulher.html. Acesso em 20/07/2012.
[59] AMOR. Disponível em: http://dilemasedeliriosdaveel.blogspot.com.br/2011/01/amor-e-quando-voce-tem-todos-os-motivos.html. Acesso em 20/07/2012.
[60] PUBERDADE. Disponível em: http://semelhansaentreogarryeochuckepiquena.blogspot.com.br/2011/06/resposta-1-e-quando-o-menino-e-menina.html. Acesso em 20/07/2012.
[61] CHURRASCO. Disponível em: http://z14.invisionfree.com/PumpBR/ar/t2801.htm. Acesso em 20/07/2012.
[62] ROUBO. Disponível em: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=662. Acesso em 20/07/2012.
[63] EVAPORAÇÃO. Disponível em: http://answers.yahoo.com/question/index?qid=20070529071623AAkkXye. Acesso em 15/10/2013.
[64] DEPRESSÃO: Yahoo Respostas. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100211201933AAzgs5V. Acesso em 23/11/12.
[65] DEMOCRACIA e DITADURA. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/frase/NDI1/. Acesso em 20/02/2013.

3.4. Reflexão teórica sobre os dados obtidos

3.4.1. Da coleta de dados

Nossa pesquisa por dados consistiu em usar as opções avançadas de busca da ferramenta Google para obter enunciados definidores com "é quando". A pesquisa foi realizada em duas etapas, que refletem o modo como organizamos este trabalho: a busca direta e a busca em sites específicos.

Como dividimos este texto em uma parte que trata dos enunciados definidores constituídos por "é quando" em seus aspectos gerais e uma parte em que se apresentam análises de enunciados definidores específicos (este capítulo), realizamos, tendo em vista a primeira discussão, buscas diretas no Google, sem a especificação de um site onde se devesse fazer a busca. Essa pesquisa nos forneceu enunciados que puderam ser usados para discutir a questão de sua estrutura gramatical (capítulo I) e como exemplos para a verificação das chamadas regras da definição apresentadas no capítulo II. A busca avançada consistiu em inserir no campo de pesquisa do Google as palavras "é quando" entre aspas, já que as aspas indicam ao buscador que as palavras devem aparecer na ordem indicada.

Para a pesquisa de dados voltada para a discussão da segunda parte, em que se analisam enunciados definidores específicos, levamos em consideração a hipótese de que esses enunciados poderiam aparecer ou não, e aparecer de modos diferentes, em sites de diferentes naturezas. Por esse motivo, propusemos uma pesquisa com os seguintes critérios:

a) Sites cujo conteúdo é produzido pelos usuários: Wikipédia, Desciclopédia, Dicionário Informal e Yahoo! Respostas.

b) Blogs: Os blogs pesquisados são aqueles que fazem parte dos domínios wordpress.com e blogspot.com.

c) Sites cujo conteúdo é produzido e disponibilizado pela instituição à qual pertence o *domínio*[66] principal: Folha de São Paulo, Brasil Escola (site educativo) e sites de

[66] Entende-se por *domínio* o "nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet. O nome de domínio foi concebido com o objetivo de facilitar a memorização dos endereços de computadores na Internet. Sem ele, teríamos que memorizar uma sequência grande de números" (DOMÍNIO: verbete. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom%C3%ADnio. Acesso em: 29/02/13). Em um endereço como "meublog.blogspot.com", "blogspot" é o domínio principal.

especialidades (aqueles que se reservam à publicação de conteúdo relacionado a um único tema, sendo esse conteúdo apresentado a partir do lugar social de especialista – foram selecionados os sites www.allos.com.br, da empresa Allos Laboratórios, que administra um site que trata exclusivamente do tema "alergia", e direito.folha.uol.com.br, site da Folha de São Paulo que trata exclusivamente do assunto "direito", apresentando esclarecimentos sobre a terminologia jurídica[67]).

A busca avançada nos sites previamente selecionados consistiu em inserir no campo de pesquisa as palavras "é quando" (entre aspas) seguidas do elemento *site:endereço do site* (exemplo: "é quando" site:br.answers.yahoo.com).

A princípio, encontramos algumas dificuldades na seleção dos dados, pelo fato de nem todos os enunciados com "é quando" que a busca retornava poderem ser considerados definições. Abaixo apresentamos alguns exemplos de enunciados constituídos por "é quando" que não consideramos como definições:

> 1) O pior **é quando** precisamos falar com tal pessoa urgentemente, e depois de inúmeras ligações, ela ainda não atende.[68]

> 2) Me ame quando eu menos merecer, que **é quando** eu mais preciso.[69]

> 3) Mas, no Brasil, o principal exemplo **é quando** se encontram a torcida Geral do Grêmio e a Guarda Popular do Inter [...][70]

> 4) Todos os anos, em outubro, a Times Square, em Nova York, é invadida por cães fantasiados e seus donos bem-humorados.

[67] A seleção dos sites temáticos foi posterior ao procedimento de busca direta no Google, que nos forneceu resultados para esse tipo de site.
[68] Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20081210092451AABKlib. Acesso em 15/12/2012.
[69] Disponível em: http://lilicamoraaqui.blogspot.com.br/2011/05/me-ame-quando-eu-menos-merecer-que-e.html. Acesso em 15/12/2012.
[70] Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hooliganismo. Acesso em 15/12/2012.

> **É quando** acontece a Dog Day Masquerade, festa que, além de animar a metrópole, distribui prêmios para os pets próximo ao Dia das Bruxas (31 de outubro).[71]

Em (1), o enunciado em questão fazia parte de uma resposta à seguinte pergunta feita no Yahoo! Respostas: "Qual é o pior.... Você liga chama, chama e a pessoa não atende ou quando cai na caixa postal?". Assim, a sentença temporal com "quando" não está servindo para definir o sentido da palavra *pior*, mas para especificar qual situação é a mais inconveniente numa tentativa de fazer uma ligação.

Em (2), o "é quando" está funcionando para explicar algo que acontece em um momento que foi especificado no segmento anterior do enunciado, semelhantemente ao que ocorre em (4), com a diferença de que em (2) há uma sentença subordinada adjetiva e em (4), uma sentença independente (em termos sintáticos) da sentença em que se apresentou tal momento.

O enunciado (3) foi retirado de uma página da Wikipédia que fala sobre a violência entre torcidas organizadas. Neste caso fica claro que o uso de "é quando" não produz uma definição, mas uma exemplificação ("o principal exemplo é quando...").

Nossa pesquisa não tinha o objetivo de obter dados para uma análise quantitativa detalhada. Isso seria uma tarefa bastante complicada, visto que obtínhamos nas pesquisas milhares de resultados e posteriormente tínhamos a tarefa de verificar quais poderiam ser considerados enunciados definidores. Diante dessa dificuldade, decidimos selecionar os dados tendo em vista a consideração de até quinze páginas de resultados exibidas pelo buscador.

Essa pesquisa nos fez obter os seguintes números de enunciados definidores constituídos por "é quando":

Folha de São Paulo: 15

Brasil Escola (site educativo): 40

[71] "LEGALMENTE Loira" vence Obama em concurso de fantasia de cães nos EUA". **Folha Online**, 24/10/2008. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/bichos/ult10006u459815.shtml. Acesso em 15/12/2012.

Sites de especialidades: 26

Wikipédia: 55

Dicionário Informal: 130

Desciclopédia: 63

Yahoo Respostas: 53

Blogs: 43

3.4.2. As definições com “é quando” e o espaço de enunciação

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que dos quinze enunciados definidores com “é quando” encontrados no site da Folha apenas um não fazia parte de um discurso direto ou da fala de um entrevistado em uma entrevista transcrita, ou seja, em quase todas as ocorrências, a definição com “é quando” não era feita pelo jornalista que produziu o texto. Abaixo apresentamos dois exemplos disso:

> Ela afirma que pastas de dente geralmente não têm componentes realmente branqueadores, como peróxido de hidrogênio, usado em clareamentos supervisionados pelos dentistas -que, segundo ela, são mais seguros. "O que ocorre é que, por serem mais abrasivas, essas pastas limpam a sujeira de fora do dente e, por isso, ele parece mais claro. Se o dente estiver sujo ou manchado, então, elas promovem um polimento. Mas isso é limpeza. **Clareamento mesmo é quando uma ação química modifica a cor de dentro do dente**."[72]

> "Exibição brilhante é quando o adversário facilita", diz Scolari.[73]

Essa observação, e mesmo o número reduzido de enunciados definidores encontrados no site da Folha, nos faz sugerir que a estrutura “X é quando” não é uma estrutura reconhecida como adequada para produzir definições nas páginas de reportagens

[72] MANTOVANI, F. Pasta branqueadora não clareia. **Folha de São Paulo**, 01 da abril de 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd0104200901.htm. Acesso em 21/10/2013.
[73] “EXIBIÇÃO brilhante é quando o adversário facilita", diz Scolari. **Folha de São Paulo,** 11/06/2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u103229.shtml. Acesso em 23/11/2012.

de um jornal. Do ponto de vista da Semântica do Acontecimento, diremos que o uso ou não dessa forma e o seu reconhecimento como uma forma que pode ou não ser usada para definir estão ligados ao funcionamento do político no espaço de enunciação.

Para explorarmos essa questão, levaremos em consideração o texto intitulado "Uma metáfora é quando...", uma postagem do blog Língua à Portuguesa (linguamodadoisec.blogspot.com.br), que é administrado por duas autoras de Lisboa. Nesse texto, uma das autoras se refere à estrutura "é quando" usada nas definições de alguns alunos, argumentando que a forma em questão não é adequada para a explicação de um *conceito*.

Referindo-se à estrutura por meio da expressão "aquele nefasto 'é quando'", a autora opõe essa forma de definir a uma forma supostamente capaz de iniciar uma definição aceitável e rigorosa de uma ideia. Segundo ela, os professores teriam o papel de chamar a atenção dos alunos para a inadequação dessa estrutura e, posteriormente, orientá-los sobre a forma adequada de definir:

> Depois, seria bom que os orientássemos, mostrando-lhes que definir um conceito implica, antes de mais, encontrar um outro termo que possa substituir o primeiro e que tem forçosamente de pertencer à mesma classe gramatical. Peguemos numa *metáfora*, por exemplo, que antes de ser qualquer outra coisa é um substantivo. Podemos então começar por dizer que se trata de um "**recurso estilístico"** e só a partir daí devemos construir o resto ("um recurso estilístico através do qual determinada realidade é referida ou caracterizada de forma simbólica, *etc*....")[74].

Na opinião da autora, o uso de "é quando" pelos alunos não demonstra que eles acreditem que a estrutura seja uma "boa maneira" de introduzir a explicação, mas, sim, que eles não sabem como iniciar a definição de modo mais "rigoroso" e "eficaz".

Vemos que esse texto apresenta uma crítica incisiva às definições construídas com "é quando" no ambiente escolar. A autora do texto argumenta que as definições com "é quando" são inadequadas porque não satisfazem ao princípio segundo o qual os itens

[74] LEITE, S. "Uma metáfora é quando...". **Lingua à portuguesa**. 12 de maio de 2007. Disponível em: http://linguamodadoisec.blogspot.com.br/2007/04/uma-metfora-quando.html . Acesso em 02/02/2013.

(definido e definidor) de uma definição devem "forçosamente" pertencer à mesma classe gramatical. Esse princípio nos remete ao caro critério de equivalência que discutimos neste trabalho.

Há, contudo, algumas considerações a fazer: a autora fala em definir um *conceito*; trata-se, portanto, de um raciocínio que pressupõe que o que se definem não são palavras, mas ideias previamente delimitadas no pensamento. Essas ideias são designadas por termos, ou seja, palavras rigorosamente definidas para representar os conceitos. Sendo assim, a visão por trás da argumentação da professora pressupõe a língua como um reflexo do pensamento e sugere que essa correspondência está presente na própria estrutura gramatical da língua, que é encarada como uma organização destinada a deter as estruturas, neste caso, do pensamento. Isso fica bastante claro na afirmação de que o termo que substitui o outro na definição tem "forçosamente de pertencer à mesma classe gramatical"; se uma estrutura gramatical é o reflexo de uma estrutura do pensamento, e a definição relaciona duas estruturas, essa definição só estará bem formada se seus elementos forem gramaticalmente compatíveis.

Uma sentença introduzida por "quando" não é encarada como uma forma linguística capaz de corresponder a um conceito, visto que as descrições gramaticais tradicionais atribuem aos nomes e às expressões nominais a capacidade de denotar um conceito, quando se trata de uma visão conceptualista, ou uma coisa, uma entidade no mundo, quando se trata de uma visão referencialista. Além disso, o fato de uma sentença introduzida por "quando" caracterizar-se como uma sentença temporal abre caminho para que ela seja considerada algo como uma exemplificação (situações que elucidam os contextos aos quais o termo se aplica), uma narração (que explica o conceito não efetivamente pelo que ele é, mas por quando ele ocorre); enfim, por uma explicação (que pode servir para fazer entender, mas não exatamente para definir).

Acreditamos que o fato de essa concepção de definição, que apresenta fundamentos compatíveis com as visões da lógica, ter sido mobilizada no texto de uma professora de Língua Portuguesa e divulgado em um site de teor educativo seja um indício da existência de uma filiação significativa da gramática, enquanto instrumento educativo, à lógica. Essa filiação não é uma característica exclusiva da sociedade portuguesa e, embora

pretendamos argumentar que a relação entre gramática e lógica está presente também no Brasil, não acreditamos que essa relação se restrinja às sociedades lusófonas.

Entendemos que essa relação se construiu como um dos efeitos do processo de *gramatização* (AUROUX, 1992), entendido como a produção de gramáticas e dicionários, que teve início no século V e que se intensificou no Renascimento Europeu. A gramática se desenvolveu numa relação forte com a cultura escrita e forneceu ao Ocidente um modo de lidar com o saber sobre a língua baseado na *instrumentalização*.

Foi a partir da Gramática Filosófica de Port-Royal, publicada no século XVII, que se desenvolveu uma relação mais forte entre gramática e lógica. O texto influenciou a produção de diversas gramáticas modernas das línguas ocidentais e disseminou a visão da língua como imagem do pensamento, defendendo que os fatos linguísticos devem ser descritos por meio de um estudo racional e filosófico, fundamentado na lógica.

Pode-se dizer que os argumentos que se apoiam na questão da correção, mobilizados hoje por muitos professores de gramática, se fundamentam nessa relação da gramática com a lógica. No texto da professora portuguesa, faz-se menção ao rigor necessário à produção de definições, que se obtém pela observância de um princípio gramatical de equivalência. Esse rigor está filiado a princípios logicistas. É necessário ainda considerar que, tendo em vista o fato de o texto da professora portuguesa fazer parte de um site que estimula e valoriza a educação e o saber, a concepção de *definição* da autora se fundamenta na ideia de que a definição equivale à exposição do conhecimento, o que nos remete à visão de Platão da definição enquanto a expressão do mais importante tipo de conhecimento que o homem pode ter e à própria visão aristotélica da definição como a explicitação da essência de uma coisa.

Ocorre que entre as estruturas gramaticais consideradas adequadas a essa exposição do conhecimento não se inclui a estrutura [X é quando Y], pois historicamente a noção de definição se constituiu pela valorização de uma equivalência gramatical, que seria a única relação estrutural capaz de conviver com uma relação semântica / referencial de equivalência. Além disso, são tradicionalmente eleitos como elementos linguísticos capazes de definir as coisas os substantivos, a que a sentença introduzida por *quando* não corresponde.

Ainda que a gramática de Port-Royal tenha influenciado significativamente o pensamento sobre a linguagem no ocidente, colocando em evidência o estudo racional da língua, o processo de gramatização também foi marcado pela defesa do "bem dizer". Os efeitos desse ideal são observados até hoje na sociedade, de modo que, ao mesmo tempo que se defende um falar / escrever correto, defende-se a manutenção de um dizer / escrever bonito, elegante. Isso se observa no texto da professora portuguesa pelo modo como avalia a estrutura das definições com "é quando" ("aquele *nefasto* 'é quando'"; trata-se de um modo de definir que não traz beleza alguma ao dizer; não é uma "boa maneira de introduzir a explicação", nas palavras da autora).

Assumimos com Pfeiffer (2000) que o *bem dizer* se constitui pelo eixo parafrástico formado pelos sentidos de *civilidade*, *urbanização* e *escolaridade*, que estão em confronto com a ideia de *barbárie*. O *sujeito urbano escolarizado* se constitui por essa discursividade, que constrói um lugar enunciativo para a língua nacional, sendo que esta, por sua vez, constrói o lugar para se dizer no bem dizer.

É preciso salientar que, assim como no Brasil (e como em qualquer outra língua nacional), o português de Portugal se constitui de diferentes divisões no espaço de enunciação. Essas divisões se organizam em uma hierarquia, na qual os modos de dizer que se identificam com um modelo de escrita de prestígio (o bem dizer) figuram em uma posição superior. É por isso que, apesar de a forma "é quando" ser, de fato, usada para definir, ela não é considerada o modo correto ou bonito de fazê-lo, pois essa forma se distancia do modelo de escrita valorizado em ambos os espaços de enunciação mencionados, que são influenciados pela relação da gramática com a lógica. Concentremo-nos agora no espaço de enunciação brasileiro para entendermos essa relação:

Para compreendermos em que medida a Gramática Filosófica de Port-Royal, que representou o auge dos estudos gramaticais fundamentados na lógica, pode ter influenciado a produção de gramáticas no Brasil no final do século XIX, retomaremos alguns estudos sobre o processo de gramatização brasileiro.

Segundo Orlandi (2001), a gramática de Júlio Ribeiro (1881), *Grammatica Portugueza*, apresenta uma relação nítida com a gramática filosófica que segue a tendência de Port-Royal ao admitir que "a linguagem é a expressão do pensamento por meio dos sons

articulados" (RIBEIRO, 1881, p. 2); também ao admitir a existência de uma *gramática geral*, que consiste na "exposição metódica dos fatos da linguagem em geral", uma *gramática particular*, que corresponde a esse mesmo tipo de exposição, porém em uma língua determinada, e uma *gramática portuguesa*, que expõe os fatos da língua portuguesa. A filiação à gramática filosófica é atribuída por Pfeiffer (2000, p.152) à noção de *fato* e à defesa de uma *exposição metódica*, tratada como fator facilitador do aprendizado pelo autor da gramática.

De outro lado, a gramática de João Ribeiro (1887), que recebe o mesmo título que a anterior, substitui na definição de Gramática Geral e Gramática Particular a noção de fato pela noção de *princípios*, usando a expressão *princípios lógicos* para tratar da primeira. Para Orlandi, este último conceito é equivalente ao da gramática filosófica.

Outro livro no qual a relação com a orientação gramatical filosófica se observa pela definição de "gramática" é a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel (1894), que define o termo como "a sistematização lógica dos fatos e das normas de uma língua qualquer".

É preciso levar em conta que a filiação dessas gramáticas à Gramática Filosófica não é indicada aqui como tendo sido necessariamente explicitada pelos autores. Trata-se de uma filiação de sentidos, visto que "porque a linguagem é histórica não podemos entender a filiação como colagem, mas sim como produtora de sentidos que se ressignificam nas condições específicas do momento" (Pfeiffer, 2000, p. 152).

Assumimos com Orlandi (2001, p. 32) que a análise da produção de instrumentos tecnológicos da gramatização (AUROUX, 1992) ligada à questão da institucionalização da língua nos permite compreender como a sociedade produz uma consciência histórica de sua língua, por meio da criação de um espaço político-social. É nesse sentido que as gramáticas em questão tiveram papel fundamental na constituição do espaço político de enunciação do Brasil, influenciando, com seus dizeres sobre princípios lógicos e sobre a expressão do pensamento, grande parte das explicações que hoje ainda se apresentam para fenômenos da língua.

Para nós, essa determinação histórica produziu uma hierarquia de modos de definir, em que aquelas formas que não são capazes de produzir uma relação de

equivalência referencialmente ou conceptualmente fundamentada estão em um nível distinto daquelas que o podem fazer; dessa hierarquia, o lugar social de jornalista só autoriza o uso dessas últimas formas. Daí a escassez de enunciados definidores construídos com a estrutura "é quando" no jornal pesquisado.

Nossa pesquisa mostrou que, do lugar social de jornalista, definir com "é quando" provavelmente não é um modo autorizado, dado que não encontramos um número considerável de enunciados definidores desse tipo nos dizeres de um locutor-jornalista. Essa falta de ocorrências está ligada à forte relação que o jornalismo tem com a prática da escrita, mas deve-se lembrar que não se trata de qualquer escrita, e sim daquela que se pauta pelo uso da norma-padrão ou da norma culta.

Embora sejam equivocadamente tratadas como se fossem a mesma coisa, a norma culta e a norma-padrão designam modelos de língua distintos[75]. No livro "Linguística da Norma", organizado por Marcos Bagno e dedicado ao tratamento científico da questão da norma linguística, Faraco (2002) distingue *norma culta* de *norma-padrão*: a norma culta são os fatos de língua que a parcela da população que lida mais diretamente com a cultura escrita usa correntemente em situações formais de fala e na própria escrita, e a norma-padrão é uma realidade léxico-gramatical que resulta da construção artificial de um modelo linguístico, eleito como o padrão a ser seguido.

No espaço de enunciação brasileiro, e, de maneira geral, nos espaços de enunciação de línguas oficiais no Ocidente, tanto a norma culta quanto a norma-padrão são divisões da língua que ocupam uma posição superior na hierarquia política, e isso se deve ao fato de a escrita e a cultura letrada serem extremamente valorizadas na sociedade em questão. Nos agenciamentos enunciativos em que o lugar social do locutor é o de jornalista, os modos de dizer desse locutor que contêm formas linguísticas da norma culta e da norma-padrão são explicitados nos postulados dos manuais de redação. Vejamos:

[75] É preciso destacar que usamos aqui o termo "norma" levando em conta sua ambiguidade descrita por Rey (2001), em que trata da relação da palavra com o adjetivo "normal", que produz a ideia de média, de frequência, de tendência geralmente realizada, mas também com o adjetivo "normativo", que produz a ideia de conformidade a uma regra, a de juízo de valor e a de finalidade designada. Os sentidos são de "usual" e "desejável".

> "Deve [o texto] estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela norma culta da língua."[76]
>
> "Este é um capítulo da sintaxe [colocação pronominal] em que as gramáticas não concordam. A maior parte da confusão vem do fato de que os pronomes oblíquos (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos) são pronunciados de forma diferente em Portugal e no Brasil."[77]
>
> "Próclise (pronome antes do verbo) - Dê preferência a este caso. É o mais próximo da linguagem coloquial do Brasil e na maioria dos casos não fere demais a norma culta: Eu o vi; Ele se informou são mais eufônicos no Brasil que Eu vi-o; Ele informou-se."[78]
>
> "O Estado aceita o uso, no noticiário, do pronome oblíquo colocado entre dois verbos, sem necessidade de se ligar por hífen ao primeiro deles. Trata-se de uma característica do português do Brasil que não é mais possível desprezar: *Ele estava se preparando para sair.*"[79]

Dos quatro excertos acima, os três primeiros foram retirados do Manual de Redação do Jornal Folha de São Paulo, e o último, do Jornal O Estado de São Paulo. Ambas as versões estão disponíveis on-line. No primeiro excerto, recomenda-se ao jornalista que use as formas mais simples admitidas pela *norma culta* da língua. Não se sabe ao certo se a expressão "norma culta" está sendo usada no sentido pelo qual a definimos anteriormente ou se está sendo usada como sinônimo de norma-padrão; o segundo excerto, no entanto, nos fornece indícios de que há uma preocupação do jornal em usar as formas de algum padrão, já que faz referência às gramáticas, provavelmente normativas.

O terceiro excerto, em que se afirma que na maioria dos casos em que se usa a próclise não se fere demais a norma culta, é indicativo de que a expressão "norma culta" esteja sendo usada num sentido muito próximo do que seria a norma-padrão: o que se

[76] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm. Acesso em 23/05/2013; grifos meus.
[77] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_c.htm. Acesso em 23/05/2013; grifos meus.
[78] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_c.htm. Acesso em 23/05/2013; grifos meus.
[79] Disponível em: http://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/c.shtm. Acesso em 23/05/2013.

defende é o uso de uma forma que se aproxima de uma suposta linguagem coloquial do Brasil, mas que não é. Essa forma é usual entre as pessoas que lidam com a cultura escrita, mas não é a forma presente no modelo de língua a partir do qual se configurou a língua padrão, não é a forma conservadora (portanto, é a norma culta). Esse desvio é, no entanto, considerado leve em relação a uma forma conservadora.

O quarto excerto, do Manual de Redação e Estilo do jornal O Estado de São Paulo, apresenta uma postura que também indicia a defesa do uso da norma culta: abre-se mão da forma padrão que prevê a cliticização do pronome oblíquo ao verbo auxiliar, sob a justificativa de que a forma não pode ser mais desprezada no português do Brasil, provavelmente pelo fato de o uso do pronome oblíquo não cliticizado ao verbo ser generalizado também entre os falantes da norma culta, além dos falantes das demais variedades do português falado no Brasil.

Essas diretrizes observadas nos manuais de redação nos mostram que as duas divisões da língua (a norma culta e a norma-padrão) são as formas autorizadas no lugar social de jornalista. Essa constatação pode parecer bastante óbvia, já que é um lugar-comum o conhecimento de que jornalistas devem escrever segundo uma norma linguística de prestígio; no entanto, o que nos interessa nessa observação é destacar que a escolha dessas formas depende de um jogo político que se dá no espaço de enunciação, por uma disputa incessante entre divisões da língua.

Vemos que do lugar social de jornalista a norma-padrão pode ser desafiada e prescindida, mas não é qualquer outra forma que pode substituí-la, e sim aquela que se configurou historicamente como uma forma aceitável, por ser usada por falantes específicos. Esses falantes têm, acima de tudo, a cultura escrita como seu forte para o reconhecimento de novos modos de dizer como razoáveis.

Nosso intuito em relacionar a ausência de definições "é quando" nos dizeres de locutores-jornalistas com a questão da norma culta e da norma-padrão é o de explicitar a relação existente entre a defesa de um padrão gramatical ideal e a argumentação sobre a construção de definições em que se observa uma herança da lógica. Observemos dois novos trechos dos manuais de redação da Folha e do Estado, respectivamente:

> "Um bom texto jornalístico depende, antes de mais nada, de clareza de raciocínio e domínio do idioma.
> (...)
> Deve ser um texto claro e direto. Deve desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser exato e conciso."[80]

> "Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso."[81]

Os dois excertos acima indiciam uma orientação lógica dos dois jornais no fornecimento de instruções para a redação do texto jornalístico. A precisão, a clareza de raciocínio, a objetividade e a própria menção aos encadeamentos lógicos constituem a filiação de sentidos à lógica (PFEIFFER, 2000) que mencionamos anteriormente.

Para pensarmos em qual outro lugar social de locutor autorizaria apenas o uso das relações de equivalência, decidimos fazer uma pesquisa no Dicionário Aulete, um dicionário online de língua portuguesa, para ver se encontrávamos alguma definição do tipo "é quando" ou alguma acepção que apresentasse como enunciado definidor uma sentença temporal introduzida por "quando". Fizemos a pesquisa pelo buscador Google e pesquisas com a ferramenta de busca do próprio site, procurando verbetes para as mesmas palavras para as quais havíamos encontrado definições com "é quando" em outros sites. O resultado foi que, em todos os casos, o enunciado definidor apresentava uma estrutura gramatical equivalente à da palavra-entrada, e não uma sentença temporal.

Isso é um indício de que o lugar social de lexicógrafo também não autoriza o uso das definições com "é quando". A compreensão dessa desautorização depende, por um lado, da constatação de que o dicionário é um instrumento tecnológico de gramatização, cuja textualidade foi historicamente constituída por influência dos mesmos sentidos gramaticais filiados à lógica de que falamos há pouco; e, por outro lado, de que o lexicógrafo, enquanto sujeito falante e especialista, foi constituído por esse discurso nos espaços de enunciação de línguas oficiais do Ocidente. As formas linguísticas mobilizadas pelo locutor são selecionadas segundo essas determinações.

[80] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm. Acesso em 25/05/13.
[81] Disponível em: http://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais.shtm. Acesso em 25/05/13.

Para Oliveira (2006, p. 18), "o dicionário, como normatividade, divide o real da língua para compor sua unidade que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional". Tendo em vista esse fato, o sujeito que enuncia na cena específica da constituição de um verbete de dicionário mobilizará formas linguísticas que possam ser explicadas pelos princípios gramaticais que se constituíram como o saber sobre a língua nacional, sobre a língua do Estado, e os princípios que constituem esse saber não contemplam as definições de estrutura "X é quando Y".

Diante dessas observações, o que podemos dizer dos demais tipos de site, em que encontramos um número considerável de enunciados definidores com "é quando"? Para nós, a explicação para essas ocorrências está ligada a uma deontologia específica que se constitui em cada nova cena enunciativa produzida em cada site, sendo elas determinadas pelo funcionamento político do espaço de enunciação. Analisaremos essas ocorrências descrevendo as diversas cenas nas seções subsequentes.

Como as questões de formalidade e informalidade serão recorrentes em nossas análises, achamos oportuno definir nesta seção o conceito de *registro*, para expormos nossa posição teórica sobre ele.

Segundo Wardhaugh (1986), os registros são conjuntos de itens linguísticos que estão associados a grupos profissionais e sociais específicos. Citando Ferguson (1985), Tannen e Wallat (2002, p. 194) afirmam: "Registro é simplesmente 'variação condicionada pelo uso': convenções para escolhas lexicais, sintáticas e prosódicas consideradas apropriadas para o cenário e para a plateia."

Pela segunda definição, podemos dizer que a informalidade ou a formalidade de um registro são determinadas por convenções: algumas formas linguísticas são reconhecidas como formais; outras como informais. Do nosso ponto de vista, essas convenções realmente existem, mas o que as determina não é apenas o uso, mas também a configuração política do espaço de enunciação, que relega certas formas a um registro de informalidade e a outras atribui um status de formalidade. Para nós, a questão da formalidade está articulada à constituição histórica do conhecimento da língua nacional, cujo modelo escolhido como língua-padrão, como vimos, se relaciona com as diversas práticas de escrita, incluindo aquelas extremamente padronizadas, como o dicionário. Essa

articulação nos faz entender que as formas linguísticas cuja descrição não se enquadra nos modelos históricos que constituíram o saber metalinguístico são as formas geralmente consideradas informais (trata-se do não-padrão).

Isso justificaria a consideração de definições com "é quando" como definições informais. No entanto, como veremos nos dados, há casos de definições com "é quando" que poderiam ser consideradas formais (conferir, por exemplo, a análise das definições com "é quando" no site BrasilEscola, no capítulo 4), dada a configuração da cena enunciativa, que indica o grupo profissional ou social mencionado na definição de Wardhaugh (para nós, os lugares sociais do locutor). Veremos que o uso de "é quando" vem desafiando o limite entre formal e informal.

Isso nos mostra que a questão da informalidade deve ser compreendida por dois ângulos, um a partir do qual são considerados os aspectos históricos que fazem um modo de dizer ser considerado informal; outro que avalia a questão pelo funcionamento da *imposição* de um modo de dizer como formal, resultado do litígio constitutivo do espaço de enunciação.

3.5. Conclusões sobre o funcionamento semântico-enunciativo geral das definições com "é quando"

Neste capítulo, propusemos uma descrição do funcionamento semântico-enunciativo geral das definições constituídas por "é quando", ou seja, procuramos formular explicações das relações de sentido estabelecidas entre item definido e item definidor e de características do acontecimento enunciativo que se aplicam a quaisquer enunciados definidores que têm essa estrutura. Nossas explicações se resumem nos seguintes itens:

a) Todo enunciado definidor com "é quando" exibe um procedimento de reescrituração (por definição) que produz sentido pelo menos dos seguintes modos: por sinonímia e por especificação / generalização. A relação de sinonímia se justifica pelo fato de a enunciação *apresentar* a sentença introduzida por "quando" *como sendo* a definição de uma palavra; ao fazer isso, ela *especifica* uma situação para atuar como item definidor.

b) Todo enunciado definidor constituído por "é quando" apresenta, também, um procedimento de articulação por dependência, que produz o que Guimarães chama de predicação; assim, há uma relação direta entre a palavra definida e a sentença temporal, operada pelo verbo *ser* no presente, que produz uma relação definidora do tipo "X é Y" sem que Y tenha estrutura gramatical equivalente à de X.

c) Todo enunciado desse tipo apresenta (depois da conjunção *quando*) um sujeito e ao menos um verbo com flexão de tempo, de modo e de pessoa, ou seja, na forma não nominal, sendo que, por vezes, o sujeito desse verbo será expresso de modo indeterminado.

d) Está presente na definição com "é quando" a chamada relação de hiperonímia, que deve ser observada nos verbos usados para descrever a situação descrita pela sentença temporal. Por meio de paráfrases, esses verbos podem ser convertidos em substantivos em torno dos quais se organizam as mesmas especificações presentes na estrutura sentencial.

e) Na estrutura [X é quando Y], "X" e "quando Y" podem trocar de lugar no enunciado. No entanto, essa permutação fará com que a situação descrita pela sentença temporal seja predicada por um tipo de nomeação produzida por uma reescritura por condensação. Essa possibilidade de reversibilidade não determina que a sentença temporal e a palavra definida tenham o mesmo sentido.

f) A conjunção *quando* das sentenças temporais produz um efeito ambíguo de particularização e de generalização em relação às situações descritas por essas sentenças. Essa ambiguidade se justifica pelo funcionamento essencialmente polissêmico dos signos linguísticos, que estão expostos ao equivoco que constitui a língua.

g) O verbo *ser* das definições com "é quando" tem uma natureza omnitemporal e gnômica, o que contribui para o efeito de generalização produzido pela operação da

conjunção *quando* na introdução da sentença temporal. Esse verbo faz com que a situação descrita por essa sentença se configure, na cena enunciativa específica, como uma situação que define determinada palavra em qualquer tempo. Esse mesmo verbo contribui para que as formas linguísticas que indicam gramaticalmente a categoria de pessoa tenham um efeito genérico, de modo que a situação expressa pela sentença temporal é apresentada como válida para qualquer locutor/alocutário compatível com uma cena enunciativa específica. A relação do verbo *ser* com esses outros elementos do enunciado não barra, no entanto, o efeito polissêmico que eles produzem na definição.

h) Pela análise de fatores históricos, vimos que as definições com "é quando" ocupam uma posição inferior na hierarquia de modos de dizer que constitui o espaço de enunciação. Essa posição é o reflexo de uma visão sobre a gramática e sobre o funcionamento da língua que se filia à lógica e à concepção de definição como exposição do conhecimento, sendo que essa exposição deve ser realizada gramaticalmente por uma relação de equivalência. Essa visão sobre o funcionamento da língua também se fundamenta nos ideais do *bem dizer* e do *dizer correto*.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Observações sobre as análises

A partir daqui, discutiremos o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados definidores constituídos por "é quando" em amostras de cada um dos tipos de site que selecionamos em nossa pesquisa.

Destacaremos as relações de sentido presentes no próprio enunciado definidor, mas procuraremos relacionar seu funcionamento com outros elementos do texto de que foi extraído. Nosso foco nessas análises estará nos aspectos enunciativos das definições encontradas; por essa razão, a descrição do modo como as cenas enunciativas estão configuradas e do modo como se constituíram estará em evidência.

Proporemos uma descrição da cena enunciativa para cada site, dando destaque às figuras do locutor-x e do alocutário-x, e, posteriormente, completaremos a descrição da cena de cada definição, acrescentando a figura dos enunciadores. Em momentos oportunos, lançaremos mão do conceito de memorável para explicar como o passado de enunciações contribui para a interpretação dos sentidos analisados.

Tentaremos relacionar a presença de enunciados definidores com "é quando" em cada página com o funcionamento político do espaço de enunciação, tendo em vista os fatores históricos sobre a estrutura da definição que discutimos anteriormente.

4.2. "X é quando Y" no Dicionário Informal

O Dicionário Informal é um site da internet que contém verbetes com definições e exemplos de uso de palavras e expressões do português produzidos pelos próprios usuários.

Apresentando um exemplo de verbete em sua página inicial, o site se autodefine deste modo:

> O dicionário de português gratuito para internet, onde as palavras são definidas pelos usuários. Uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português. Não deixe as palavras passarem em branco, participe definindo o seu português![82]

E apresenta o seguinte enunciado, em itálico, na posição em que costumam aparecer os exemplos de uso das palavras definidas no dicionário:

> *O Dicionário inFormal é do caralho! Ali não existem definições certas ou erradas, mas definições da vida real para o português.*

Ao observarmos o segundo excerto, que aparece no site logo depois da definição, vemos que se trata de um tipo de comentário sobre o site (que não foi atribuído a nenhum usuário, mas selecionado pelos próprios administradores como elemento de descrição para a página inicial). Chama-nos a atenção o fato de aparecer a expressão "(ser) do caralho" (usada para definir "algo ou alguém que é muito bom, que é ótimo."[83]). Tendo em vista que uma das palavras que compõem a expressão é geralmente considerada um palavrão, essa escolha mostra, já na página inicial, que o site não impede os usuários de usarem palavras desse tipo em suas definições (apesar de apresentar algumas exigências quanto a esse uso, como veremos adiante).

No mesmo trecho, é importante considerar a afirmação "Ali não existem definições certas ou erradas, mas definições da vida real para o português". Há aí um encadeamento argumentativo que coloca em oposição "definições certas ou erradas" e "definições da vida real para o português". Pelo funcionamento da integração, a expressão "Dicionário Informal" se define em oposição à primeira expressão: ser um dicionário informal não significa apresentar definições incorretas, mas também não significa que elas podem ser chamadas de "certas". Neste ponto, rememora-se uma *metalinguagem lexicográfica* clássica, discutida mais à frente, de modo que o locutor apresenta o formato

[82] Disponível em http://www.dicionarioinformal.com.br. Acesso em 10/01/2013.
[83] DO CARALHO. Definição obtida no próprio Dicionário Informal. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/do%20caralho/. Acesso em 21/11/2012.

do Dicionário Informal como sendo oposto a ela, que se constituiu historicamente como o modelo adequado para a definição de uma palavra em dicionário).

Por outro lado, ao dizer que o dicionário se constitui de definições da vida real, o texto opõe a metalinguagem lexicográfica a uma certa efetividade do uso da língua, seu uso real, cuja descrição é considerada possível pela nova metalinguagem produzida pelo site.

Ao analisarmos o primeiro trecho (o da definição), encontramos duas reescrituras por substituição de "Dicionário Informal": "o dicionário de português gratuito para internet, onde as palavras são definidas pelos usuários" e "uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português". Essas duas reescrituras produzem sentido por sinonímia – o Locutor as apresenta como sendo a explicação do que o Dicionário Informal "é". Chama-nos a atenção o fato de a segunda reescritura apresentar como pressuposta a ideia de que o português evolui ("uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português"). Isso nos mostra que o acontecimento enunciativo rememora o dinamismo que faz a língua mudar ao longo do tempo (o que se reforça pela sentença imperativa posterior "não deixe as palavras passarem em branco" – o tempo passa, as palavras e seus sentidos passam com ele).

Consideremos, agora, a segunda sentença imperativa, "participe definindo o seu português!". O possessivo de "o seu português" e a desinência de modo imperativo de "participe" (*-e*) são formas linguísticas que explicitam na cena enunciativa um Alocutário (compreendido como a figura da enunciação a quem se dirige o Locutor). Nesta cena, o lugar social do locutor é o de administrador do Dicionário Informal, pois só se está autorizado a dizer oficialmente o que o Dicionário Informal é e como deve ser seu funcionamento a partir dessa posição. Assim como todo locutor fala enquanto predicado por um lugar social (l-x), o Alocutário só pode se configurar como figura correlata do Locutor pela disparidade que constitui com um alocutário-x; na cena em questão, diremos que se trata de um alocutário-internauta, pois a sentença imperativa se dirige a alguém que necessariamente seja usuário do Dicionário Informal ou que esteja apto a se tornar um, sendo, neste caso, um internauta. Portanto, o português de "o seu português" é o português de um AL cujo lugar social é o de internauta. Esse AL é impelido a definir seu português

por um L que fala do lugar social de administrador do site Dicionário Informal, também falante de português.

Ocorre que há uma questão semântica importante na relação do possessivo "seu" com "português" que não se clarifica na descrição dessa cena: "o seu português" equivaleria a um português tal como particularmente usado por determinado usuário do site ou a um português que, ao mesmo tempo que é de todos, é de cada um (de modo que se possa chama-lo de "seu")? Para nós, ambos os funcionamentos estão presentes no mesmo enunciado, dada a polissemia constitutiva da linguagem. O possessivo *seu* designa um Alocutário, que, neste caso, corresponde ao falante / interlocutor (usuário do Dicionário Informal) enquanto pessoa no mundo, que efetivamente entrou no site e teve acesso a esse enunciado. O "seu português", por esse funcionamento, equivale ao português do usuário específico. Por outro lado, quando retomamos e analisamos a reescritura por substituição de "Dicionário Informal": "uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português", vemos que nessa definição para "Dicionário Informal", o SN "o português", encaixado em "a evolução de" aparece como um sintagma nominal cujo determinante é um artigo definido, com o qual não se relaciona qualquer possessivo; fala-se, portanto, de um português único. Como do ponto de vista da Semântica do Acontecimento toda expressão significa por uma relação de integração ao texto, diremos que a expressão "o português" contida em "a evolução do português" é reescrita por "o seu português", por substituição, na sentença imperativa. Essa substituição produz sentido por sinonímia, de modo que o português que se apresenta como único, geral, de todos, em "a evolução do português", é mostrado pela enunciação como sendo o mesmo português "dele" (do alocutário). Operam, assim, no mesmo acontecimento enunciativo, os sentidos desviantes e concomitantes de *seu português* e de *português de todos*.

Os verbetes do Dicionário Informal são padronizados, de modo que um usuário que quer definir uma palavra deve preencher um formulário que contém os seguintes campos: palavra, definição, exemplo, [palavras] relacionadas, sinônimos e antônimos. A escolha desses campos e a ordem em que são apresentados são um modo de regular a escrita dos internautas, que se sustenta no memorável da *metalinguagem lexicográfica* (OLIVEIRA, 2006). Para Oliveira (2006), cujo trabalho com a textualidade do dicionário e

seu funcionamento semântico-enunciativo se orienta pela Semântica do Acontecimento, os verbetes apresentam uma estrutura composta pela *palavra-entrada* e pela *definição*; a palavra-entrada é "o ponto de deriva sobre o qual a definição se apoia" (OLIVEIRA, 2006, p. 37), e a definição equivale a todos os predicados da palavra-entrada (acepções, exemplos, etimologia, colocação etc.). Concordamos com Oliveira ao considerar todo o corpo do verbete como a definição, pois, tendo em vista o princípio de integração ao texto, a definição (compreendida como acepção) não equivale à significação ou ao sentido. No âmbito da análise do Dicionário Informal em nosso trabalho, deve ficar claro que o que temos chamado de "enunciado definidor" ou mesmo "definição" equivale à "acepção", compreendida como um dos muitos predicados da palavra-entrada. Não optamos por chamar as estruturas "X é quando" de acepção em todo o trabalho pelo fato de nem todos os textos em que elas foram encontradas funcionarem por uma metalinguagem lexicográfica.

Apesar de o Dicionário Informal preestabelecer critérios para a redação do verbete que estão fundamentados na metalinguagem lexicográfica, nossa pesquisa mostrou que muitos usuários inserem no campo "sinônimos" palavras que deveriam ter sido inseridas no campo "palavras relacionadas". Há casos, por exemplo, em que se apresenta um adjetivo como sinônimo de um substantivo. O mesmo ocorre com os antônimos: palavras de classes gramaticais diferentes são apresentadas como antônimas.

Existem outras diretrizes do site que pautam a escrita dos usuários, como a que indica que o internauta deve informar se está definindo uma gíria e se a palavra é um xingamento ou palavrão, ou se está relacionada com uma temática sexual. Essas indicações evidenciam a divisão da língua na configuração do espaço de enunciação: nem todas as palavras estão pré-aprovadas para aparecerem diretamente no dicionário *sem qualquer advertência ou observação*, apesar de todas poderem ser definidas. Isso ocorre porque, no espaço de convivência e disputa entre modos de dizer o português, aqueles que são considerados chulos, grosseiros, obscenos e marginais ocupam uma oposição inferior na hierarquia produzida em decorrência da divisão da língua. Esse funcionamento determina o dizer do falante que elabora e publica as diretrizes para a constituição do site.

Em seus termos de serviço, o site adverte os usuários de que todo conteúdo inserido em seu banco de dados deve ser de autoria dos próprios usuários, não devendo estes incluir em suas definições e exemplos conteúdos com direitos autorais.

Afora essas restrições, o Dicionário Informal estimula o usuário a definir uma palavra ou expressão sem estabelecer critérios sintáticos ou semânticos para a construção da definição. Apenas se recomenda que o usuário escreva "para todos os gostos", tendo em vista o fato de que vários tipos de pessoas terão acesso a essa definição. Essa amplitude de público configura o modo como são escritas as definições (acepções, exemplos, sinônimos etc.), pois afeta a configuração do locutor-x. Dissemos que o site rememora a metalinguagem lexicográfica, e isso, por um lado, constitui uma cena enunciativa com um locutor-lexicógrafo. A questão é saber se esse locutor-lexicógrafo corresponde ao locutor-lexicógrafo da cena enunciativa de um dicionário comum. Acreditamos que não, pois a instrução "escreva para todos os gostos" fornece indícios de que a escrita clássica do lexicógrafo, que inclui a definição clássica, não deve ser a única forma a ser usada no site, pois não agradará a todos os leitores. Essa observação aponta para uma tendência democrática do site, pois não se nega ao usuário o direito de escrever como lexicógrafo, mas se recomenda que sua escrita atinja mais pessoas, aí provavelmente incluídas aquelas a quem a escrita do dicionário não agrada.

Vemos que esses detalhes do site configuram a cena enunciativa do verbete de um modo que, apesar de se assemelhar à cena enunciativa do verbete produzido pelo lexicógrafo, apresenta diferenças significativas em relação a ela. Para nós, a nomeação do site, enquanto um funcionamento semântico-enunciativo, é fundamental para a constituição da cena em que se produzirão todas as determinações para cada palavra definida. O nome Dicionário Informal está presente nesse site como um rememorado de enunciações que é retomado para designar todas as relações de sentido dos verbetes como *dicionário*, o que significa que os procedimentos usados para definir uma palavra nesse site só puderam ser chamados, em seu conjunto, de *dicionário* porque há um passado que permite significar esses procedimentos dessa forma; como vimos acima, esse passado memorável é o da metalinguagem lexicográfica, que fornece o corpo do verbete, organizando e sequenciando sua estrutura em palavra-entrada, acepção, exemplos, sinônimos etc. Essa enunciação

primeira da nomeação projeta sentidos futuros que movimentam novas enunciações, novas definições. A caracterização que "Informal" produz sobre "Dicionário", por meio de uma articulação por dependência, também é fundamental para a determinação dessas enunciações futuras. O que mais importa nessa caracterização é que a palavra "informal", pelo prefixo *in-*, faz a palavra significar em oposição a formal (em sua relação com a normatividade e com o bem dizer), e o sentido de informalidade é constituído pelo próprio modo como o dicionário se descreve e pelas regras que ele define (não é um dicionário de definições certas e erradas, é um dicionário em que os usuários definem, é um dicionário com definições da vida real etc.).

Esses sentidos movimentarão enunciações que, por sua vez, determinarão a relação entre as formas linguísticas como sendo informais. Essas formas incluem tanto as palavras escolhidas para serem definidas, dentre as quais estão presentes aquelas que ocupam posições inferiores na hierarquia da divisão de línguas (gírias, palavrões, xingamentos, como diz o próprio site), quanto as próprias formas linguísticas usadas para definir, que incluem definições não clássicas, como "X é quando", também reputadas inferiores no espaço de enunciação.

Com isso, propomos que a nomeação do site teve (e tem) um papel muito importante na configuração da cena enunciativa, ao retomar divisões do espaço de enunciação brasileiro como: a divisão entre o especialista (no caso, o lexicógrafo) e o leigo; a língua culta (digna de ser apresentada sem advertências, elevada, formal) e a não culta (cuja adição no dicionário deve ser declarada em um campo específico; informal, chula etc.). Essas divisões são ressignificadas na nomeação e constituição do site e levam a um novo modo de enunciação, no qual o dizer da definição se configura como um dizer informal.

Esse mesmo tipo de análise pode ser adotado para explicar o funcionamento das definições em um dicionário como o Cambridge Advanced Learner's Dictionary, mencionado na seção 2.3, que apresenta definições constituídas por uma sentença temporal introduzida por "when". Para nós, a possibilidade de definir desse modo não se explicaria somente por uma questão de facilidade de compreensão por parte de quem lê a definição, que seria um aprendiz avançado de inglês, mas também pela determinação de uma cena

enunciativa configurada pela própria enunciação primária que nomeou o dicionário como sendo um dicionário para *aprendizes avançados* e pelo funcionamento político da língua que autorizou tal modo de definir como válido para o instrumento em questão.

Consideramos que, tanto no Dicionário Informal quanto no Cambridge Advanced Learner's Dictionary, esse modo de definir, com "quando" / "when", é determinado por essas cenas enunciativas configuradas por outras enunciações, e o que nos importa nesse processo é o funcionamento político que envolve a ausência ou a presença de uma estrutura como essa em um dicionário. Ainda que se possa admitir que uma estrutura desse tipo seja mais facilmente compreendida por um aprendiz de uma língua, não é irrelevante o fato de se enunciar para definir e, ao mesmo tempo, significar essa enunciação como uma definição de dicionário, sem que as formas usadas para produzir as definições sejam as formas tipicamente usadas na definição lexicográfica. Esses acontecimentos demonstram um conflito entre as enunciações que categorizaram certas formas como as que *podem* ser usadas para definir e aquelas que, a princípio, não poderiam, mas que se *impõem* como válidas (é o caso dos enunciados definidores com "é quando").

No Dicionário Informal, o modo como o site se configurou nos permite tratar a figura do locutor-x das definições como um locutor-*lexicógrafo-informal*, já que um lexicógrafo comum provavelmente não produz definições com "é quando" no espaço de enunciação do Português Brasileiro, tendo em vista o fato de a textualidade do dicionário tradicional ter sido historicamente constituída sob influência dos sentidos gramaticais filiados à lógica de que falamos anteriormente. Trata-se de um falante da língua que produzirá definições para o dicionário enquanto um instrumento ressignificado como informal, e não de um especialista em lexicografia. O alocutário-x, como indicado anteriormente, é caracterizado como um *alocutário-internauta*.

Tendo em vista as considerações sobre a enunciação nesse espaço de produção lexicográfica informal, iniciaremos a análise de alguns enunciados definidores com "é quando".

Quando buscamos nesse site as definições com "é quando", obtivemos acesso, primeiramente, à página isolada da definição e dos exemplos apresentados por um único usuário. No entanto, vimos que essa definição faz parte de um verbete maior, que contém,

além das definições de outros usuários para a mesma palavra, os sinônimos, antônimos e palavras relacionadas sugeridas por todos os usuários que produziram essas definições. Chamaremos de verbete individual cada definição seguida de exemplos apresentada por um usuário.

Convém, aqui, retomar o enunciado "participe definindo o seu português!" da autodefinição do site, para identificar, na estrutura das páginas, os efeitos do funcionamento ambíguo do possessivo "seu" na expressão "o seu português". Dissemos que essa expressão designa, ao mesmo tempo, (1) o português de um usuário específico e (2) o português "de todos". A relação (1) se evidencia no verbete individual que contém a definição de apenas um usuário e os exemplos por ele fornecidos; a relação (2) se mostra no verbete geral, em que se reúnem as definições de vários usuários e as palavras que se relacionam semanticamente com o item definido, fornecidas por cada usuário. É importante salientar que os sinônimos, antônimos e as palavras relacionadas se agrupam por um mecanismo do site que resgata os itens fornecidos por todos os usuários e os exibe em bloco, sem identificar quais usuários forneceram quais palavras. Esse agrupamento "anônimo" torna ainda mais evidente o efeito de "português de todos" produzido pelo enunciado que contém a expressão "o seu português".

Para nossas análises, partiremos da análise do verbete individual que contém a definição (acepção) com "é quando" e, posteriormente, analisaremos a relação desse verbete com o verbete global que ele integra.

4.2.1. Definição de "Sucesso"

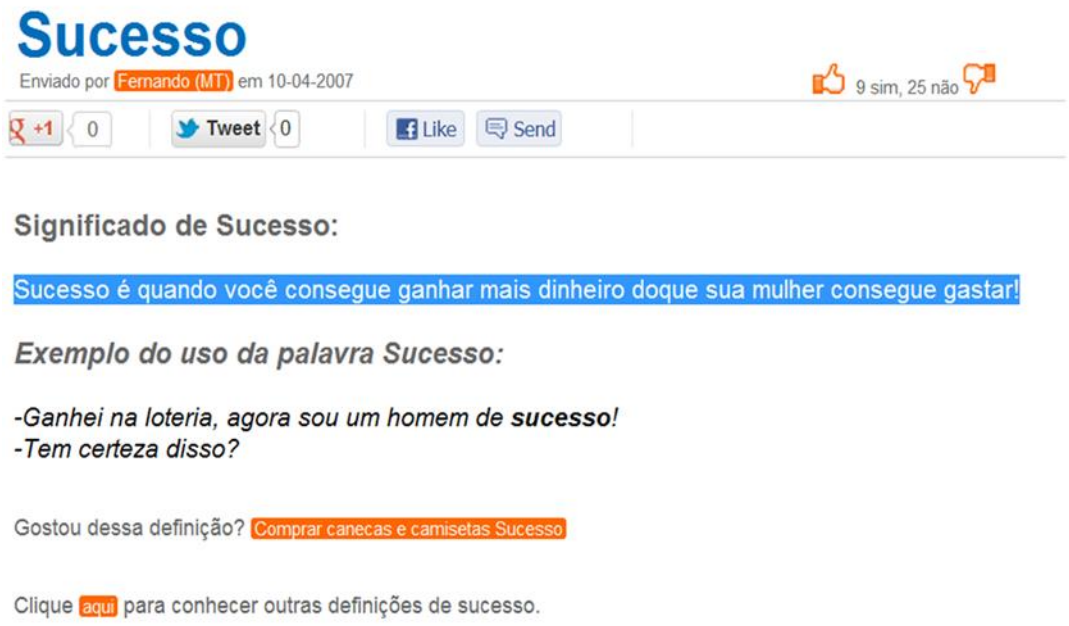

Figura 1 Captura de imagem do site. Disponível em http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/sucesso/121/. Acesso em 23/11/12.

O exemplo acima é um verbete do Dicionário Informal para a palavra "sucesso". Como definição aparece o enunciado "Sucesso é quando você consegue ganhar mais dinheiro do que sua mulher consegue gastar!".

Como em todo enunciado definidor com "é quando", há uma articulação por dependência (uma predicação) em que o item definido (Sucesso) se articula com o item definidor (quando você consegue ganhar mais dinheiro do que sua mulher consegue gastar) por meio do verbo *ser* no presente gnômico. Ao mesmo tempo, podemos considerar essa relação definidora como um procedimento de reescrituração por definição, que apresenta o sentido da palavra definida por meio de uma situação (como já discutimos em seções anteriores).

No caso acima, a situação descrita pela sentença temporal é *você conseguir ganhar mais dinheiro do que sua mulher consegue gastar*. Essa enunciação se sustenta em um passado, mas em um passado que não diz respeito à experiência de vida de quem a proferiu, e sim a uma rememoração de enunciações. Em outras palavras, o falante que

produziu essa definição não o fez enquanto origem de seu dizer, sem qualquer determinação histórica; redizer a palavra "sucesso" por meio de tal situação não é produzir um sentido totalmente novo, originado no locutor. Essa relação se sustenta em memoráveis:

a) a mulher gasta dinheiro demais;

b) ter sucesso é ter muito dinheiro (e para ter muito dinheiro é preciso ganhar mais do que a mulher gasta, pois a mulher gasta dinheiro demais).

Essas interpretações não estão explícitas no enunciado – não se diz explicitamente que "a mulher gasta muito dinheiro" ou que "sucesso é ter muito dinheiro", mas elas se tornam possíveis porque o memorável orienta como a definição deve ser interpretada.

Talvez alguém pudesse argumentar que a interpretação decorre da forma gramatical do enunciado, em que se observa a estrutura "mais do que": se sucesso é quando se consegue ganhar *mais do que* a mulher consegue gastar, sucesso só pode significar ganhar muito dinheiro. No entanto, esse raciocínio não daria conta sozinho da ideia, ligada a um discurso machista, de que a mulher gasta muito dinheiro (que é o que sustenta a interpretação). Se não houvesse memorável, "o que a mulher gasta" poderia significar outra coisa, inclusive que ela gasta pouco.

Não estamos querendo dizer que as relações de contiguidade não importam, só queremos enfatizar que essa interpretação não se sustenta apenas em uma análise composicional. Podemos, por exemplo, considerar a articulação entre *conseguir* e *ganhar* como uma relação que produz um sentido de *desafio* muito maior para o que vem descrito como complemento do verbo *ganhar*, pois dizer "quando você consegue ganhar..." é diferente de dizer "quando você ganha...". O que interessa para nós é que esse efeito de intensidade do desafio ocorre porque o locutor mobiliza formas como "conseguir" e "ganhar" para a produção dessa definição, e esse agenciamento se dá pela temporalidade própria do acontecimento, que toma esses sentidos como memoráveis.

Por outro lado, acreditamos que a produção de sentido nesse enunciado se dá pela articulação entre o memorável e as figuras que estão representadas na cena enunciativa

em questão. Acrescentamos à descrição da cena enunciativa básica para a construção de definições no site (locutor-lexicógrafo-informal e alocutário-internauta) a figura de um enunciador-genérico. Esse lugar de dizer é considerado como tal na medida em que faz a enunciação representar o Locutor como não falando de sua individualidade, mas falando como e com outros indivíduos (GUIMARÃES, 2002, p. 26). Note-se que esse falar como e com outros não garante um lugar de dizer universal, visto que a definição em questão não representa uma verdade inquestionável; para muitos indivíduos, essa definição pode ser falsa.

Significar, por essa enunciação, (1) que a mulher gasta muito dinheiro e (2) que ganhar mais do que a mulher consegue gastar significa *sucesso* é falar do lugar de um *acordo* que abre caminho para a reprodução desse sentido; esse Locutor não produz um sentido totalmente novo, um sentido que se origina nele.

Algo que nos chamou a atenção nesse acontecimento foi o modo machista como se define a palavra *sucesso*. Ele reproduz a ideia historicamente construída de que a mulher gasta muito dinheiro e reconhece que o homem seja, naturalmente, o mantenedor da mulher, além do fato de ser ele quem sustenta seus gastos excessivos. O enunciado também apresenta um componente humorístico, pois a relação entre "mulher" e "gastar muito dinheiro" aparece como memorável das piadas machistas. Assim, a definição se sustenta em um funcionamento predominantemente *lúdico*, que, segundo Orlandi (1983), é o funcionamento discursivo que se caracteriza por uma constitutiva reversibilidade entre interlocutores, na qual não há contenção da polissemia, como ocorre no discurso polêmico e no autoritário, mais acentuada neste último.

A liberdade de apresentar a definição de modo lúdico decorre das divisões produzidas pelo político no espaço de enunciação. Há, certamente, falantes constituídos por esse espaço que desaprovam a "brincadeira" no tratamento do sentido das formas linguísticas, influenciados pela herança do *bem dizer* e do *dizer correto*, sentidos constituídos historicamente pelo ideal de *civilidade* (PFEIFFER, 2000) e pela relação da gramática com os sentidos de *rigor*, *clareza* e *precisão*, filiados à lógica. Como o espaço de enunciação tem um funcionamento essencialmente político, a desaprovação do dizer lúdico entra em conflito com outros falantes, para quem o *lúdico* no tratamento do sentido é válido

e que se mobilizam para impor esse modo de dizer em diferentes cenas enunciativas, como a que se destina à definição do sentido de uma palavra da língua, da qual esses indivíduos são e se reconhecem como falantes.

Esse funcionamento do espaço de enunciação indica que ser falante da língua não significa apenas falar do lugar da norma, que impõe a precisão e o rigor e que restringe os modos de dizer; muito mais que isso, significa poder, enquanto falante dessa língua, explorar os sentidos que ela faz circular por meio de diferentes formas de enunciar.

Pensamos em como poderíamos incluir a questão do machismo em nossa análise enunciativa e, para isso, decidimos considerar a retomada que Guimarães (2002) faz da noção de *posição de sujeito* da Análise do Discurso. O autor faz essa retomada para produzir uma análise enunciativa que articula *lugar social de dizer* (locutor-x), *lugar de dizer* (enunciador) e *posição de sujeito*. Numa análise do enunciado performativo "O Presidente da República, no uso de suas atribuições, Decreta...", o autor define o locutor-x como locutor-presidente, que se apresenta como voz universal, e afirma que o sujeito fala da posição de sujeito jurídico-liberal. Lembrando-se do presidente que estava no poder na época (FHC), o autor sugere outra configuração da cena enunciativa:

> Nada impede que da posição de sujeito científico o lugar do dizer seja o enunciador-universal e o lugar social seja o de locutor-presidente. Tantas vezes o atual presidente mobilizou argumentações próprias da economia, da sociologia, etc. enunciando do lugar de presidente. Mas não deixa de ser interessante ver como falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso científico é diferente de falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso jurídico, como no caso do Decreta. (GUIMARÃES, 2002, p. 31)

Zoppi-Fontana (2012, p. 8-9), ao retomar a análise de Guimarães, esclarece que a relação entre lugares de enunciação, lugares de dizer e posições sujeito são um modo de responder à pergunta sobre como é apagada para o falante a natureza política do acontecimento de sua enunciação:

> [...] trata-se da relação dos enunciadores com o interdiscurso no acontecimento da enunciação e o modo como essa relação aparece representada pelo funcionamento da figura dividida do Locutor/locutor-x. Para o autor, falar é *ser tomado por um agenciamento político no acontecimento da enunciação*, que se dá por uma relação com as formas da língua, sobredeterminadas pelo espaço de enunciação e pelo interdiscurso. O Locutor fala de uma região do interdiscurso, de uma memória de sentidos, na qual ocupa uma *posição sujeito* que o constitui no acontecimento enunciativo numa relação particular com o lugar social – *locutor-x* – do qual enuncia e com o espaço de enunciação no qual é constituído como *falante*.

Baseando-nos nesta análise da articulação entre posição sujeito, locutor-x e enunciador, diremos que a posição de sujeito da qual enuncia o Locutor que define "Sucesso" é a posição de sujeito machista.

É preciso levar em conta que o Locutor do enunciado em questão, além do discurso machista, mobiliza um discurso capitalista para construir a definição (dinheiro → sucesso), os quais, articulados na descrição da relação homem-mulher, dão base para a constituição do discurso lúdico sobre a língua.

Ao lançar mão do conceito de posição de sujeito, vemos que a questão da identificação do indivíduo com o ideológico do que enuncia, e do leitor com aquilo que lê, não está relacionada com a correlação entre locutor-x e alocutário-x. Estes são os que reconhecem o modo de definir como legítimo (definir com uma sentença introduzida por "quando", recortando um memorável, a partir de um lugar de dizer genérico). A questão de se um falante se identifica ou não com a ideia machista expressa pelo enunciado depende de se esse falante (escritor/leitor) se identifica com a posição de sujeito machista ou não, o que, no caso do enunciado em questão, se constata pela própria reprodução dessa posição de sujeito.

Outras determinações para a palavra "sucesso"

Como dito anteriormente, estamos considerando a relação entre a sentença introduzida por "quando" e a palavra definida, por um lado, como uma reescrituração por

definição e, por outro, como uma relação de articulação (em que "é" articula os elementos da definição). Por si só, essas relações já representam determinações de sentido para a palavra "sucesso". Entretanto, nesse mesmo enunciado, se considerarmos que a palavra "dinheiro" faz parte de uma expressão que predica por articulação a palavra "sucesso", podemos dizer também que "dinheiro" determina o sentido de "sucesso", relacionando-o com o discurso capitalista.

Tendo em vista que, para Guimarães, "o sentido diz respeito a uma relação que faz com que um elemento faça parte de uma unidade superior, um enunciado, que faz parte de um texto" (GUIMARÃES, 2007:125), podemos considerar os enunciados do exemplo de emprego da palavra "sucesso" apresentado pelo usuário como itens que contêm outras determinações para a palavra. Vejamos:

- Ganhei na *loteria*, agora sou um homem de *sucesso*! (1)
- Tem certeza disso? (2)

Nesse exemplo, há dois enunciados produzidos por dois Locutores distintos. Trata-se de um diálogo. Observamos no enunciado (1) um encadeamento argumentativo (portanto, um procedimento de articulação) em que *ganhar na loteria* aparece como argumento para *ser um homem de sucesso*. Nessa relação entre argumento e conclusão, a palavra "loteria" determina a palavra "sucesso". Não se trata aqui de uma reescrituração, pois a palavra não está sendo redita; também não estamos diante de uma articulação tal como a que observamos em "sucesso *é* quando...", mas se trata de uma relação entre enunciados que se encadeiam e cujos elementos estabelecem entre si relações de sentido.

Nessa operação de determinação, de *loteria* sobre *sucesso*, vemos que o acontecimento recorta um memorável que se relaciona com aquele que vimos no enunciado anterior (o que associa sucesso a ganhar dinheiro).

É, no entanto, necessário considerar que a conclusão do encadeamento argumentativo do enunciado (1) – Ganhei na loteria, **portanto** sou um homem de sucesso – não corresponde exatamente à definição para "sucesso" apresentada no verbete (em que se diz que, para ter sucesso, não é apenas necessário ganhar muito dinheiro, mas é preciso

também que o valor desse dinheiro ganho seja sempre maior do que o valor que a mulher consegue gastar). Essa não correspondência é denunciada pelo Locutor do enunciado (2), "Tem certeza disso?", que questiona a conclusão apresentada pelo Locutor 1. Esse questionamento demonstra que o Locutor 2 opera com o pré-construído mobilizado pela posição de sujeito machista, que faz sua enunciação rememorar o sentido de "sucesso" tal como definido no enunciado definidor com "é quando". Assim, há o questionamento de um locutor inscrito em uma posição de sujeito machista sobre aquele que fala de uma posição de sujeito capitalista.

A palavra "sucesso" estabelece várias outras relações com palavras desse verbete individual, que estamos analisando como texto. Descreveremos essas relações abaixo:

1) A primeira ocorrência da palavra "sucesso" no verbete é sua apresentação como palavra-entrada;

2) Um pouco abaixo, na expressão "significado de sucesso", há uma reescrituração por repetição da palavra sucesso;

3) No enunciado definidor com "é quando", antes da reescritura por definição de "sucesso", a palavra é reescriturada por repetição, para, em seguida, ser reescriturada por definição;

5) Ao considerarmos o sintagma nominal "a palavra sucesso" em "Exemplos do uso da palavra sucesso", identificamos aí uma ocorrência de aposto ("sucesso" é aposto de "palavra"). Segundo Guimarães, o aposto "caracteriza o termo de que é aposto, mas, ao mesmo tempo, ele é predicado, semanticamente, pelo termo de que é aposto" (Guimarães, 2010:29). Assim, podemos dizer que "palavra", que é caracterizada por "sucesso", determina também esta última palavra.

6) Também podemos considerar todo o verbete como uma reescrituração por expansão da palavra "sucesso" que aparece como entrada do verbete.

Ao clicar na palavra-entrada "Sucesso", passamos do verbete individual (que contém o enunciado definidor com "é quando" e os exemplos) para o verbete global (que contém outras definições para "sucesso" e o grupo de palavras consideradas sinônimas, antônimas ou relacionadas).

Como sinônimas, antônimas e relacionadas são apresentadas as seguintes palavras:

Sinônimos: rico triunfo acontecido acontecimento fato histórico ocorrência ocorrido realizado sucedido sucesso acaso caso comemoração evento eventualidade festa lance passagem resultado aventura cartada façanha perigo proeza risco bomba novidade petardo reprovação

Antônimos: pobre quebrado falido fracasso revés malogro insucesso

Relacionadas: grana fama alegria vitória

Observamos que algumas dessas palavras orientam em direção ao mesmo sentido constituído no verbete individual analisado e que outras atribuem novos sentidos.

Muitas dessas palavras estão relacionadas com sentidos da palavra *sucesso* que não recortam como memorável a obtenção de dinheiro (por exemplo, a palavra "fama" dos itens relacionados). No entanto, vemos como aquele memorável se revela em palavras como "rico" (sinônimos) e "grana" (relacionadas), e mesmo nas antônimas (pobre, quebrado, falido, malogro).

Quando tomamos palavras como "triunfo", "vitória", "façanha" e "proeza" e as comparamos com a situação descrita na definição "é quando" (*conseguir* ganhar mais dinheiro do que a mulher consegue gastar), podemos estabelecer uma relação entre elas, já que, se o que se rememora é que a mulher gasta muito dinheiro, *conseguir* ganhar mais do que ela consegue gastar pode ser considerado uma façanha, uma proeza, um triunfo ou uma vitória sobre tamanho desafio.

Palavras como *acontecimento*, *acontecido*, *fato*, *evento* (que aparecem no item *sinônimos*) também estão relacionadas com a definição "é quando" para "sucesso", visto que o próprio fato de haver uma sentença temporal faz o enunciado significar um evento.

Outras palavras atribuem novos sentidos a "sucesso", recortando novos memoráveis; por exemplo, *alegria* e *comemoração* fazem aquela situação específica

receber esse sentido de felicidade, que não está explícito na definição com "é quando". De todo modo, essa relação de sentido resulta de um passado que permite que o *ganhar muito dinheiro* possa também significar desse modo.

Essas diversas determinações para a palavra "sucesso" nos mostram que não podemos considerar o enunciado definidor "é quando" como a única relação que constitui o sentido de "sucesso". Da perspectiva que adotamos, qualquer palavra, qualquer expressão e qualquer enunciado funcionarão por fazerem parte de um texto. Nada nos impede, porém, de analisar os efeitos da temporalidade do acontecimento e do agenciamento enunciativo nesse enunciado específico (*é quando*), desde que saibamos que a constituição do sentido não se esgota nele quando ele integra um texto.

4.2.2. Definição de "Fiasco"

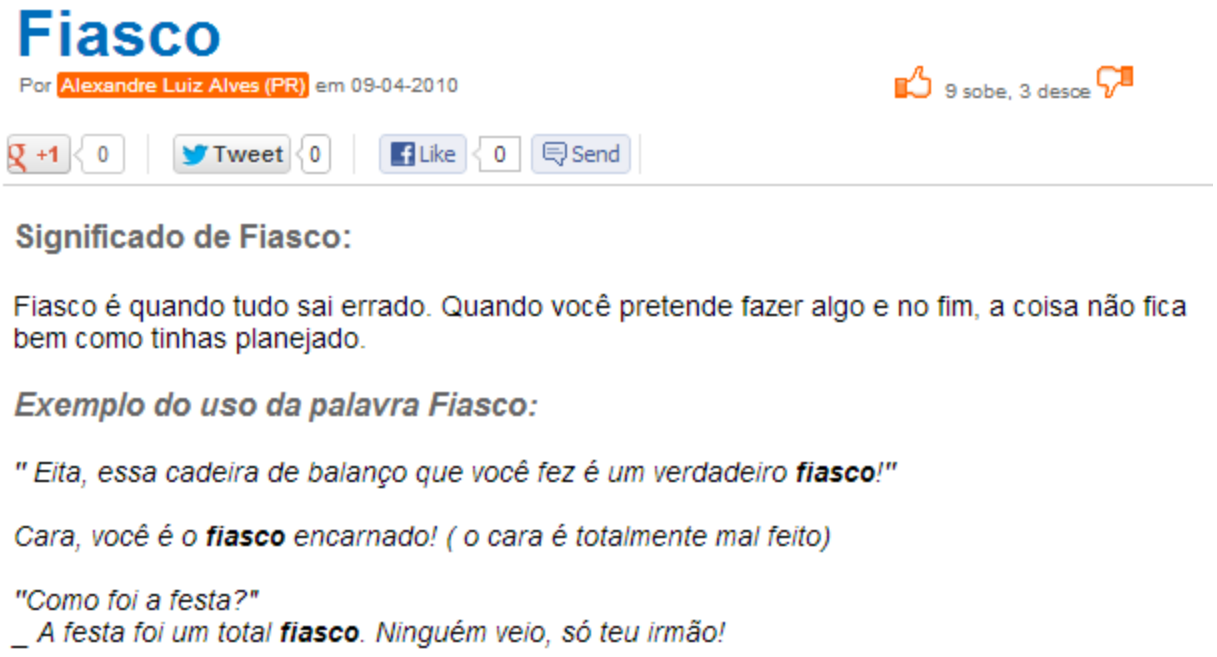

Figura 2 Captura de imagem. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/fiasco/2103/. Acesso em 23/11/12.

Neste caso, encontramos dois enunciados com "quando" que podem funcionar como reescriturações por definição de "Fiasco". Ocorre que no primeiro enunciado ("Fiasco é quando tudo sai errado") temos também uma articulação por dependência explicitada pelo verbo *ser*, enquanto no segundo ("Quando você pretende fazer algo e no fim, a coisa não fica bem como tinhas planejado"), essa articulação não está explícita, pela falta do verbo *ser*. Vejamos:

Fiasco é (1) quando tudo sai errado. (2) Quando você pretende fazer algo e, no fim, a coisa não fica bem como tinhas planejado.

a) "Fiasco" é reescriturado por definição pelo item (2);
b) "Fiasco" é reescriturado por definição pelo item (3).

Para compreendermos o memorável que essa enunciação recorta ao apresentar como sentido para a palavra "Fiasco" *tudo sair errado*, tomaremos os próprios exemplos de uso da palavra apresentados no verbete. Esses exemplos funcionam como indícios da rememoração de enunciações que se dá no acontecimento enunciativo. Tomemos o terceiro exemplo apresentado no verbete:

Como foi a festa?
A festa foi um total **fiasco**. Ninguém veio, só teu irmão!

Podemos observar na resposta à pergunta "como foi a festa?" um encadeamento argumentativo (portanto, uma articulação) que produzirá uma interpretação semelhante ao que a definição com "é quando" produz (tudo sair errado):

Argumento: Ninguém veio, só teu irmão!
Conclusão: A festa foi um total fiasco.

Esse encadeamento nos fornece a interpretação de que quando ninguém vai a uma festa (só o irmão) essa festa é um fiasco, mas não há nada explícito no enunciado que nos diga por que esse fato é considerado um fiasco. Lembramo-nos de que, para Ducrot (1989), há princípios gerais de argumentação (*topoi*) que podem explicar o percurso entre um argumento e uma conclusão. No exemplo em questão, o *topos* que sustentaria a argumentação *a festa foi um fiasco porque ninguém veio, só teu irmão* pode ser descrito do seguinte modo:

Há um topos constituído pelas seguintes propriedades:

Q: quantidade de pessoas que vão a uma festa

F: possibilidade de a festa ser um fiasco

Esse topos contém as seguintes formas tópicas:

I: [-Q, +F] Quanto menos pessoas vão a uma festa, maior é a possibilidade de ela ser um fiasco.

II: [+Q, -F] Quanto mais pessoas vão a uma festa, menor é a possibilidade de ela ser um fiasco.

O encadeamento em questão se sustentaria na forma tópica I, pois "ninguém" figura no ponto extremo negativo da escala Q, o que leva a escala F a seu mais alto grau negativo, garantindo à festa a qualidade de ser um fiasco. O segmento "só teu irmão" pode ser analisado por esse mesmo princípio: uma só pessoa na festa ainda é muito pouco; portanto, a festa ainda é um fiasco.

Gostaríamos de propor uma explicação para a sustentação do encadeamento argumentativo em questão de um modo diferente: pelo conceito de memorável.

Sabemos que, para Guimarães, a projeção de interpretação só é possível porque há um passado que faz significar. É por esse motivo que, para nós, o que sustenta essa argumentação não é um princípio geral, mas um memorável que representa um passado de enunciações em que diferentes eventos são determinados pela palavra *fiasco*. O encadeamento argumentativo se manifesta como um procedimento enunciativo já afetado pela temporalidade própria do acontecimento da enunciação, que se constitui por esse passado.

Mas o que a descrição desse exemplo do verbete tem a ver com o enunciado definidor "é quando"? Simplesmente o que há de mais essencial quando se pensa na análise de textos do ponto de vista da Semântica do Acontecimento: o exemplo integra o texto do qual a definição "é quando" faz parte, e o fato de pertencerem a um mesmo texto faz com que seus sentidos se constituam de forma articulada. É nesse sentido que podemos dizer que *ninguém ir a uma festa* é compatível com a situação *quando tudo dá errado* e *quando você pretende fazer algo e no fim, a coisa não fica bem como tinhas planejado*. As situações gerais descritas pelas duas sentenças introduzidas por "quando" do verbete podem ser atribuídas à palavra definida em virtude da rememoração de enunciações que movimentam o sentido dessa palavra. O que os exemplos apresentados no verbete fazem é trazer para aquele acontecimento essa rememoração de modo explícito, constituindo com o enunciado definidor a designação de "fiasco" naquele texto.

Retomemos os três enunciados apresentados como exemplos para "fiasco", a fim de analisarmos outras relações de determinação para a palavra.

(1) "Eita, essa cadeira de balanço que você fez é um verdadeiro **fiasco**!"

(2) Cara, você é o **fiasco** encarnado! (o cara é totalmente mal feito)

(3) "Como foi a festa?"
_ A festa foi um total **fiasco**. Ninguém veio, só teu irmão!

Nos três casos acima, a palavra *fiasco* (contida em uma expressão nominal - "um verdadeiro fiasco", "o fiasco encarnado" e "um total fiasco") está em uma relação de predicação com outra expressão: (1) *essa cadeira de balanço que você fez*, (2) *você*, (3) *a festa*. Isso significa que *fiasco* seria uma palavra determinante para cada uma dessas expressões. Acreditamos que essas expressões se relacionam com a palavra *fiasco* na medida em que constituem um exemplo que *produz sentidos* que a determinam.

O predicado que achamos conveniente destacar é “totalmente malfeito” (2). Isso se deve ao fato de ter-se apresentado o enunciado parentético “O cara é totalmente malfeito” como uma paráfrase à predicação “Você é o fiasco encarnado”. Neste caso, “malfeito” se expressa como uma reescritura de “fiasco”, ainda que as palavras pertençam a classes gramaticais distintas.

Na definição para “Fiasco”, consideramos o lugar de dizer do qual fala o Locutor como um enunciador-coletivo. Podemos relacionar a não garantia de um lugar de dizer universal com o fato de o encadeamento argumentativo que mencionamos se sustentar em um *topos* específico, de formas tópicas divergentes [-Q, +F] / [+Q, -F], mas a definição poder se sustentar por um ponto de vista contrário, segundo o qual quanto menos pessoas houvesse na festa menor fosse a chance de ela ser considerada um fiasco (um *topos* com formas tópicas convergentes). Não se trata de uma verdade inquestionável; podemos dizer que o que ocorre é que o acontecimento da enunciação recorta a forma tópica divergente como memorável para a constituição do sentido e, ao promover essa rememoração, mobiliza um enunciador que se inclui no grupo dos que compartilham desse princípio argumentativo sobre a relação entre a quantidade de pessoas em uma festa e o sucesso dessa festa.

Tendo feito essas considerações sobre o verbete individual, partiremos para a consideração de outras determinações de sentido para “Fiasco” no texto. No verbete global da palavra “Fiasco”, aparecem como sinônimos, antônimos e relacionadas as seguintes palavras e expressões:

Sinônimos: fracasso derrocada desastre acidente avaria cataclismo catástrofe desgraça droga fatalidade infortúnio naufrágio perda sinistro tragédia estrondo fragor insucesso malogro ruído ruína falha revés transtorno mau êxito papelório burocracia rata asnice cinca desacerto disparate gafe inconveniência mancada ratazana tolice papelão estenderete fora cena má figura mau resultado mau êxito escândalo

Antônimos: sucesso bem sucedido bom resultado lucrativo certo

Relacionadas: fiasqueira

O que podemos considerar aqui é que boa parte das palavras ditas sinônimas orientam para o mesmo sentido que é descrito no enunciado definidor com "é quando". Isso significa que a enunciação dessas palavras recorta um memorável que se cruza com aquele que é recortado pelo enunciado definidor. Obviamente, não queremos dizer que as palavras devem estar relacionadas com exatamente o mesmo memorável para que estejam em uma relação de determinação. Enquanto integrantes do mesmo texto, palavras como "escândalo", "asnice" e "droga" determinam o sentido de sucesso, apesar de estarem relacionadas com outros memoráveis.

4.3. "X é quando Y" na Wikipédia

A Wikipédia é uma enciclopédia online multilíngue e colaborativa, ou seja, é produzida por diversos autores que criam e editam um mesmo verbete de forma conjunta. Esses autores podem ser pessoas comuns; não são necessariamente pessoas especializadas no assunto tratado no verbete.

Essa característica de produção colaborativa aproxima a Wikipédia do site Dicionário Informal, e, aqui, mais uma vez, deparamo-nos com a importante questão sobre o lugar social do qual se enuncia para produzir um verbete dessa enciclopédia online.

Como temos argumentado, a questão da identificação do sujeito empírico, o produtor da fala, não é relevante para nossas análises, visto que operamos com categorias simbólicas que se representam nas cenas enunciativas. Isso significa que o fato de não sabermos quem são e o que fazem as diversas pessoas que contribuíram na redação de um verbete da Wikipédia não nos impede de identificar o lugar social a partir do qual fala o Locutor representado em cada cena enunciativa dos verbetes.

Semelhantemente ao que fizemos na análise do site Dicionário Informal, consideraremos a Wikipédia como cena enunciativa que se configura pelo sentido que o nome do site produz. Neste caso, separaremos a palavra em dois segmentos para analisá-la: *Wiki* e *pédia*.

O termo *Wiki* provém de uma expressão da língua havaiana (*Wiki Wiki*) que significa "muito rápido". Incorporada pela internet, a palavra passou a designar um tipo de coleção de documentos em hipertexto e o software colaborativo usado para produzi-lo. Desde então, surgiram websites de diferentes naturezas produzidos com a ferramenta Wiki que têm seu nome formado pela composição entre esse termo e uma palavra que geralmente indica o tipo de documento que o site é. Por exemplo, há o Wikinotícias, o Wikicionário, o Wikilivros, o Wikiversidade, a Wikipédia. É muito importante levar em conta que a própria Wikipédia se define como uma comunidade virtual, o que se relaciona com o sentido de software colaborativo que mencionamos.

Vemos que essa composição da palavra já demonstra o funcionamento político próprio dos espaços de enunciação, pois estão em concorrência palavras que se originam de diferentes línguas. O sentido de rapidez é preservado e é relacionado com a velocidade com que se pode produzir conteúdo pela internet.

A palavra Wikipédia se constitui por Wiki + enciclopédia, o que faz desse site um espaço que projeta enunciações cujas formas linguísticas a elas associadas são determinadas pelo que se rememora de enciclopédia e de Wiki.

A metalinguagem enciclopédica apresenta diferenças significativas em relação à metalinguagem lexicográfica; por exemplo, não se limita a apresentar um enunciado estendido em forma de sintagma nominal como explicação do sentido de uma palavra; são desenvolvidos parágrafos extensos que incluem informações variadas sobre a palavra-entrada. Concebida como uma obra que visa à reunião de um acúmulo de conhecimentos, não priva o texto de informações variadas, já que não há a necessidade de construção de uma *perífrase sinonímica* para a definição, conforme menciona Rey (1995, p. 41) ao falar das definições lexicográficas.

Como o que se rememora da metalinguagem enciclopédica se articula com o memorável trazido pelo item "Wiki" ao sentido de Wikipédia, observamos um funcionamento que nos permite pensar a Wikipédia não como uma enciclopédia comum, mas como uma enciclopédia que se constitui no espaço da virtualidade e da coletividade (*wiki*).

Para explorarmos o que é escrever em um texto coletivo, convém assinalar algumas diferenças entre o modo como são indicados os locutores que enunciam o texto da Wikipédia e o modo como isso ocorre no Dicionário Informal. Neste último, cada definição vem acompanhada do nome do usuário que a produziu, seguido da sigla de seu estado de origem. Deste modo, é explicitado que a definição tem uma produção individual. É importante, no entanto, notar que o que chamamos de individual aqui refere-se à figura do Locutor, e não aos enunciadores. Por outro lado, nenhum locutor assina os verbetes da Wikipédia; assim, embora o mesmo texto seja modificado por diversos indivíduos, o individual se dissolve em favor da impessoalidade.

Apesar dessas considerações sobre o individual e o coletivo, é preciso levar em conta que o sentido de coletividade não vem da constatação de que não há locutores declarados, mas da história enunciativa que traz o termo *Wiki* e das práticas de produção coletiva que ele envolve.

Tendo em vista essas determinações, diremos que as cenas enunciativas que se constituíram e que se constituirão na Wikipédia terão como lugar social um *locutor-autor-de-enciclopédia-wiki*. Não se trata somente de um autor de enciclopédia, porque esse lugar não estaria predicado pelo sentido de coletividade e rapidez que o termo "wiki" recorta. Um autor de enciclopédia virtual pode estar autorizado a dizer coisas (de dado modo) que um autor de enciclopédia comum pode não estar, e aqui argumentamos que o grande número de enunciados definidores com "é quando" da Wikipédia pode estar relacionado com isso. A liberdade que se tem para definir com essa construção está ligada a certo grau de liberdade que a coletividade defendida pelo site instaura. Não queremos aqui dizer que qualquer conteúdo que é publicado na Wikipédia permanece em toda e qualquer ocasião; o site conta com moderadores que avaliam o conteúdo enviado pelos autores e decidem se ele pode ou não ser publicado ou mantido. O que nos chama a atenção é que, diante do que já discutimos sobre a estrutura definitória "X é quando", inclusive o fato de ela não ser um modo clássico de definir, vemos que a recorrência desse tipo de enunciado no site da Wikipédia representa a imposição de uma forma linguística num espaço de disputa entre como se pode e como não se pode definir. E, para nós, essa imposição se fortalece por esse espaço particularizado de produção coletiva, produção *livre*. Esses sentidos se justificam

pelo slogan do site, "A enciclopédia livre", e por indicações como "Fique à vontade" e "edite à vontade", na página de introdução à Wikipédia.[84]

Como correlato desse *locutor-autor-de-enciclopédia-wiki*, temos, assim como no caso do Dicionário Informal, um *alocutário-internauta*. Trata-se de um leitor que é necessariamente determinado pelo funcionamento da internet e que será influenciado pelo modo como se constitui a textualidade em seus diferentes espaços, inclusive no espaço da produção *wiki*.

4.3.1. Definição de "abraço"

No verbete para "abraço" da Wikipédia, encontramos uma definição com "é quando" como o primeiro enunciado do verbete depois da palavra-entrada. Reproduzimos abaixo o enunciado definidor seguido de outros enunciados que constituem com ele um parágrafo.

> O **abraço** é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra. É usado, dependendo da cultura local, como forma de demonstração de afeto de uma pessoa para outra. Através dele podemos cumprimentar ou expressar sentimentos como carinho, amor, compaixão, saudade, congratulação etc. Um abraço em alguém pode demonstrar também proteção instintiva.[85]

Analisando este parágrafo, vemos que é no enunciado constituído por "é quando" que o sentido de *abraço* realmente se define, isto é, é nessa articulação por dependência/reescrituração que a enunciação apresenta um elemento como sendo a definição do outro. Nos demais enunciados, trata-se do que o uso do abraço pode demonstrar em termos de sentimento.

---

[84]Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Introdu%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 25/05/2013.

[85] ABRAÇO. Definição da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A7o. Acesso em 23/11/12.

Observe-se que dizer “é usado, dependendo da cultura, como forma de demonstração de afeto” (2.º enunciado) é diferente de dizer “é uma forma de afeto”; assim como dizer “Através dele podemos cumprimentar ou expressar sentimentos como carinho, amor...” (3.º enunciado) é diferente de dizer “é a expressão de sentimentos como carinho, amor...”. O mesmo serve para “Um abraço em alguém pode demonstrar também proteção instintiva” (4.º enunciado), que é diferente de “é uma proteção instintiva”.

Ainda que esses enunciados não se apresentem como reescriturações por definição da palavra “abraço”, eles funcionam em seu conjunto como uma reescrituração por expansão (que produz sentido por desenvolvimento) da palavra “abraço” na entrada do verbete.

Tendo em vista o enunciado definidor com “é quando” desse verbete, observamos que o procedimento que temos realizado de identificar o memorável que a relação definidora recorta parece ser mais dificultoso aqui. Isso se deve ao fato de, nos enunciados anteriores, termos lidado com definições menos descritivas do que a que temos aqui: “O abraço é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra”. Esse caráter descritivo nos dá a impressão de que a interpretação da relação definidora está fora da história, que se apresenta como não sendo social; não há, por exemplo, a questão ideológica em jogo na definição para “sucesso” que apresentamos. Ela se apresenta como estando acima da história.

É por essa razão que identificamos facilmente o enunciador dessa cena como sendo um enunciador-universal, lugar de dizer que se apresenta na cena enunciativa como estando fora e acima da história, que apresenta uma verdade interpretada como universal.

Isso não significa que, de fato, esse enunciado não funcione em virtude de um passado, de um memorável. O memorável que ele recorta é exatamente aquele de enunciações que descrevem o abraço em sua realidade física, que produzem uma descrição tendo em vista os fatos.

Por outro lado, quando passamos para os outros enunciados, vemos que novos memoráveis são recortados, especialmente aquele que relaciona o abraço com sentimentos, e, então, vemos como a palavra vai ganhando sentidos menos fisicistas.

Neste ponto é interessante destacar que, afora o enunciado definidor com "é quando", em que há uma relação de predicação e definição claras entre "abraço" e a sentença temporal, os sentidos mais emocionais são relacionados com a palavra "abraço" de maneira indireta: Diz-se que ele é usado como forma de demonstrar afeto, e não que significa "afeto"; diz-se "Através dele podemos cumprimentar ou expressar sentimentos como carinho, amor, compaixão, saudade, congratulação etc.", mas não se diz diretamente que ele significa / é cada um desses sentimentos - como ocorreria em "Abraço é amor, é carinho" (o que desconfiguraria o lugar de dizer universal, dado que não se operaria com as propriedades mais gerais do abraço, ligadas a sua realidade física).

Destaque-se que estamos considerando a indicação de primeira pessoa plural do verbo "podemos" no enunciado "Através dele podemos cumprimentar ou expressar..." como também um modo de apresentar uma verdade universal (não estamos considerando o lugar de dizer como coletivo). Diz-se que *podemos* cumprimentar ou expressar sentimentos porque *as pessoas*, em geral, usam o abraço para isso, e isso mantém o caráter de verdade do enunciado. A desinência verbal que indica segunda pessoa plural produz o efeito genérico tratado na seção 3.3.3.

Alguém poderia dizer que o que constitui o sentido verdadeiro de "abraço" é apenas o que aparece na definição com "é quando", já que os sentidos emocionais decorreriam apenas da subjetividade do indivíduo que dá ou recebe o abraço. Do nosso ponto de vista, isso não é verdadeiro, pois o sentido que uma palavra tem em um texto não se reduz à relação local de predicação realizada pelo Locutor. A palavra significa o que o texto mostra que ela significa, ainda que se diga que os outros sentidos são atribuídos por outras pessoas.

4.3.2. Definição de "Marca genérica"

A Wikipédia apresenta o texto abaixo no verbete "Marca genérica":

> **Marca genérica** é quando o nome de uma empresa ou produto passa a ser utilizado cotidianamente para se referir a determinado tipo de

> ação ou objeto, mesmo não sendo de autoria da empresa que possui os direitos do nome.
> Geralmente isso ocorre com empresas pioneiras ou que tiveram grande repercussão no lançamento de um determinado produto ou serviço. Quando isso acontece, esses nomes são *substantivados*, tais como ocorrem com as empresas Danone, Band Aid, Gillette, as fotocopiadoras da Xerox e as esponjas de aço da Bombril. Muitas delas tendo sido, inclusive, adicionadas oficialmente ao dicionário.
> Embora isso possa parecer uma grande homenagem às companhias detentoras do nome, esse tipo de atribuição geralmente não é desejado pelas mesmas, pois a empresa corre o risco de perder os direitos sobre a marca.[86]

Tal como na última definição analisada, o enunciado definidor com "é quando" é o único que encerra ao mesmo tempo uma relação predicativa e uma reescrituração por definição, o que mostra que foi essa a forma selecionada pelo acontecimento para apresentar a definição geral da expressão do verbete.

Algo que nos chamou a atenção no enunciado definidor foi que a sentença temporal apresenta, logo depois da conjunção *quando*, uma expressão que pode ser considerada sozinha mais uma reescrituração de "Marca genérica". Trata-se da expressão "o nome de uma empresa ou produto". Trataremos essa reescrituração como uma reescrituração por substituição.

Note-se que esse sintagma nominal tem um núcleo (a palavra *nome*) que poderia ser considerado como hiperônimo da palavra que está sendo definida em algumas abordagens sobre a definição.

Observe-se o segmento destacado abaixo:

> "Marca genérica é quando o nome de uma empresa ou produto **passa a ser utilizado cotidianamente para se referir a determinado tipo de ação ou objeto**, mesmo não sendo de autoria da empresa que possui os direitos do nome.

[86] MARCA GENÉRICA. Definição da Wikipédia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Marca_gen%C3%A9rica. Acesso em 23/11/2012.

Como o trecho destacado diz que agora o *nome* "refere" um tipo de ação ou objeto, consideraremos que as palavras "ação" e "objeto" determinam o sentido de "nome de uma empresa", que, por sua vez, determina "marca genérica".

O segundo segmento do segundo parágrafo, que se inicia em "Quando isso acontece" funciona como uma reescritura do enunciado definidor. Essa reescritura *exemplifica* o que foi descrito na definição pela *enumeração* das marcas Danone, Band Aid, Gilette, Xerox e Bom Bril.

No terceiro parágrafo, destacamos do segmento "Embora isso possa parecer uma grande homenagem às companhias detentoras do nome..." a palavra "homenagem" como determinante de "marca genérica".

Assim como no exemplo anterior, o enunciador desta cena se apresenta como um enunciador-universal, visto que mostra uma explicação do sentido da expressão que pode ser submetida ao regime de verdadeiro ou falso e ser reconhecida, em qualquer situação, como verdadeira. Como já dito na análise anterior, definições de caráter bastante descritivo rememoram enunciações que levam em conta a descrição do que seriam os fatos.

Interessa-nos também neste verbete a relação entre o memorável do enunciado definidor e aquele que é recortado pelas palavras Danone, Band Aid, Gilette, Xerox e Bom Bril. Essas palavras revelam o efeito que a temporalidade do acontecimento tem sobre a designação e a construção do mundo por meio da linguagem. Vemos que um objeto recebe um nome que se reproduz em diversas enunciações e que essa designação não se constrói em favor de um aspecto informativo, mas em virtude de uma forma linguística que significou, fortalecendo-se historicamente, e que faz significar. Não é à toa que o acontecimento enunciativo movimenta essas palavras como elementos que constituem uma reescritura da definição geral apresentada para "marca genérica": foram essas palavras que se tornaram significativas historicamente para se relacionar com a expressão definida.

4.4. "X é quando Y" na Desciclopédia

O site Desciclopédia é assim definido pela Wikipédia e por ele mesmo:

> **Desciclopédia** é uma wiki-paródia da Wikipédia, versão em português da *Uncyclopedia*. Seu objetivo é apresentar um ponto de vista satírico em formato wiki, e seu conteúdo é constituído de desinformações e mentiras grotescas, conforme definida por ela mesma.[87]
>
> Bem-vindo(a) à Desciclopédia, uma (des)enciclopédia escrita com a colaboração de seus leitores. Este site utiliza o sistema de programação Wiki, que permite a qualquer pessoa, inclusive a você, piorar de imediato qualquer artigo clicando em *editar* no menu superior de cada página.[88]

O título do site é formado pela junção entre o prefixo *des-* e a palavra *enciclopédia*. Essa nomeação projeta enunciações que apresentarão o conteúdo dos enunciados como sendo *desinformações*.

Apesar de a Desciclopédia ser conhecida por conter (des)informações consideradas absurdas em seus verbetes, veremos que mesmo o que se considera absurdo se sustenta em um passado. Isso significa que essas (des)informações não expressam qualquer coisa; quando se define uma palavra, essa definição ocorre porque há um passado que autoriza a relação de sentido em questão.

Como nosso objetivo não é analisar, como elemento determinante, o conteúdo informativo da definição, e sim tomá-la como um enunciado que se apresenta como descrevendo o sentido de uma palavra, os enunciados definidores da Desciclopédia não são um problema para nossas análises. Interessa observar que a definição, no caso desse site, pode se opor à informação, no sentido lógico, sem que deixe de ser analisada enquanto definição, tendo em vista o sentido de definição com que temos operado.

Nesse espaço em que se produzem definições que *desinformam*, qual é o lugar social do qual fala o Locutor? Diremos que o locutor-x equivale a um *locutor-autor-da-Desciclopédia*, pois o sentido de desinformação é determinante para a projeção de enunciações, e o locutor em questão só poderia ser constituído pela especificidade do site em questão. Diferentemente do site analisado anteriormente, não poderemos dizer que o

[87] Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Desciclop%C3%A9dia. Acesso em 23/11/2012.
[88] Disponível em: http://desciclopedia.org/wiki/Desciclop%C3%A9dia:Boas-vindas. Acesso em 23/11/2012.

lugar social do alocutário é simplesmente o de *internauta*, e justificamos essa afirmação pelo excerto abaixo (trata-se de uma nota que antecede o início do verbete sobre a Desciclopédia no próprio site):

> Nota: Aviso: não leia a Desciclopédia se você é facilmente ofendido, ama a vida ou ama música sertaneja.[89]

O aviso estabelece uma divisão entre quem deve e quem não deve ler a Desciclopédia, o que produz uma restrição à figura do alocutário-x. Buscam-se leitores que sejam tolerantes às sátiras produzidas pelo site e que não se importem com as desinformações que ele fornece. Trata-se, portanto, de um *alocutário-usuário-da-Desciclopédia*, que é constituído pelo próprio funcionamento do site.

Acreditamos que a Desciclopédia não tenha problemas em exibir enunciados definidores com "é quando" em suas páginas, já que o site não se constituiu como um espaço comprometido com definições que seguem critérios como aqueles que se observam nas definições lexicográficas, por exemplo. Isso significa que a força política que relega certas formas linguísticas a um status inferior no espaço de enunciação não consegue impedir esses modos de dizer nos verbetes da Desciclopédia. É importante destacar que, nesse site, o conteúdo lúdico abre caminho para um procedimento lúdico, não normativo, o que o exime tanto do comprometimento com o conteúdo da definição quanto com o comprometimento com a forma.

4.4.1. Definição de "Monarquismo"

Como primeiro parágrafo do verbete sobre "Monarquismo", temos:

> **Monarquismo** é quando junta um grupinho de idiotas que se acham nobres do sangue azul e acham que por isso somente a sua prole pode continuar no poder. É a ideologia que considera a monarquia o

[89] Disponível em: http://desciclopedia.org/wiki/Desciclop%C3%A9dia. Acesso em 23/01/2013.

> melhor sistema de governo, sendo o comandante escolhido porque seu pai foi o governante anterior, impedindo que idiotas escolham outros idiotas para governarem o país e assim permite aos cidadãos viverem sem ter que pensar em política, melhorando o IDH. Os monarquistas consideram os outros sistemas é coisa de países pobres e subdesenvolvidos, por isso eles são encontrado em número reduzido na África, Ásia e América Latrina. A ideologia é subdividida em conquistadores, absolutistas e constitucionais.[90]

Iniciaremos esta análise pela identificação da figura do enunciador na cena enunciativa da definição, a fim de justificar por que, diferentemente dos enunciados da Wikipédia analisados, o lugar de dizer não pode ser considerado universal.

Ao analisar o enunciado definidor "**Monarquismo** é quando junta um grupinho de idiotas que se acham nobres do sangue azul e acham que por isso somente a sua prole pode continuar no poder", vemos que uma expressão como "grupinho de idiotas que se acham nobres do sangue azul" seria incompatível com um lugar de dizer universal, primeiramente porque o uso do sufixo {-*inho*} na palavra que nucleia o sintagma nominal produz uma categorização pejorativa para os monarquistas; em segundo lugar, porque o sintagma preposicional "de idiotas", que predica "grupinho", caracteriza os indivíduos desse grupo de modo explicitamente negativo. Esse tipo de determinação não produz uma verdade universal, visto que não é verdade que a partir de todos os lugares sociais de locutor os monarquistas sejam considerados seres idiotas.

Consideraremos o lugar de dizer dessa cena como um enunciador coletivo que se opõe aos monarquistas, tendo em vista que o que diz esse Locutor sobre o monarquismo é um sentido compartilhado e reproduzido por um grupo de indivíduos (aqueles que consideram a monarquia uma idiotice).

Esse lugar está intimamente ligado ao memorável que o acontecimento recorta: o de que a monarquia é uma forma de governo antiquada, uma *idiotice* no mundo de hoje.

O segundo enunciado do parágrafo pode ser considerado uma reescrituração por definição de "monarquismo" e uma relação predicativa (articulação por dependência), já que a palavra "monarquismo" é reescriturada por *elipse* no início desse enunciado -

[90] MONARQUISMO. Disponível em: http://desciclopedia.org/wiki/Monarquismo. Acesso em 23/11/2012.

antes do verbo *ser*. O elemento predicativo dessa relação apresenta como núcleo a palavra "ideologia", que, portanto, determina o sentido de "monarquismo". Essa determinação de "ideologia" sobre monarquismo é reforçada pela reescrituração por repetição da palavra no último enunciado.

4.4.2. Definição de "Fanatismo"

Como primeiro parágrafo do verbete sobre "Fanatismo", temos:

> **Fanatismo ~~religioso~~** é quando uma pessoa vê seu time favorito como uma religião, ou seu ídolo popular favorito como um Deus, ou sua banda favorita como santos, e vê aquilo como uma verdade verdadeira que todos devem aceitar, ou seja, é uma luz falsa que faz a pessoa virar um zumbi que não aceita críticas sobre seu time favorito, sua banda favorita, ou uma merda qualquer favorita. Isso também faz da pessoa um emo inconveniente que todo mundo odeia, exceto os outros que são fanáticos igual a ela.[91]

A primeira coisa que chama a atenção nessa definição é que a palavra "religioso" que comporia com "Fanatismo" uma expressão nominal aparece tachada. Isso ocorre muito nos verbetes da Desciclopédia quando se quer produzir algum efeito de humor, "escondendo" uma palavra que pudesse tornar o conteúdo do verbete ofensivo (ou ainda mais ofensivo). Neste caso, esse recurso foi usado para produzir o efeito de que todo fanatismo é religioso e que, portanto, não é necessário usar tal adjetivo para caracterizar a palavra.

O enunciado definidor com "é quando" apresenta quatro situações para definir a palavra "fanatismo", por meio da coordenação:

(1) quando uma pessoa vê seu time favorito como uma religião

(2) ou (quando uma pessoa) vê seu ídolo popular favorito como um Deus

(3) ou (quando uma pessoa vê) sua banda favorita como santos

[91] FANATISMO RELIGIOSO. Disponível em: http://desciclopedia.org/wiki/Fanatismo. Acesso em 23/11/12

(4) e vê aquilo como uma verdade verdadeira que todos devem aceitar

Comparemos essas situações usadas para definir "fanatismo" com a definição do Dicionário Aulete para a palavra:

> fanatismo
> s.m.
> 1. zelo religioso obsessivo que pode levar a extremos de intolerância
> 2 Derivação: por extensão de sentido.
> faccionismo partidário; adesão cega a um sistema ou doutrina; dedicação excessiva a alguém ou algo; paixão[92]

Se observarmos a primeira acepção para "fanatismo" do dicionário Aulete, veremos que a definição expressa um sentido muito próximo ao que é apresentado pelo verbete da Desciclopédia. As situações (1), (2) e (3) estão relacionadas com religião (uma religião, um Deus, santos) e a situação (4) descreve algo semelhante à intolerância de que fala a acepção do Aulete: vê-se algo como uma verdade que todos devem aceitar, ou seja, que não podem negar, o que caracteriza a intolerância.

O que diferencia essa definição da Desciclopédia de uma acepção de dicionário ou da definição de um verbete da Wikipédia é que ela descreve o sentido da palavra apresentando exemplos do que seria fanatismo (ver o time de futebol como uma religião, um ídolo popular como Deus e uma banda como santos). A definição do Aulete, quando fala em zelo religioso obsessivo, não especifica uma situação, mas mostra o que a palavra significa em termos gerais. Lembremos que o que estamos analisando aqui é o enunciado definidor, que corresponde à acepção em um dicionário ou em uma enciclopédia, como a descrição primeira da palavra. Os exemplos e as informações adicionais estão geralmente presentes, e são considerados na análise do texto, mas não constituem esse enunciado específico que estamos analisando.

Algo que também contribui para a caracterização do enunciador dessa cena é a segunda definição do dado em questão (sem "é quando"), apresentada no mesmo parágrafo

[92] FANATISMO. Disponível em: http://aulete.uol.com.br/fanatismo. Acesso em 23/11/2012.

(trata-se de uma nova articulação por dependência que se dá depois de uma reescrituração por elipse de "fanatismo"; também se configura como uma reescrituração por definição):

> [...] ou seja, é uma luz falsa que faz a pessoa virar um zumbi que não aceita críticas sobre seu time favorito, sua banda favorita, ou uma merda qualquer favorita. Isso também faz da pessoa um emo inconveniente que todo mundo odeia, exceto os outros que são fanáticos igual a ela.

Neste excerto, "fanatismo" é determinado pela expressão "luz falsa". O lugar de dizer se confirma como não universal, visto que são feitas afirmações que podem não ser consideradas verdadeiras ("faz a pessoa virar um zumbi"; "faz da pessoa um emo inconveniente que todo mundo odeia"). Vemos que este último enunciado representa uma divisão dos falantes: o locutor não se inclui no grupo dos emos, assim como, na análise anterior, não se incluía no grupo dos "idiotas monarquistas". Do mesmo modo, diremos que se trata de um enunciador-coletivo, que se apresenta como contrário ao grupo dos emos.

O memorável que esse acontecimento enunciativo recorta é aquele que relaciona de maneira direta o fanatismo com a religião, e que rememora enunciações que consideram o fanatismo como algo essencialmente negativo, haja vista o teor crítico que a definição apresenta diante do sentido da palavra. Ocorre que, ao ser a religião tomada como forma de fanatismo, as relações com símbolos religiosos são projetadas sobre qualquer tipo de fanatismo.

4.5. "X é quando Y" no Yahoo! Respostas

O Yahoo! Respostas é um site da empresa Yahoo! em que os usuários podem fazer perguntas sobre qualquer assunto e tê-las respondidas por outros internautas.

Aqui, obviamente, a palavra *respostas* abrirá caminho para enunciações futuras que agenciarão formas linguísticas que podem ser usadas como respostas. No entanto, acreditamos que a palavra Yahoo! tem um papel determinante na constituição dessa projeção.

Do nosso ponto de vista, não devemos entender o site Yahoo! Respostas apenas como um site específico do portal Yahoo! que tem por objetivo promover a interação entre "perguntadores" e "respondedores"; para nós, é o próprio fato de ele ser um site de respostas do Yahoo!, e não de outro portal, que atua na produção de certas respostas (que incluem definições com "é quando"), e não de outras.

O Longman Dictionary of Contemporary English (versão on-line) apresenta a seguinte definição para a palavra *yahoo* como interjeição: "shouted when you are very happy or excited about something"[93] [algo que você grita quando está muito feliz ou empolgado com alguma coisa] e a informação "spoken informal" ao lado da palavra definida, indicando que ela é usada em situações informais de fala. A denominação do portal Yahoo! recorta como memorável esse uso interjectivo da palavra; não é à toa que ela está sempre grafada com um ponto de exclamação. O fato de ter sido escolhida como nome para o site uma palavra que é comum na fala e que é tipicamente usada informalmente tem um efeito importante para as projeções de enunciação: o site se constituiu como um espaço originalmente amigável com a informalidade. Acreditamos que essa constituição está relacionada com o uso de "é quando" nas definições que aparecem no site, tendo em vista que, conforme discutimos anteriormente, essa estrutura é determinada por um funcionamento político que a relega a um registro de informalidade.

Não podemos nos esquecer de que estamos lidando com a divisão de línguas e que o efeito de informalidade produzido pela palavra "yahoo" influencia também o espaço de enunciação brasileiro, de modo que o valor interjectivo da palavra é reconhecido pelos falantes deste espaço.

Como nos sites anteriormente analisados, no Yahoo! Respostas muitas vezes não é possível saber quem é, verdadeiramente, a pessoa que postou uma resposta. Por isso, não sabemos qual é o lugar que essa pessoa, enquanto sujeito empírico, ocupa na sociedade. Como temos dito, não é esse sujeito que nos importa em nosso estudo, mas o lugar social de locutor que o próprio enunciado, num acontecimento específico, representa. Diremos que, nesse espaço de produção de respostas, o lugar social x do locutor é o de *usuário do Yahoo! Respostas*. Assim como dissemos que o site se caracteriza por ser um

[93] Disponível em: http://www.ldoceonline.com/dictionary/yahoo_1. Acesso em 15/04/2013.

site de respostas do Yahoo!, e não de qualquer outro site, o locutor-x se caracteriza por ser um usuário do Yahoo! Respostas, e não de outro site, haja vista que essa determinação é essencial para a constituição das formas e dos sentidos. O alocutário-x será, de modo correspondente, um *usuário do Yahoo! Respostas,* a quem se dirige a pergunta e do qual se espera uma resposta adequada.

4.5.1. Definição de "Amor"

Selecionamos do Yahoo! Respostas uma página em que se faz a seguinte pergunta: "Amor é quando você tem todos os motivos para desistir de alguém, e não desiste?"[94].

O que nos chamou a atenção nessa pergunta foi o fato de ela mesma ser uma definição do tipo "é quando" para a palavra "amor". O uso de "você" como sujeito do verbo da sentença temporal tem o papel genérico de que falamos anteriormente. Não se trata de uma interlocução com um alocutário único, mas de um "você" que pode atingir todos os usuários do site, que poderão, inclusive se dispor a oferecer uma resposta. O mesmo efeito de pessoa genérica ocorre com as respostas fornecidas na mesma página que contêm a forma "você".

A situação que essa definição descreve retoma como memoráveis as enunciações em que o amor se relaciona com a persistência.

Ocorre que nessa mesma página, aparece a seguinte resposta para a pergunta acima (que também tem a estrutura "X é quando"):

> "Amor é quando você está tão burro que não consegue ver a realidade".

Neste caso, a situação descrita pela sentença temporal retoma como memoráveis a questão de o amor afastar as pessoas da realidade, pelo fato de torná-las indivíduos que vivem tomados pelo sentimentalismo, o que as impede de agir

[94] AMOR. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20101123043625AA7VmEE. Acesso em 23/11/12.

racionalmente. Por essa descrição da definição (como resposta), vemos que há uma relação entre ela e a pergunta feita pelo usuário que iniciou a discussão ("Amor é quando você tem todos os motivos para desistir de alguém, e não desiste?"). Nessa pergunta, a falta de racionalidade se evidencia pela relação adversativa (operada por *e*, em "e não desiste") entre *não desistir* e *ter todos os motivos para desistir de alguém*. A atitude racional, lógica, seria desistir de uma pessoa nessa situação.

Observamos, que, assim como visto no enunciado definidor da Desciclopédia analisado anteriormente, os dois enunciados acima definem a palavra "amor" pela apresentação de situações específicas (quando não se desiste de alguém / quando se está tão burro que não se pode ver a realidade). Ocorre que essas situações não expressam um ponto de vista universal, visto que pode haver indivíduos que não considerem que o amor faça alguém tornar-se "burro", e outros para quem pode não ser necessário persistir na luta por alguém que se ama para que haja amor. As situações descritas nas definições apresentam pontos de vista de um senso comum a respeito do amor, segundo o qual ele torna as pessoas estúpidas e ao mesmo tempo faz delas pessoas obstinadas em seu intuito de conseguirem se relacionar com a pessoa que amam. Assim, o enunciador mobilizado é um enunciador do tipo genérico.

A partir do lugar social de "internauta do Yahoo! Respostas", não há nada que impeça esse tipo de lugar de dizer, visto que a projeção que a nomeação "Yahoo! Respostas" produz prevê um modo mais informal de definir. Ressalte-se que isso não equivale a dizer que o regulamento do Yahoo! Respostas autoriza os usuários a definir de tal e tal modo. Para nós, se há essa autorização, ela é o efeito da determinação que o espaço de enunciação e o acontecimento enunciativo específico têm sobre os falantes.

4.5.2. Definição de "Ironia"

Observemos a seguinte definição para "ironia" de uma página do Yahoo" Respostas (O que é ironia?[95]):

> Ironia é quando uma pessoa diz o contrário do que ela pensa, sente ou fez. Digamos que é uma mentira e que a outra pessoa percebe.
>
> Por exemplo: Você está linda hoje! Sendo que a pessoa está descabelada e sem maquiagem.

Comparemos o enunciado "Ironia é quando uma pessoa diz o contrário do que ela pensa, sente ou fez" com estas acepções fornecidas pelo dicionário Aulete:

> 1. Dito fino e dissimulado; SARCASMO
> 2. Ling. Figura de linguagem, ger. us. para fazer graça ou mostrar irritação, em que se declara o contrário do que se pensa.[96]

Do ponto de vista informativo, seria possível dizer que a definição com "é quando" é semelhante à segunda definição apresentada pelo Aulete, pois ambas apresentam a ideia de se falar o contrário do que se pensa (no caso da definição "é quando", acrescenta-se a pensar *sentir* e *ter feito algo*).

Uma diferença notável é que a acepção do Aulete usa a expressão "figura de linguagem" para iniciar seu enunciado definidor, enquanto na definição "é quando" não há uma expressão que possa funcionar como reescritura por substituição de "ironia". Isso se deve à estrutura "X é quando", que geralmente define a palavra sem apresentar uma expressão que possa substituí-la.

A semelhança entre essas duas definições poderia sugerir que, nos dois casos, o enunciador é universal. Entretanto, quando analisamos o enunciado que aparece logo depois da definição com "é quando", vemos que o modo de dizer apresenta características incompatíveis com as de um dizer universal: "Digamos que é uma mentira e que a outra pessoa percebe". Ao dizer "Digamos", esse Locutor introduz uma relação de subjetividade com a afirmação que fará, o que distancia seu dizer de um dizer comprometido com a

[95] IRONIA. Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110906175635AAK7hkq. Acesso em 23/11/12.
[96] IRONIA. Disponível em: http://aulete.uol.com.br/ironia#ixzz2Djyj15Je. Acesso em 23/11/2012.

verdade. Apesar de a forma da palavra indicar uma segunda pessoa plural, diremos que se trata de um enunciador-individual. Isso porque a forma "Digamos" funciona como um elemento que introduz uma sugestão que parte de um indivíduo específico; não tem o sentido imperativo de pedir que um "nós" diga algo.

Nesse segundo enunciado, o Locutor, por um procedimento de articulação por dependência, produz a predicação de "uma mentira" sobre a palavra "ironia", que foi reescriturada por elipse nesse enunciado.

Para pensarmos a questão do memorável que o enunciado definidor em questão recorta, tomaremos o exemplo apresentado na resposta do que seria uma ironia:

> Por exemplo: Você está linda hoje! Sendo que a pessoa está descabelada e sem maquiagem.

Chama-nos a atenção o fato de esse Locutor ter apresentado como exemplo para ironia uma situação em que aquilo que deve ser compreendido ao contrário é algo que é dito sobre o interlocutor. Esse exemplo recorta como memorável o uso da ironia como um modo de criar desavenças com alguém, que não é a única função da ironia. Como esse exemplo integra com a definição um mesmo texto, ele constitui com ela o sentido de ironia como uma mentira que serve para criar desavenças.

É interessante observar que, no exemplo em questão, o Locutor apresenta o enunciado "Você está linda hoje" como sendo irônico, ou seja, não verdadeiro, e explica a ironia apresentando como verdade o fato de a pessoa estar descabelada e sem maquiagem. Se o que se deixou de dizer é o contrário do que o enunciado irônico afirma, então o Locutor desse enunciado produz uma argumentação que nos faz interpretar *estar descabelado* e *estar sem maquiagem* como qualidades de quem obrigatoriamente não está bonito. Esse procedimento rememora um passado em que palavras como "descabelada" têm seu sentido determinado por feiura.

4.6. "X é quando Y" no Brasil Escola

O site Brasil Escola é um site educativo voltado para alunos dos diversos níveis de ensino. Dispõe de conteúdos específicos sobre as disciplinas estudadas nesses níveis e conteúdos de conhecimentos gerais.

Tratando-se de um site educativo, que tem em seu próprio nome a palavra "Escola", há a expectativa de que as enunciações movimentadas por ele constituam cenas enunciativas em que o lugar de dizer seja o universal. Verificaremos isso analisando os enunciados definidores com "é quando" e considerando que o lugar social de dizer nessas enunciações é o de locutor-*educador-virtual* e o alocutário-x é um *educando-virtual*, visto que as figuras de educador e educando são determinadas por um espaço de produção e de acesso à informação específico, que é o da internet.

A ocorrência de definições com "é quando" neste site particularmente nos chamou a atenção pelo fato de ele se autodescrever como uma escola, como um site comprometido com a educação, e por sabermos que o sentido de escola se relaciona fortemente com o processo de gramatização brasileiro (ORLANDI, 2001). A escola se caracterizou como o espaço onde se reproduzem os sentidos sobre o conhecimento da língua nacional, determinados historicamente pelas filiações a um modelo de descrição linguística baseado em princípios lógicos, dos quais, como vimos anteriormente, a estrutura com "é quando" se distancia.

Isso é uma evidência do funcionamento de disputa entre divisões da língua próprio do espaço de enunciação. Essa forma linguística tem sido imposta como válida para produzir definições que mobilizam enunciadores tipicamente universais, como veremos nas análises a seguir, sendo esses lugares de dizer determinados pelo papel da escola de transmitir informações comprometidas com um ideal de verdade e não apresentadas a partir do ponto de vista do senso comum. Isso demonstra que esse modo de definir vem se constituindo, ao menos em determinados espaços, como um modo de dizer válido em contextos de maior formalidade, como o da educação.

4.6.1. Definição de "Mandato"

Na seção "Gramática" do site, há uma página que se dedica à distinção entre "mandado" e "mandato". Nela, encontramos a seguinte explicação para *mandato*:

> **Mandato** é quando alguém tem autorização para praticar determinadas ações em função de outros. Logo é um poder que alguém conferiu a outro, a fim de agir em seu nome. Significa: procuração, delegação. No geral, é usado em termos políticos para designar os poderes que são conferidos a um homem que representará os cidadãos durante um período determinado.[97]

Vemos que nessa explicação do sentido de *mandato*, a palavra é definida mais de uma vez (sendo o primeiro enunciado definidor constituído por "é quando"). Descrevemos essas diferentes definições a seguir:

(1) "Mandato é quando alguém tem autorização para praticar determinadas ações em função de outros": Há uma reescrituração por definição e uma articulação por dependência que se dá por uma relação predicativa entre a sentença temporal e a palavra definida;

(2) "Logo [mandato] é um poder que alguém conferiu a outro, a fim de agir em seu nome": A palavra mandato é reescriturada por elipse; o elemento elíptico estabelece com o sintagma nominal estendido à sua direita uma relação predicativa (articulação por dependência); o enunciado também pode ser analisado como uma reescritura por definição;

(3) "Significa: procuração, delegação": Há aqui também uma reescrituração por definição (dado o uso da palavra "significa);

(4) "No geral, é usado em termos políticos para designar os poderes que são conferidos a um homem que representará os cidadãos durante um período determinado": Neste caso, há também uma reescrituração por definição em "designar os poderes que são conferidos...", porém essa definição não é assumida pela voz do Locutor, que diz que a palavra é *usada para designar*, e não que designa.

Vemos que a situação apresentada pela sentença temporal do enunciado "é quando" tem um caráter geral. Ela não apresenta uma situação específica a que o termo

[97] MANDATO. Disponível em: http://www.brasilescola.com/gramatica/mandado-ou-mandato.htm. Acesso em 23/11/12.

"mandato" se aplica; uma situação mais específica é apresentada somente no último enunciado, quando o Locutor deixa claro que o uso em questão está restrito ao âmbito político. Isso mostra que esse dizer se produz a partir de um enunciador comprometido com a realidade dos fatos, é um enunciador-universal.

4.6.2. Definição de "Condução"

Na seção "Física" do site Brasil Escola, há uma página dedicada ao estudo do tema "calor latente". Em um dos itens dessa página, explica-se o que é "Condução". Transcrevemos abaixo o parágrafo que contém essa explicação:

> **Condução**: é quando o calor se transfere mediante a agitação das partículas que compõem o material, sem que ocorra o transporte de matéria nesse processo. Esse tipo de transferência ocorre, por exemplo, quando alguém segura uma barra de ferro no fogo. Logo, a pessoa que está segurando a barra notará o aumento de temperatura.[98]

A primeira consideração que devemos fazer sobre a definição encontrada nesse parágrafo é a de que o sentido que se apresenta para a palavra "condução" é determinado pela cena enunciativa específica em que funciona essa palavra: estamos tratando de uma definição para "condução" que se localiza na seção de Física de um site educativo. Isso quer dizer que a especificidade da situação que é descrita pela sentença introduzida por "quando" se deve a essa determinação, o que não quer dizer que esse Locutor esteja apresentando a definição como sendo o único sentido para "condução"; trata-se do único sentido para a palavra nesse acontecimento enunciativo.

Observemos que, no segundo enunciado do parágrafo, apresenta-se um exemplo de situação em que ocorre condução, e essa situação é claramente assinalada como exemplificativa (pelo uso da expressão "por exemplo").

Toda a sentença introduzida por "quando" é reescriturada por condensação pela expressão "Esse tipo de transferência". Tendo em vista a propriedade de transitividade

[98] CONDUÇÃO. Disponível em: http://www.brasilescola.com/fisica/calor-latente.htm. Acesso em 23/11/12.

da reescrituração, diremos que se "Esse tipo de transferência" reescreve a sentença temporal, que, por sua vez, reescreve por definição a palavra "condução", então "esse tipo de transferência" também reescreve "condução".

"Esse tipo de transferência", enquanto reescritura de "condução", relaciona-se com a segunda sentença temporal introduzida por "quando", "quando alguém segura uma barra de ferro no fogo", porém essa relação não é uma relação de definição, mas de exemplificação; observe-se que se diz "esse tipo de transferência ocorre quando", e não "esse tipo de transferência é quando".

Esse dizer também demonstra comprometimento com o regime do verdadeiro ou falso, haja vista o modo cauteloso como se distingue a definição da exemplificação. Por esse motivo, diremos que o enunciador dessa cena enunciativa também é um enunciador-universal.

4.7. "X é quando Y" em sites de especialidades

Classificamos como sites de especialidades aqueles sites cujo conteúdo é produzido por uma pessoa ou instituição com formação em determinada área do conhecimento e que aborda em seu site exatamente os assuntos relacionados com essa área.

Analisaremos nesta seção os enunciados definidores com "é quando" encontrados nos seguintes sites: *Allos Laboratórios* e *Para Entender Direito*.

4.7.1. Definição de "Alergia"

O Allos Laboratórios, segundo a definição do site institucional, "é uma empresa voltada para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ligados ao diagnóstico e tratamento das alergias e outras patologias".[99]

Ainda que saibamos que o conteúdo fornecido pelo site é produzido por especialistas no assunto, em nossa análise enunciativa devemos identificar um lugar social

[99] ALERGIA. Disponível em: http://www.allos.com.br/laboratorio.html. Acesso em 23/11/12.

(locutor-x) representado pelos enunciados encontrados nesse site, que não precisa corresponder ao lugar social do sujeito empírico.

Neste caso, acreditamos que haja correspondência, visto que o Locutor só está autorizado a falar em alergia nesse site se for um *especialista em alergia*. Poder-se-ia definir "alergia" de diversos modos e de diferentes lugares sociais, desde que se estivesse definindo em outro site, e não no "Allos Laboratórios". A nomeação do site produz uma projeção de enunciações que se caracterizam pela seriedade e compromisso com a informação correta; é o site institucional de um laboratório especializado.

Apresentamos anteriormente a definição de "alergia" deste site, quando fizemos uma discussão geral sobre a estrutura do enunciado definidor com "é quando". Nesta seção, apresentaremos novas questões sobre ela.

Primeiramente, temos de considerar que o enunciado definidor encontrado aparece em uma seção específica do site. Trata-se da seção "Perguntas e Respostas em Alergia". Esse tipo de seção, muitas vezes chamada de "Perguntas Frequentes", é um espaço que prevê que o especialista (pessoa ou instituição) responda de maneira clara e objetiva às perguntas sobre um assunto específico. Em termos enunciativos, diremos que essa *previsão* de clareza e objetividade se deve ao fato de essa seção produzir sentido e projetar enunciações em virtude de um memorável; é o acontecimento enunciativo que rememora os sentidos de clareza e objetividade quando se faz uso de uma seção como "Perguntas e Respostas" em um site especializado.

Se pensarmos que o *locutor-especialista-em-alergia* tem como correlato um *alocutário-leigo-em-alergia*, podemos argumentar que o uso da estrutura "X é quando" pode se dar por uma identificação do alocutário com essa forma quando quer compreender o conteúdo científico que a definição apresenta. Essa configuração da cena enunciativa caracteriza um discurso didático para o site. Talvez uma forma de definição por equivalência pudesse soar técnica demais (portanto mais ligada a um especialista, com o uso de termos científicos específicos). A estrutura "X é quando", por apresentar um aspecto mais narrativo (que descreve uma situação) seria mais adequada a um leigo, numa seção como a "Perguntas e Respostas".

Não podemos perder de vista, no entanto, que, tratando-se ou não de uma facilidade de compreensão por parte do alocutário, essa forma linguística aparece em um site que se demonstra comprometido com o valor científico de suas afirmações, e seu uso revela, mais uma vez, que essa estrutura vem se impondo no espaço de enunciação como um modo de definir adequado a esse lugar de dizer.

Reproduzimos abaixo a pergunta para a qual se produziu uma definição com "é quando":

> **O que é a Alergia?**
> Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha.[100]

Começaremos por analisar o enunciado definidor tendo em vista o tipo de situação que é descrito pela sentença temporal introduzida por "quando":

"quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha"

A sentença especifica uma situação que corresponde ao que vem a ser a alergia. Ocorre que o uso da expressão nominal indefinida "uma substância" faz com que essa situação seja descrita de modo amplo, e não particularizador, visto que não se especifica a qual substância o organismo reage. Se houvesse especificação nesse nível, poderíamos obter algo como:

"Alergia é quando o nosso organismo reage à substância que o inseto deposita em nosso corpo quando nos pica".

Numa situação como essa, poderíamos ainda afirmar que esse enunciado contém uma reescrituração por definição? Ou diríamos que há aí uma exemplificação?

Ora, se disséssemos que um enunciado definidor com "é quando" deve apresentar na sentença temporal uma situação genérica para que seja considerado uma definição, alguns dos enunciados que analisamos até aqui não poderiam ser chamados de enunciados definidores. Ocorre que, para nós, o que caracteriza uma reescrituração como

[100] ALERGIA. Disponível em: www.allos.com.br/alergia_perguntas.html. Acesso em 23/11/2012.

"definição" é o fato de o Locutor apresentar a reescritura como sendo a explicação do sentido de uma palavra. Não se trata de avaliar o modo como ele faz isso, a estrutura sintática que ele usa, nem mesmo o conteúdo que ele veicula ao definir. A questão da informação e do modo como ele define, para nós, deve ser analisada em termos de lugar de dizer (enunciador). É por isso que, quando comparamos essas definições, vemos que o enunciador da primeira é um enunciador-universal, que está comprometido com a veiculação de uma informação verdadeira. Já o da segunda definição não poderia ser assim considerado, pois, tendo em vista a pergunta que se faz na página, "O que é a Alergia?", uma resposta que restringe o fenômeno a uma picada de mosquito poderia ser considerada equivocada.

De todo modo, não se pode perder de vista que a verdade e a universalidade que o enunciado mostra são sentidos construídos historicamente, que se naturalizaram como essencialmente verdadeiros.

Essas observações nos mostram que uma análise do funcionamento semântico-enunciativo de uma definição "é quando" deve levar em conta a descrição do espaço em que ela é produzida e as relações que as figuras da enunciação estabelecem entre si na cena enunciativa. Neste caso, um locutor-especialista-em-alergia aciona um lugar de dizer universal, que produz um dizer que pode ser caracterizado como científico. Esse dizer é autorizado pelo espaço de produção em que essa cena está inscrita, que, como já vimos, se delimita pelo próprio modo como o site se constitui.

4.7.2. Definição de "Imperícia" e "Negligência"

O segundo site de especialidades que selecionamos foi o "Para entender Direito", que é um site da Folha de São Paulo voltado para a divulgação de conteúdo jurídico em linguagem acessível ao público em geral.

Como se trata de um site especializado em Direito, supõe-se que quem produz as definições para os termos jurídicos esteja autorizado a fazê-lo por falar do lugar social de *especialista em Direito*. O alocutário-x será, neste caso, um *leitor comum*, já que o

conteúdo se dirige ao público em geral; trata-se, ao mesmo tempo, de um *leigo em Direito*, o que determina o caráter acessível da linguagem usada nas definições.

Pretendemos mostrar como esse site projeta enunciações cujo lugar de dizer é o universal, por meio da análise de dois enunciados definidores constituídos por "é quando". Fazendo isso, observamos mais uma vez a imposição dessa forma no espaço de enunciação como válida para a produção de um dizer comprometido com a verdade dos fatos, que é de conhecimento do especialista.

Os enunciados definidores transcritos a seguir fazem parte de um artigo intitulado "Dolo e culpa". No texto, é esclarecido que o dolo ocorre quando alguém tem a intenção de cometer um delito ou quando assume o risco de cometê-lo e que a culpa decorre de três atitudes: imperícia, negligência ou imprudência. As duas primeiras atitudes são definidas com "é quando". Vejamos:

> Imperícia é quando alguém que deveria dominar uma técnica não a domina. É o caso do médico que erra na hora de suturar um paciente. Depois de seis anos estudando medicina, ele deveria saber suturar. Se não sabe, é imperito.
>
> Negligência é quando aquele que deveria tomar conta para que uma situação não aconteça, não presta a devida atenção e a deixa acontecer. É o caso da mãe que deveria tomar conta do neném quando está dando banho nele, vai atender o telefone e o neném acaba se afogando. Ela não queria e nem assumiu o risco de matá-lo, mas não tomou conta o suficiente para evitar sua morte.[101]

Vemos que tanto o enunciado que define *imperícia* quanto o que define *negligência* apresentam uma situação genérica como definição dessas palavras. Para "imperícia", fala-se no dever de dominar "*uma* técnica" e em "alguém" que não domina essa técnica; para "negligência", fala-se em "*uma* situação" cuja ocorrência deve ser evitada por "alguém", mas não é. O uso dessas expressões faz "imperícia" e "negligência" poderem designar quaisquer eventos específicos que se enquadrem nessa descrição

[101] DOLO e Culpa. **Para entender Direito**. Folha de São Paulo, 10 de março de 2010. Disponível em: http://direito.folha.uol.com.br/1/post/2010/03/dolo-e-culpa.html. Acesso em 23/11/12.

situacional genérica e evita que o Locutor se responsabilize por uma definição que pudesse ser refutada por apresentar uma situação específica que, embora possa ser caracterizada como imperícia, pode não ser vista como a definição correta dessas palavras, já que inúmeras outras situações poderiam ser caracterizadas do mesmo modo. A observância a esse rigor de generalização para definir é o que caracteriza o enunciador dessa cena como universal.

Mais uma vez, chamamos a atenção para a questão de nosso papel analítico não ser o de avaliar uma definição como correta ou não. As considerações que fazemos sobre o aspecto informativo ou estrutural do enunciado definidor estão relacionadas com nossa tentativa de descrever a configuração de uma cena enunciativa em sua relação com as formas linguísticas mobilizadas no acontecimento da enunciação.

É interessante observar que, nos dois parágrafos, logo depois do enunciado definidor, apresenta-se um *caso* de imperícia/negligência (ou seja, uma exemplificação), o que acentua a questão do cuidado em separar o que é a definição de uma palavra do que é um exemplo de situação à qual essa palavra se aplica.

Em nenhum dos dois enunciados definidores o sentido de imperícia está relacionado com uma consequência penal, o que seria o esperado, já que estamos falando dessas palavras enquanto enunciadas em um espaço de enunciação do dizer jurídico. O exemplo dado para negligência, em que a atitude da mãe gera o afogamento e a morte do filho, poderia sugerir que se trata de um evento relacionado com um crime; no entanto, isso não faz o enunciado definidor, se observado isoladamente, conter essa informação. A título de comparação, vejamos a seguinte definição do Dicionário Houaiss para "imperícia", na acepção que corresponde ao termo jurídico.

> Imperícia
> 2. Rubrica: direito civil, direito penal.
> falta de habilidade ou experiência reputada necessária para a realização de certas atividades e cuja ausência, por parte do agente, o faz responsável pelos danos ou ilícitos penais advenientes.[102]

[102] IMPERÍCIA. In: HOUAISS, Dicionário Eletrônico. Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009.

Vemos que neste caso o próprio enunciado definidor esclarece que a falta de habilidade ou experiência do agente faz dele o responsável por danos ilícitos penais que possam decorrer de seu ato de imperícia.

Isso poderia nos levar a pensar que os enunciados definidores do "Para entender Direito" tratam do sentido geral dos termos imperícia e negligência, e não de seu sentido jurídico. No entanto, o próprio fato de os enunciados estarem em um site de Direito caracteriza as palavras como *termos*, e *jurídicos*. Tendo em vista os fundamentos teóricos que seguimos aqui, que pressupõem a relação de um enunciado com o texto que integra, consideramos o excerto abaixo, que figura em um ponto anterior aos enunciados analisados, como um segmento em que o sentido de "crime" determina o sentido das palavras definidas posteriormente, o que evidencia que essas palavras são termos jurídicos.

> Quando alguém *quer cometer* um delito ou *assume o risco de cometê-lo*, ele estará agindo dolosamente. Mas se ele cometeu o crime apenas por *negligência*, imprudência ou *imperícia*, ele estará agindo culposamente.[103]

No trecho acima, as palavras *imperícia* e *negligência* são determinadas pela palavra "crime", na medida em que são consideradas como modos de cometer um crime culposo.

Isso nos mostra que, além das relações de sentido locais que pode haver em um enunciado definidor, seu sentido é determinado por palavras que integram com ele um texto.

4.8. "X é quando Y" em blogs

Os blogs são sites de atualização rápida e prática que adquirem características próprias a depender da finalidade a que se destinam; enquanto alguns são temáticos, há outros em que se acrescentam textos e imagens sobre qualquer assunto de interesse do blogueiro.

[103] DOLO e Culpa. **Para entender Direito**. Folha de São Paulo, 10 de março de 2010. Disponível em: http://direito.folha.uol.com.br/1/post/2010/03/dolo-e-culpa.html. Acesso em 25/11/2012.

Os dois blogs que selecionamos para análise têm a natureza de um verdadeiro site pessoal, em que se expõem pensamentos, reflexões, experiências pessoais etc. Essa característica pessoal do blog nos faz compreender a figura do locutor-x como predicada por dois lugares sociais, que funcionam na mesma figura. Essa figura fala do lugar social de *blogueiro*, a partir do qual não existem restrições sobre como se pode definir ou não, pois o blogueiro tem liberdade para postar o que quiser em seu *site pessoal*, inclusive uma definição com "é quando". Por outro lado, deve-se entender que o locutor-blogueiro enuncia também simplesmente enquanto *pessoa*, um lugar social que se define pelo pensar, sentir, refletir, definir a partir de certa particularidade, dada a natureza pessoal do blog.

O lugar social do alocutário será o de *internauta*, visto que os blogs analisados são destinados a qualquer pessoa que *possa* se interessar pelo assunto, podendo ou não tornar-se um leitor assíduo.

Mais uma vez, salientamos que a identificação do lugar social do locutor não decorre da mera constatação de que a pessoa que escreve em um blog é um blogueiro, mas da constituição desse lugar pelo funcionamento histórico e enunciativo do blog, que projeta um futuro de enunciações afetadas por esse funcionamento histórico. O locutor enquanto *pessoa* não significa o mesmo que o locutor enquanto sujeito empírico.

O blog se constituiu como um espaço de produção de caráter pessoal, em que é comum o compartilhamento de experiências, pensamentos e comentários ligados a um assunto de interesse do locutor.

4.8.1. Definição de "Abraço"

O enunciado definidor que analisaremos nesta seção foi retirado de um blog intitulado "Acontecimentos" (acontecimentosdry.blogspot.com). Trata-se de um blog cujas postagens apresentam, em sua maioria, uma mensagem de caráter sentimental associada a uma imagem.

No dia 17 de novembro de 2011, foi feita uma postagem no blog em que se incluiu a imagem de duas crianças se abraçando, seguida da seguinte mensagem:

> Abraço é quando o amor desembrulha os carinhos guardados no coração...[104]

Quando comparamos essa definição de abraço com a definição para a mesma palavra apresentada pela Wikipédia, notamos como diferença fundamental o fato de a definição da Wikipédia não apresentar na sentença temporal introduzida por "quando" qualquer sentido que relacione o ato com "amor", "carinho" ou "coração". Vimos que, no parágrafo em que figurava aquela definição, as demonstrações de afeto eram consideradas apenas como algo que se pode obter fazendo uso do abraço:

> O **abraço** é quando duas ou mais pessoas – geralmente duas – ficam parcial ou completamente entre os braços da outra. É usado, dependendo da cultura local, como forma de demonstração de afeto de uma pessoa para outra. Através dele podemos cumprimentar ou expressar sentimentos como carinho, amor, compaixão, saudade, congratulação etc. Um abraço em alguém pode demonstrar também proteção instintiva.[105]

Pelo fato de a definição do blog relacionar o abraço diretamente com o afeto, não podemos dizer que o lugar de dizer dessa cena enunciativa é o de um enunciador-universal, pois a definição deixa de lado a descrição física do que o abraço.

Outro aspecto interessante que observamos na definição do blog é que a situação descrita pela sentença temporal pode ser considerada uma metáfora, já que a enunciação faz o amor se apresentar como um ser capaz de desembrulhar coisas, e o coração, como um lugar onde se pode guardar algo.

Nosso entendimento sobre a definição com "é quando" metafórica consiste na assunção de que o Locutor, enquanto determinado pelo lugar social de *pessoa* (o lugar da individualidade, da particularidade), propõe uma definição idiossincrática. É como se ele dissesse "Estou propondo minha própria definição para a palavra", produzindo uma relação de sentido *criativa* entre a palavra definida e uma situação particular escolhida por ele para explicitar o sentido dessa palavra. A relação entre o item definido e o item

[104] ABRAÇO. Disponível em: http://acontecimentosdry.blogspot.com.br/2011/11/abraco-e-quando-o-amor-desembrulha-os.html. Acesso em 25/11/12.
[105] ABRAÇO. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abra%C3%A7o. Acesso em 23/11/2012.

definidor não é apresentada como um conhecimento estabelecido, mas como uma relação *original*. Por esse motivo, o enunciador se configura como um enunciador-individual.

A relação definidora criativa não deve ser entendida, no entanto, como a origem absoluta dos sentidos. A originalidade está na seleção particular de determinada situação descrita pela sentença temporal, que poderá ser selecionada dentre várias, mas não poderá ser qualquer uma, haja vista que a definição opera com memoráveis e que sem a rememoração de sentidos não há projeção de interpretação. Na definição do blog, "Abraço é quando o amor desembrulha os carinhos guardados no coração...", apesar da situação inusitada descrita pela sentença temporal, rememoram-se os sentidos de amor e carinho, que historicamente se relacionam com "abraço".

4.8.2. Definição de "Decepção"

A definição que analisaremos nesta seção foi retirada do blog que tem como título: "A palavra é meu domínio sobre o mundo...". Trata-se de um blog que funciona predominantemente como um diário.

Na postagem do dia 22 de julho de 2010, o autor escreveu um texto relatando sua primeira experiência de decepção. No título da postagem, apresenta-se um enunciado definidor com "é quando":

> Decepção é quando você risca em algo ou em alguém um xis preto ou vermelho…[106]

Ao analisar esse enunciado, vemos que a situação descrita pela sentença temporal (riscar em algo ou em alguém um xis preto ou vermelho) poderia ser considerada como uma consequência da decepção: a pessoa se decepcionou com algo ou com alguém e, por isso, decidiu eliminá-lo de sua vida.

[106] DECEPÇÃO. Disponível em: http://sweetcarol.wordpress.com/2010/07/22/decepcao-e-quando-voce-risca-em-algo-ou-em-alguem-um-xis-preto-ou-vermelho/. Acesso em 23/11/12.

Essa consequência corresponde a uma situação inusitada selecionada pelo locutor, que estabelece com a palavra definida uma relação definidora metafórica (não se risca, ou não é necessário que se risque, literalmente algo ou alguém com um xis preto ou vermelho como consequência da decepção). Essa relação idiossincrática entre a palavra definida e a situação configura o lugar de dizer como o de um enunciador-individual.

Além da determinação de sentido que a situação descrita pela sentença temporal produz sobre "decepção", podemos observar no excerto abaixo (mesma página do blog) uma nova determinação para a palavra:

> Nunca achei que viesse a saber o que é decepção. Ela tardou, mais chegou. Porque nos decepcionamos com uma pessoa, com uma situação, com a vida? O que eu sei é que a decepção é um sentimento frustrante, a sensação que mais me entristece.

Na terceira linha deste trecho, a palavra "decepção" é reescriturada por repetição e, em seguida, participa de uma predicação, em que a ela se atribui a expressão "sentimento frustrante" e, em seguida, "a sensação que mais me entristece". Podemos considerar essas duas expressões como reescrituras por definição de "decepção". É interessante observar que a reescritura "a expressão que mais *me* entristece" indicia o lugar de dizer individual, visto que se define a decepção como algo que entristece o Locutor, e não qualquer indivíduo; o mesmo ocorre com a desinência de pessoa do verbo "achei".

4.9. "X é quando Y" na Folha de São Paulo

No cabeçalho do site da Folha de São Paulo, encontramos, logo abaixo desse nome, os dizeres "um jornal a serviço do Brasil". Como o próprio site se define como um jornal, vemos que se configura um espaço de produção em que as enunciações projetadas devem apresentar modos de dizer compatíveis com o que é um jornal (ainda que esse jornal seja um jornal on-line).

Como dissemos anteriormente, encontramos somente um enunciado definidor de estrutura "X é quando" como o dizer de um locutor-jornalista nos dados pesquisados no

site da Folha (o que nos fez argumentar que desse lugar de locutor a forma definidora com "é quando" não é geralmente autorizada, baseando-nos na relação histórica da escrita com a norma culta e a norma-padrão). Todos os outros enunciados faziam parte da fala de outras pessoas incluídas no texto.

O lugar social de alocutário da cena enunciativa constituída pelo site é o de *leitor comum*, visto que a notícia é sempre dirigida a qualquer leitor, com o objetivo principal informá-lo de algum assunto. Por outro lado, esse leitor comum também se apresenta na cena enunciativa específica a ser analisada como um *leigo em economia*, dado que se mobiliza no enunciado definidor um termo próprio à economia, cuja definição se constituirá tendo em vista que o leitor não é um especialista no assunto. Como resultado desse funcionamento, na cena enunciativa específica da definição, o enunciado mostrará o locutor-x como um locutor-jornalista *especialista em economia*.

O enunciado encontrado faz parte de uma notícia intitulada "Brasil é credor externo líquido em US$ 6,93 bilhões", e a expressão definida é "dívida externa total líquida". Vejamos:

> Ou seja, o Brasil está com uma dívida externa total líquida negativa em US$ 6,983 bilhões, o que coloca o país na posição de credor externo. Essa dívida é quando se reduz da dívida externa bruta os ativos que o país possui no exterior.[107]

Vemos que a expressão "dívida externa total líquida" não é reescriturada por definição diretamente. Há antes uma reescrituração por substituição ("essa dívida"). A expressão "Essa dívida" está em uma relação de articulação por dependência com a sentença temporal "quando se reduz da dívida externa bruta os ativos que o país possui no exterior". Essa mesma relação se configura como uma reescrituração por definição. Pela propriedade da transitividade, diremos que, se a sentença temporal reescritura "essa dívida" e "essa dívida" reescritura "dívida externa total líquida", então a sentença temporal também reescritura "dívida externa total líquida".

[107] RIBEIRO, A. P. Brasil é credor externo líquido em US$ 6,93 bilhões. **Folha Online,** Brasília, 25 de fevereiro de 2008**.** Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u375690.shtml. Acesso em 23/11/12.

A respeito da cena enunciativa, sabemos que o locutor-x é um locutor-*jornalista-especialista-em-economia*, visto que só se pode enunciar nesse "jornal a serviço do Brasil" do lugar de jornalista e que só se pode definir um termo da economia enquanto especialista nessa área (note-se que a figura não representa o sujeito empírico, mas aquela que se constrói pelo funcionamento do enunciado); diremos que esse locutor-x se articula com um enunciador-universal para produzir a definição de "dívida externa total líquida". Ainda que essa definição tenha sido a única definição com "é quando" encontrada no dizer efetivo de um jornalista da Folha, o acontecimento enunciativo mobiliza como situação para a sentença temporal algo que descreve o sentido da palavra obedecendo aos critérios de um dizer que se compromete com a verdade.

5. CONCLUSÕES

Os enunciados definidores constituídos por "é quando" nos encaminharam a diferentes reflexões sobre o funcionamento da *definição* de modo geral, de maneira que, pela análise desse modo de definir em sua relação com outras estruturas que definem, fosse possível questionar seu *status* de definição e, ao mesmo tempo, justificar esse *status*, tendo em vista a construção de uma concepção específica do que é a definição; definição enquanto ato e enquanto efeito, enquanto dizer e enquanto dito, como enunciado e, ao mesmo tempo, como enunciação, cujas marcas nele se evidenciam.

A definição constituída por "é quando", assim como qualquer definição do tipo "X é Y", do nosso ponto de vista, deve ser compreendida como a *exposição* do que *é* X. Há alguns aspectos semânticos relativos às palavras "exposição" e "é" e à relação entre elas que devem ser levados em conta para a compreensão dessa noção de definição. A *exposição* deve ser entendida tanto como o resultado do ato de *expor* quanto como o ato em si, tendo em vista a perspectiva enunciativa com que operamos em nosso trabalho. É ainda preciso levar em conta que o sentido de *expor* em sua relação com o que algo *é* produz um efeito de particularização, de delimitação de sentidos, que diferencia a definição de uma explicação qualquer. Em "é", há também uma ambiguidade intrínseca, que o faz operar, ao mesmo tempo, como um elemento que indica o que uma "coisa" é e o que uma "palavra" *significa*.

Pelo fato de, a partir de nosso quadro teórico, ser indispensável a relação das palavras com o locutor que as enuncia e com as demais figuras enunciativas, podemos dizer que o conteúdo mobilizado pela sentença introduzida por "quando" das definições é determinado por lugares sociais específicos a partir dos quais se fala e por perspectivas específicas que se relacionam com esses lugares sociais.

Uma questão importante que essa relação das figuras enunciativas com os sentidos dos enunciados desperta é a de se qualquer descrição apresentada pela sentença temporal para definir uma palavra é suficiente para que a consideremos uma definição, tendo em vista as ideias de delimitação, informação e objetividade que são recorrentes

quando se pensa no termo. Para nós, essa é uma das muitas questões que constituem a polissemia do termo *definição*. Aqui, decidimos tratar do fenômeno tendo em vista aspectos de sua enunciação, que nos fazem encará-lo como um procedimento enunciativo. A análise desse procedimento nos fez destacar diferentes "objetividades" criadas a partir de diferentes posições.

Na análise do primeiro verbete do Dicionário Informal, por exemplo, em que se analisou a definição da palavra "sucesso", vimos que a palavra é definida de um modo capaz de incitar controvérsia. Ocorre que essa controvérsia só se institui pela reação de quem compreende o sentido de sucesso a partir de outra posição. Para o grupo de falantes que compartilham do sentido apresentado pelo enunciado, a definição leva a certa objetividade, porque *faz sentido* para aquele grupo. As posições a partir das quais se constituem essas objetividades podem ser analisadas na relação entre as diferentes figuras enunciativas, podendo também ser levadas em conta as diferentes posições de sujeito.

A questão da objetividade nos remete à identificação ou não de enunciadores universais nas cenas enunciativas descritas. Vimos que a definição com "é quando" não é usada apenas para definir a partir de pontos de vista não comprometidos com "a verdade dos fatos". Em definições como as do *Brasil Escola* e a do *Para entender Direito*, enuncia-se a partir de um lugar de dizer universal e, ainda assim, as definições são produzidas com "é quando". No primeiro caso, por se tratar de um site educativo, mobiliza-se um discurso didático nas enunciações. Esse tipo de discurso, apesar de poder servir de argumento para que alguém justifique o aparecimento desse tipo de definição no site, não está desassociado da cientificidade; há uma ponte estabelecida entre o científico e o didático, e, portanto, há um comprometimento com a expressão do conhecimento, da verdade, dos fatos.

Vimos que a relação histórica da definição com o conhecimento tem um peso importante sobre o olhar que se lança sobre a forma dos enunciados definidores. As relações de equivalência gramatical entre X e Y na relação "X é Y" e as definições que se aproximam da distinção aristotélica entre *gênero e diferença* são geralmente tomadas como indício de habilidade, ou mesmo competência, para definir, como vimos nos estudos sobre aquisição da linguagem. Essas ideias fundamentam a concepção das definições com "é

quando" como enunciados que definem de modo inadequado ou como enunciados que representam uma habilidade incipiente para a produção definições.

Em geral, o argumento que fundamenta essa concepção é o de que haveria uma quebra da generalidade e da universalidade que se espera do elemento Y no momento em que esse Y é introduzido por "quando". Para nós, esse argumento não se sustenta, visto que a questão da universalidade ou da falta dela não está na estrutura em si, mas nas relações de sentido que os elementos que constituem o enunciado podem produzir. Há definições com "é quando" produzidas com o intuito de informar, de transmitir conhecimento, que veiculam praticamente o mesmo conteúdo que seria veiculado por uma relação definidora clássica. É o que vimos em "Alergia é uma reação do nosso organismo a uma substância que ele reconhece como estranha" comparado a "Alergia é quando o nosso organismo reage a uma substância que ele reconhece como estranha".

Em nosso trabalho, acreditamos que seria inadequado realizar as descrições fundamentadas em nosso quadro teórico sem levar em conta esses diversos aspectos relacionados com a definição "X é Y", de modo geral. Essas observações foram importantes para a caracterização do nosso objeto de estudo e para a argumentação teórica que desenvolveríamos ao longo do trabalho. Essa argumentação nos fez mobilizar diferentes conceitos da Semântica do Acontecimento, que nos permitiram trabalhar com questões ligadas à estrutura desses enunciados e com questões relativas ao funcionamento político que rege as manifestações dessa forma em diferentes espaços de produção linguística.

Na primeira etapa do trabalho, que compreende os três primeiros capítulos, propusemos uma discussão de caráter geral sobre esse tipo de enunciado, apresentando uma revisão crítica de alguns estudos que tratam de aspectos formais e semânticos da definição. Nossa crítica baseou-se especificamente na relação contrastiva desses estudos com os fundamentos teóricos da Semântica do Acontecimento.

Vimos que a maior parte desses estudos analisam a definição por meio de um olhar referencialista ou conceptualista sobre a significação, que concebe a língua como o reflexo da estrutura do mundo ou do pensamento. Observamos que essa ideia de correspondência é a base da construção de um modelo de definição cujas especificações

não nos permitem explicar os enunciados definidores com "é quando", dado que uma ou outra regra de caráter semântico ou sintático torna-se um obstáculo a essa explicação.

Em contrapartida, discutimos que, do ponto de vista da Semântica do Acontecimento, não há problemas em considerar essa estrutura como um enunciado definidor, visto que, numa estrutura "X é Y", não importa a natureza linguística do elemento que ocupa essas variáveis para que possamos considerar essa relação como uma articulação por dependência e como uma reescrituração por definição; X e Y podem ser gramaticalmente equivalentes ou não. O que importa é que X e Y significam e produzem determinações de sentido um sobre o outro, sendo que essa determinação pode ser apresentada pela enunciação como um modo de definir uma palavra.

A descrição semântico-enunciativa dessa forma nos permite sustentar que existe uma relação formal direta entre X e Y (quando...), operada pelo verbo *ser* no presente, que terá um papel essencial na produção de um efeito enunciativo de asserção e de definição. Essa análise não nos permite, portanto, considerar que haja nessa forma uma má construção ou a falta de um elemento essencial ao funcionamento da estrutura.

Na segunda etapa do trabalho, constituída pelo quarto capítulo, apresentamos as análises de alguns dos enunciados definidores encontrados pela nossa pesquisa em diferentes sites. Nessas análises, mostramos a importância de se considerar o funcionamento semântico do enunciado em sua relação com o texto que integra e com o acontecimento enunciativo, visto que outros enunciados do texto podem convergir para a mesma interpretação ou produzir novos sentidos para aquilo que é definido com "é quando".

A análise das diferentes cenas enunciativas nos mostrou que a situação que é designada pela sentença temporal introduzida por "quando" revela a relação do locutor-x com a figura do enunciador, que define quais memoráveis relacionados com a palavra definida são tomados como passado para produzir sentido.

Discutimos que a possibilidade de ocorrer ou não uma definição com "é quando" nos diferentes sites está relacionada com a forma como o espaço de enunciação distribui os direitos e os modos de definir para seus falantes. Argumentamos que a ilegitimidade das definições com "é quando" em alguns espaços se deve à constituição

histórica de uma hierarquia de modos de definir, que, afetada pelos dizeres lógico-filosóficos sobre a definição e pelo saber metalinguístico constituído para a língua nacional, valoriza a relação definidora fundamentada em um raciocínio referencialista / conceptualista, que produz, entre outras coisas, a demanda por uma relação de equivalência semântico-gramatical, não encontrada na estrutura "X é quando Y".

Nos sites em que a estrutura "X é quando Y" aparece, discutimos que as ocorrências estão ligadas a uma deontologia específica que se constitui em cada cena enunciativa observada em cada site. O aparecimento da estrutura nos sites cujo conteúdo é produzido por um locutor que está comprometido com a exposição de fatos, de verdades (como nos casos em que as definições são produzidas por especialistas, educadores e jornalistas) demonstra que o modo de definir em questão vem se impondo no espaço de enunciação brasileiro como uma forma válida para a constituição de definições que sustentem um lugar de dizer universal.

Acreditamos que um dos principais resultados que esse trabalho proporcionou foi a explicitação de um complexo de relações que envolvem o funcionamento da estrutura "X é quando Y", uma vez que destacamos desde seus aspectos estruturais (ao analisarmos de modo crítico as descrições semântico-gramaticais que se aproximam dessa estrutura e propormos uma recaracterização dessa forma pelo quadro teórico que selecionamos para o trabalho) até seus aspectos históricos, dentre os quais estão a retomada das concepções lógico-filosóficas sobre a definição, a observação crítica dos conceitos que fundamentam as descrições semântico-gramaticais da estrutura "X é Y", sua relação com a concepção de língua-padrão, bem dizer e dizer correto e com o processo de gramatização brasileiro; e o modo como essa relação determina o aparecimento (ou o não aparecimento) de enunciados definidores com "é quando" em diferentes textos.

De modo algum acreditamos que este texto tenha analisado em sua totalidade os diversos aspectos que a observação da estrutura em questão fez emergir. Acreditamos que nosso papel foi explicitar alguns desses aspectos, a fim de que se abra caminho para o aprofundamento dessas questões e para que novas reflexões sobre a estrutura da definição, de modo geral, sejam estimuladas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, 134 p.

BENJAMINS, V. R. Problem-solving methods for diagnosis and their role in knowledge acquisition. **International Journal of Expert Systems: Research & Applications**, 1995, 223p.

BENVENISTE, E. Os Níveis de Análise Lingüística. In:_____. **Problemas de Lingüística Geral I.** Campinas: Pontes, 1962. p. 127-140.

_____ O aparelho formal da enunciação. In: _____ **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1970. cap. 5, p. 81-92.

BIDERMAN, M. T. C. **O dicionário padrão da língua**. São Paulo: alfa, 1984. v.28 (supl.), p.27-43.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner´s Dictionary.** Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed. 2008.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 333p.

CUNHA, C. e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007, 148p.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In:_____ **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984.168p.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M..(org). **Linguística da Norma.** 1ª São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 37-61.

FERGUSON, C. A. Editor´s Introduction: Special language registers. **Special issue of Discourse Processes,** 1985 *apud* TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: Exemplos de um exame/ consulta médica. In: RIBEIRO; GARCEZ (Orgs). Sociolinguística Interacional. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.194.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**, São Paulo: Ática, 1996, 151p.

GUIMARÃES, E. Enunciação e História. In: _____. **História e Sentido na Linguagem.** Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Texto e Argumentação. Um estudo de conjunções do português**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Semântica e Pragmática. In: Guimarães, E. & Zoppi-Fontana, M. (orgs.). **A Palavra e a Frase.** Campinas: Pontes, 2006.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: Guimarães, E. & Mollica, M.C. (orgs.). **A Palavra: Forma e Sentido.** Campinas: Pontes, 2007.

_____. A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas: Ediora da UNICAMP, v. 1, p. 49-68, 2009.

_____. Quando o eu se diz ele - Análise enunciativa de um texto de publicidade. **Revista da ANPOLL**, 2010, v. 29, p. 16-39.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R. e NEVES, M. H. M. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil** (vol. II: Classes de palavras e processos de construção). Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 163-370,

JOSEPH, H. W. B. **An Introduction to Logic,** Second Edition. Oxford University Press, 1916.

KURY, A. G. **Novas Lições de Análise Sintática**. São Paulo: Ática, 1995.

LITOWITZ, B. Learning to make definitions. **Journal of Child Language,** vol. 4, 1977, p. 289-304.

LOPES, T. M. **A construção de definições por crianças em idade escolar**. 1992. Dissertação (Mestrado em linguística) – Instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

LYONS, J. **Semantics**. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, 472p.

MACIEL, M. **Grammatica Descriptiva**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1894.

NEVES, M. H. M. e BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO-HATTNHER, M. M. As construções hipotáticas. In: ILARI, R. e NEVES, M. H. M.(Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil** (vol. II: Classes de palavras e processos de construção). Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 937-1020.

NUNES, J. H. **Diccionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX.** São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIM, F; BENTES, A.C. **Instrodução à lingüística – 2.** Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, S. **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas: Pontes Editores; RG Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

_____. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E,. **História das Ideias Linguísticas:** Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/cáceres: Pontes/unemat, 2001. p. 21-38.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

_____ **Discurso em Análise**: sentido, discurso, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PARRY, W. T.; HACKER, E. E. Basic Concepts of Logic. In: PARRY, W. T.; HACKER, E. A. **Aristotelian Logic.** Albany: State University Of New York Press, 1991. p. 79-128.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de La Palice, Maspero**, Paris, 1975. Trad. Bras. Editora da Unicamp. **Semântica e Discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. 1988 *apud* ORLANDI, E. P. Discurso em Análise: sentido, discurso, ideologia. Campinas: Pontes, 2012, p.124.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PFEIFFER, C. C. **Bem dizer e retórica**: um lugar para o sujeito. Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

REY, A. Polysémie du terme définition. In J. Chaurand & F. Mazière (Eds.) **La définition**. Paris: Larousse, 1990.

_____. **Essays on Terminology**. Trad. Juan C. Sager. Philadelphia: John, 1995.

_____. Defining Definition. In: J. C. Sager (org.) **Essays on Definition**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

_____. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, M. (Org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1887.

ROBINSON, R. **Definition**. Oxford, Clarendon Press, 1968.

STEBBING, S. **A modern introduction to logic**, Methuen and Co, London, 1950.

WARDHAUGH, R. **Introduction to Sociolinguistics**, Cambridge: Blackwell, 1986.

ZOPPI F**.** M.G. A arte do detalhe. **Web-Revista Discursividade**: Estudos Lingüísticos, 2012. v. 9, p. 1-21.

ZGUSTA, L. **Manual of lexicography**. The Hague, Mouton, 1971, *apud* BIDERMAN, M. T. C. **O dicionário padrão da língua**. Alfa, São Paulo, v.28 (supl.), 1984, p.27-43, p.32.